



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA - MESTRADO



MARTHA LOURES CHOUCAIR DE OLIVEIRA

**FAMÍLIA OCIDENTAL: A TRAGETÓRIA DE UM CONCEITO NA
PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DAS CIÊNCIAS HUMANAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. JULIANA PERUCCHI

Juiz de Fora

2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA - MESTRADO



MARTHA LOURES CHOUCAIR DE OLIVEIRA

**FAMÍLIA OCIDENTAL: A TRAGETÓRIA DE UM CONCEITO NA
PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DAS CIÊNCIAS HUMANAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia por Marta Loures Choucair de Oliveira.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Perucchi.

Juiz de Fora

2010

TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida e aprovada em 16/11/2010, pela banca constituída por:

Autor: Martha Loures Choucair de Oliveira

Presidente: Prof. Dr. Altemir José Barbosa
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Titular: Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Perucchi
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Juiz de Fora

2010

Dedico esta dissertação a Deus, à minha família, familiares, orientadores e amigos.

AGRADECIMENTOS

A construção dessa dissertação só foi possível graças ao auxílio e incentivo de pessoas muito especiais e queridas.

Agradeço a Deus pela VIDA que se mostra galopante e muda os seus cenários a cada minuto, exigindo-nos serenidade para discernir, atuar e viver.

Agradeço ao *Prof. Gilberto Barbosa Salgado*, mais que um Mestre, um grande Amigo, que mesmo em sua ausência tão presente auxiliou-me com seu exemplo de verdadeiro apaixonado pelo conhecimento e pela arte de ensinar, meu eterno carinho, admiração e saudade.

Sou grata à *Prof. Juliana Perucchi* pela gentileza de ter aceitado orientar esta dissertação, pelo respeito ao trabalho iniciado e pela constante e incansável dedicação que foram essenciais para que eu pudesse concluir o percurso; obrigada pela amizade que construímos, pelos sorrisos, desabafos e lágrimas choradas, parabênzo sua competência.

Enriqueceram essa caminhada acadêmica as aulas dos doutores e mestres do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial as orientações do *Professor Altemir José Barbosa e Professor Lélío Moura Lourenço* quando do processo de qualificação dessa dissertação.

À UFJF agradeço, ainda, a possibilidade de acesso ao conhecimento através da disponibilização de toda infra-estrutura necessária.

Agradeço à CAPES pelo financiamento e fomento à pesquisa.

Não posso deixar de agradecer, igualmente, aos meus colegas de mestrado pela amizade e por momentos de discussões e reflexões tão caros ao nosso aprimoramento acadêmico.

Agradeço à secretária do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, *Nilcimara Bertolino*, pela disponibilidade e atenção dedicados aos alunos.

Em esferas mais subjetivas, meu agradecimento especial a pessoas fundamentais à concretização dessa empreitada. Devo meu eterno reconhecimento e agradecimento à Amiga *Luciana Gouvêa Leite*, agradeço por ter contribuído ao meu processo de amadurecimento pessoal e profissional, mas, principalmente, pela força em um momento também difícil de saudade. Igualmente relevante, agradeço a amizade, cumplicidade e companheirismo das amigas *Giliene, Josiane, Patrícia e Cyntia*.

Sou grata pelo sorriso singelo de todos os meus sobrinhos (as) e afilhados (as), em especial a *Júlia, Davi, Pedro Henrique, Larissa, Rodrigo, Thiago, Igor e Heitor*.

Um agradecimento especial à *Clinica da Criança*, a todos os pacientes e suas famílias, aos funcionários e amigos. Não poderia deixar de agradecer a amizade da *Débora, Dr.^a Zélia, Dr.^a Mirna, Alessandra, Fernanda, Maria Luiza, Letícia, Dr.^a Sandra Tibiriçá, Dr.^a Cristina, Izolina* e a todos outros grandes amigos que tenho: vocês são essenciais em minha vida.

Agradeço à *Lúcia Maricato* e à *Leila*, pelo laborioso trabalho de correção da dissertação.

Devo inúmeros agradecimentos à *Dona Isabel Salomão* e ao *Dr. Marcelo Maroco Cruzeiro*, médicos da alma e do corpo, que conduziram com dedicação o restabelecimento da minha saúde integral.

Meus maiores agradecimentos se destinam às pessoas que dão colorido e luz à minha vida. Agradeço à *Iandra*, minha auxiliar, amiga e companheira nos cuidados da minha família e do meu lar; obrigada pelos cafezinhos que me fazem ficar alerta.

Ao meu *Sogro, Sogra, Cunhadas, Cunhados*, por toda torcida e gestos de incentivo e apoio.

Minha gratidão mais que especial aos meus *tios e tias, primos e familiares*: vocês moram no meu coração.

Aos meus pais, *Creusa e Mario*, agradeço pelos mais belos e importantes ensinamentos sobre a importância de se viver com dignidade, simplicidade e amor ao próximo; me espelho em vocês e dedico-lhes todo meu amor.

À minha *Irmã*, agradeço a amizade, cumplicidade e amor.

Aos meus filhos, *Arthur e Nina*, empréstimos de Deus e fonte de infinita aprendizagem para mim; agradeço os sorrisos, os infindáveis “*Mamãe eu te amo*”, as alegrias e tristezas compartilhadas, os gestos mais sinceros; peço perdão pelas ausências e momentos de final de semana em que vocês ficaram em casa por solidariedade à mamãe.

Enfim, agradeço ao Meu Grande Amor, *Wander*, “Eu nunca pensei que pudesse ser assim, mas sempre sonhei que fosse assim...”. Simplesmente, Te Amo!

“Feio não é mudar de ideia, feio é não ter ideias para mudar”.

(Gilberto Salgado)

RESUMO

Esta dissertação versou sobre temática da família no campo das Ciências Humanas no mundo contemporâneo. A família vem sendo significada a partir de focos distintos que remetem a dimensões espaciais e temporais, as quais englobam o histórico, o social, o econômico, o político e o psíquico. Este estudo contemplou uma revisão de literatura concernente ao tema, tendo por proposta uma abordagem das problemáticas relacionadas à noção de família no Ocidente contemporâneo. Tem-se, aqui, a pretensão de compreender a família com uma visão ampla de uma instituição que está envolvida por mudanças e transformações induzidas por eventos ou processos que escancaram arranjos e desarranjos, continuidades e descontinuidades em que, de um lado, tendências ainda se constituem em relações de poder, aqui associado a formas de violência reveladas por uma hierarquia que regula, submete, cria laços de dependência, impõe limites, priva, coage e proíbe e, de outro, o despontar de uma organização social, que vem cultivando práticas e discursos marcados pela pluralidade, heterogeneidade, flexibilidade e contextualidade, que se inscrevem nos relacionamentos sociais. Pretende-se, com essa visão, abranger a análise instigadora do lugar enunciado que a família assume na sociedade contemporânea. Nesse sentido, constatam-se os limites dos discursos das Ciências Humanas em suas tentativas de apreender o significado da funcionalidade da família no contexto atual, no Ocidente. Esses limites, muitas vezes, são impostos pela situação, pelo contexto em que os próprios discursos são produzidos, considerando que todo discurso é histórico e ideológico.

Palavras-chave: Família. Instituição. Ciências Humanas. Contemporâneo.

ABSTRACT

This dissertation is about the theme of the family in the field of Human Science in the contemporary. The family is being signified from the different focus that send to special and time dimensions, which comprise the historical, the social, the economic, the politic and the psychic. This study included a review of literature concerning the theme, taking on a proposal the approach of the problems relating to the concept of the family in the West contemporary. Here, there is a pretension to understand the family with a wide vision of an institution that is involved by changes and transformations induced by events or processes which open arrangements and derangements, continuities and discontinuities, where in one of side, tendencies still compose in relations of power, here associated to the forms of violence revealed by a hierarchy which regulates, submits, creates links of dependence, imposes limits, deprives, constrains and prohibits, and another, the arising of a social organization, which is cultivating practices and speeches marked by plurality, heterogeneity, flexibility and contextually that fall in social relationships. It is intending with this vision, to cover the analysis instigator of the place statement that the family assumes in the contemporary society. In this sense, notice the limits from Human Sciences speech in their attempts to learn the meaning of the functionality of the family in the current context, in the West. These limits, often are imposed by the situation, by the context, in which the own speeches are produced, considering that every speech is historical and ideological.

Keywords: Family. Institution. Human Science. Contemporary.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
ONGs	Organizações Não Governamentais
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – FAMÍLIA OCIDENTAL: UMA INVESTIGAÇÃO INQUIETANTE	7
1.1 A necessidade de Revisão de Literatura	8
1.2 A perspectiva sócio-histórica da família ocidental	8
1.3 As proposições acerca da família brasileira ao longo de sua história recente	41
1.4 Perspectivas contemporâneas da noção de família	60
CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

Esta dissertação versa sobre a temática da família no campo das Ciências Humanas na contemporaneidade. Trata-se de um tema que tem estado em evidência no meio acadêmico, devido ao reconhecimento de seu caráter fundante do meio social, bem como de suas especificidades enquanto instituição adaptativa e normativa no tocante a aspectos que se mantêm inalterados, bem como a uma gama de fatores que têm variado ao longo da História.

Esse tema emergiu de observações que se construíram no cotidiano de minha prática clínica, como terapeuta infantil, acerca da heterogeneidade das relações familiares que traduzem novos conteúdos de inquietação em relação à construção de suas identidades no contexto atual, marcadas por novos formatos que se institucionalizam. Entretanto, trabalhar o tema da família exige um confronto direto com paradoxos e ambivalências. Paradoxos traduzidos nas diversas produções do conhecimento humano empreendidas no âmbito das Ciências Humanas, ao longo do tempo, em uma tentativa de apreender o significado de suas origens e de sua existência num tempo passado, presente e futuro. Ambivalências identificadas ao longo do trabalho de pesquisa ao ter que lidar com a variedade de formas de organização, finalidades, composição, crenças, valores e sistemas de simbolização que atravessam e constituem a noção de família nas obras investigadas. Neste sentido, investigar as enunciações de família no âmbito destas produções intelectuais permitiu a constatação de que, apesar das alterações que o conceito sofreu em sua trajetória nas produções contemporâneas, ele remete muito expressivamente a arranjos interpessoais constitutivos da vida social mais ampla e da construção de subjetividades, especificamente.

A família vem sendo significada a partir de focos distintos, que remetem a dimensões espaciais e temporais, as quais englobam o histórico, o social, o econômico, o político e o psíquico.

Este estudo contemplou uma revisão de bibliografias concernentes ao tema, tendo por proposta a abordagem das problemáticas relacionadas à noção de família no ocidente contemporâneo, cujos desdobramentos visam a plasmar as variadas expressões, formatações e funções da família no vibrante movimento que caracteriza o atual contexto da modernidade.

Nesta perspectiva, a característica marcante da modernidade em seu contexto atual é a generalização do individualismo, as transformações do patriarcado no contexto das relações sociais, o “renascimento” de discussões e reflexões por parte de estudos feministas acerca do “gênero” enquanto categoria de análise nos estudos da família, bem como a tendência da produção de um discurso da organização social não mais constituída essencialmente numa hierarquia, mas reconhecida como rede.

A justificativa acadêmica e social e a relevância desta pesquisa prendem-se nas entrelinhas de temáticas que circundam a família e que se encontra em pauta no âmbito científico, merecendo investigações e reflexões, dadas seu caráter atual, tais como processo de construção de subjetividades, guarda compartilhada, reprodução assistida, violência doméstica, criminalidade, mudança na legislação brasileira acerca do divórcio, entre outros. Uma gama de autores e seus pressupostos sócio-históricos e sócio-culturais, por vezes antagônicos, foram visitados a fim de que os múltiplos olhares sobre a família pudessem ser contemplados e, quem sabe, articulados em alguns pontos, intencionando o enriquecimento de análises e suas aplicabilidades.

Importa ressaltar que a intenção desta dissertação não é estabelecer nenhum “*clichê*” já conhecido nos discursos muitas vezes ideológicos das ciências humanas, no qual a família, em muitos momentos, é vista como um pilar ou a base da sociedade. De fato, ela o é assim enunciada e legitimada, principalmente no âmbito das relações sociais cotidianas e do senso comum, funcionando como mediadora entre o indivíduo e a sociedade. Entretanto, tem-se, aqui, a pretensão de entender e compreender a família com uma visão ampla de uma instituição que esta permeada por mudanças e transformações induzidas por eventos ou processos que escancaram arranjos e desarranjos, continuidades e descontinuidades em que, de um lado, tendências ainda se constituem em relações de poder, aqui associado a formas de violência reveladas por uma hierarquia que regula, submete, cria laços de dependência, impõe limites, priva, coage e proíbe e, de outro, o despontar de uma organização social que vem cultivando práticas e discursos marcados pela pluralidade, heterogeneidade, flexibilidade e contextualidade que se inscrevem nos relacionamentos sociais.

Pretende-se, com esta visão, abranger a análise instigadora do lugar enunciativo que a família assume na sociedade contemporânea. Nesse sentido, constata-se os limites dos discursos das ciências humanas em suas tentativas de apreender o significado da funcionalidade da família no contexto atual, no Ocidente. Limites estes, muitas vezes, impostos pela situação, pelo contexto ou pano de fundo em que os próprios discursos são produzidos, considerando que todo discurso é histórico e ideológico. A questão que nos

envolve desvela-se no próprio movimento de invenção e reinvenção da família no palco social, enunciada em seu princípio organizador de uma humanidade que se transforma constantemente. Conhecer os jogos de saber/poder que constituem e atravessam os estudos e/ou teorias formulados no âmbito das Ciências Humanas é de fundamental importância para desvelar aquilo que determina suas produções, ou seja, os aspectos epistemológicos, ideológicos e éticos que, inevitavelmente, terão implicações no campo prático das relações humanas.

Diferentes enfoques e definições sobre a família coexistem, suscitando discussões em torno do referencial teórico e metodológico que longe de promoverem a pulverização do campo, proporcionam um crescimento ainda maior das áreas e disciplinas envolvidas, de forma a evitar modelos simplistas de análise. Percebe-se que uma gama de definições de família coincide em tratá-la como uma instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade, submetida a jogos de poder e com capacidade de influir na sociedade. Para tanto, é necessário fazer, neste estudo, algumas conceituações, para que a investigação abranja, de forma consistente, as várias denominações que cercam o tema da família, tais como interação social, instituição e pós-modernidade¹.

A dissertação é composta por um único capítulo no qual serão expostos os pressupostos teóricos que nortearão as discussões acerca do lugar da família enquanto instituição, nos discursos das ciências humanas. Nessa dissertação, serão consideradas as reflexões de teóricos do interacionismo simbólico, a fim de subsidiar possíveis leituras, em um sentido crítico, do objeto de investigação desta pesquisa. A teoria será cotejada por possuir considerações fundamentadas acerca da ordem social, das interações e relacionamentos sociais, constituição e dinâmica grupal, função das instituições na sociedade industrial e pós-industrial. O capítulo segue com uma exposição da temática família, considerando as visões sócio-histórica e sócio-cultural. Buscar-se-á, inicialmente, uma revisão de literatura com o objetivo de organizar as diferentes correntes, paradigmas e as diferentes formações e orientações dos estudiosos e teóricos do tema. Na seqüência, retomando a perspectiva histórica, contempla um panorama que se inicia no feudalismo até os dias atuais no Ocidente, abordando num sub-capítulo a parte a realidade brasileira. Serão consideradas as reflexões de Engels (1984), Tocqueville (1989), Duby (1990), Ariès (2006), Casey (1992), Pôster (1979) e Macedo (2002). Para a visão sócio-cultural da família, serão visitadas as obras

¹ A noção de pós-modernidade é problematizada nesta dissertação, considerando, sobretudo a falta de consenso em relação ao termo. Mais a frente às diferentes perspectivas referentes a aspectos da modernidade contemporânea.

de Canevacci (1985), Lasch (1991), Badinter (1985), Vaitsman (1994), Singly (2007), Therborn (2006), Bauman (2004) e Hall (2005). Neste texto dissertativo, tentar-se-á compilar um conjunto de interpretações possíveis dos diversos autores e contribuições que serão elencadas ao longo desta pesquisa teórica.

Dessa construção, espera-se uma adequada contribuição ao debate sobre a família ocidental, colocando-a em perspectiva, questionando-a, sem, no entanto, prendê-la a idéias e ideologias preconcebidas. Pretende-se o desafio de propor reflexões e subsídios para futuras pesquisas no tocante a fenômenos sociais atuais remetidos à família.

A compreensão acerca da noção de família no discurso das ciências humanas é bastante complexa considerando que diferentes perspectivas metodológicas foram defendidas como próprias deste empreendimento. Canevacci, organizador de *Dialética da Família* (1985), por exemplo, escreve na introdução que o desafio de compreender como o conceito de família é problematizado cientificamente deve perpassar pelo método interdisciplinar, ou seja, que propõe a unificação tanto das ciências do homem com as da natureza, articulando-as dialeticamente entre si. Nesta perspectiva metodológica, a família não é concebida como um microsistema a ser relacionado com um macrosistema social, mas sim, uma estrutura que – mais do que qualquer outra – contém em si a esfera da cultura e a esfera da natureza. Ainda segundo este organizador e escritor, a supremacia da primeira deverá afirmar a vitória do princípio da afinidade, da razão e, portanto, da solidariedade humana autoconsciente, contra o perigo de um retorno à naturalidade cega e ao direito absolutista de filiação. “Por natureza, entendemos a realidade objetiva, o mundo material que é ao mesmo tempo interior e exterior ao ser humano – à subjetividade -, numa relação de constante e insolúvel tensão” (Canevacci, 1985, p. 30)

Não é possível considerar a natureza em si, sem relacioná-la com o estágio alcançado em cada oportunidade concreta pela sua apreensão social. Não obstante, Cantemario, citado por Canevacci (1985), acredita que a compreensão da cultura decorre da:

atividade criadora determinada pelos homens, em seu significado antropológico global de conjunto de experiências e de valores partilhados e vividos em comum. Ou seja: é cultura a “parte que historicamente se acrescenta à natureza do homem”, aquele “conjunto explícito e implícito dos modos estabilizados de pensar, sentir e agir dos homens [...] instrumento especificamente humano de adaptação à natureza para satisfação dos carecimentos. Desse modo, “transformando a natureza através de suas criações, os homens se transformam a si mesmos” (p.38)

Imbricada com os conceitos de família, a noção de interação social foi definida a partir da corrente teórica do interacionismo, desenvolvida nos Estados Unidos durante o século XX. A análise, nesta perspectiva, recai sobre como o indivíduo inicia e dá seguimento à sua vida social, demarcando a impossibilidade da sobrevivência humana sem a dimensão social, *locus* por excelência do acesso à cultura, palco de representações, papéis, identidades. O fato social não é um objeto estável, mas o produto da contínua e dinâmica atividade dos homens, sendo os aspectos subjetivos do comportamento humano valorizados como uma parte necessária no processo de formação e manutenção da condição social (Sottani, 2008, p. 1). Neste sentido, Berger e Luckmann (1985) acrescentam que:

(...) o processo de tornar-se homem efetua-se na correlação com o ambiente. Esta afirmativa adquire significação se refletirmos no fato de que este ambiente é ao mesmo tempo um ambiente natural e humano. Isto é, o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que o têm a seu cargo. Não apenas a sobrevivência da criança humana depende de certos dispositivos sociais, mas a direção de seu desenvolvimento orgânico é socialmente determinada. Desde o momento do nascimento, o desenvolvimento orgânico do homem, e na verdade uma grande parte de seu ser biológico enquanto tal está submetido a uma contínua (p. 71).

É pertinente analisar que, para o interacionismo simbólico, a interação social é mediatizada pelos outros significativos que tendem a representar as instituições responsáveis pelos processos de socialização. As instituições, compreendidas como tipificações recíprocas de ações habituais por tipos de atores, somente podem ser entendidas a partir de um processo histórico na qual foram construídas. Estão diretamente relacionadas ao controle da conduta humana, estabelecendo padrões previamente definidos que promovem de certa forma redução de incertezas, marcos regulatórios, matrizes de incentivos e sanções, sempre estabelecendo relações com os elementos ativos da vida social, sejam os indivíduos ou os grupos de interesses com suas ideologias, num dinâmico e constante processo de transformação (Berger & Luckmann, 1985). A importância das instituições é reconhecida, mas não se concebe o imperativo ou a ditadura irredutível de sua presença, em que seres socializados à sua luz somente se movam segundo os preceitos de seu escopo. As instituições são, elas mesmas, construídas e mantidas por meio da distribuição de certos recursos de poder que se ramificam, circulam, dominam e produzem saberes, práticas, subjetividade.

Por conseguinte, para além de um conceito de periodização, refletir sobre o que caracteriza o contemporâneo é assumir a dificuldade de estabelecer fronteiras claras entre as

noções de “moderno”, “modernidade tardia” e “pós-moderno”. Diante da complexidade do debate e sem a pretensão de esgotá-lo, elucidamos que, para explicarmos o contemporâneo, não podemos prescindir de pensarmos o movimento, caracterizado por confluências e clivagens que demarcam tais noções, alvo de discussões acadêmicas a partir do decênio de 1980.

Salgado (2005) ressaltou que a pós-modernidade é um instrumento de transformação da própria modernidade, estaria inserida nela, constituindo um estilo ou um sintoma, uma espécie de lógica cultural, cuja estrutura e funcionamento atuariam dentro de um cenário pós-industrial (p. 37-66). A contemporaneidade é marcada por uma crítica à noção moderna de sujeito, e remete a uma perspectiva que o desloca do centro da racionalidade moderna para uma posição ficcional, questiona seu papel como ator político autônomo no âmbito das relações sociais. O sujeito não é mais reconhecido, portanto, como expressão de uma essência interna, e também não pode ser considerado um simples produto da construção social. Os atributos da subjetividade são, nesta configuração contemporânea, não constitutivos de uma identidade pré-existente, nem representativos de um sujeito universal.

As perspectivas de crítica à noção de sujeito na pós-modernidade são marcadas pela fluidez e pela provisoriedade. O filósofo francês Jean-François Lyotard², responsável pela expansão do uso do conceito de pós-modernidade³, aponta a instabilidade e a multiplicidade dos “jogos de linguagem” que constituem os vínculos sociais, afirmando que apesar de “o vínculo social ser lingüístico ele não é tecido com um único fio”⁴. Isso faz com que as pessoas vivam no que ele chama de “intersecção de muitos desses jogos de linguagem” e, nesta dinâmica fluida e provisória, “o próprio sujeito social parece dissolver-se nessa disseminação de jogos de linguagem”⁵.

Neste sentido, e já abrindo espaço para os capítulos que compõem essa dissertação, destaca-se que essa pesquisa não teve a pretensão de fazer o estado da arte da noção de família, mas simplesmente acompanhar a trajetória do conceito em algumas obras importantes do ponto de vista das ciências humanas. Tendo, portanto, como objetivo geral analisar as enunciações de família em obras importantes das ciências humanas na contemporaneidade.

² Ver a discussão proposta por Judith Butler (1998).

³ Com a publicação de “O Pós-moderno” obra reeditada como “A Condição Pós-moderna”.

⁴ HARVEY, 1993.

⁵ Idem.

CAPÍTULO 1: FAMÍLIA OCIDENTAL: UMA INVESTIGAÇÃO INQUIETANTE

Tema central para as ciências humanas, o estudo da família ocidental permite um importante diálogo com a História, a Sociologia, a Antropologia, a Psicanálise, a Psicologia, entre outros, numa tentativa de apreensão deste objeto complexo, que nos remete a inúmeras e ricas leituras e interpretações. Dada a necessidade de múltiplos enfoques para a compreensão da temática investigada, assumimos o risco da crítica quando do tratamento, por vezes generalizado, de obras densas e complexas, que serão elencadas ao longo deste trabalho.

Iniciaremos esta empreitada com um percurso histórico, situando a família ocidental a partir da Idade Média, da Renascença, da Revolução Francesa, da Primeira Guerra Mundial até os dias atuais. Não se pretende aqui uma abordagem baseada estritamente na cronologia desses períodos. Foi considerada a divisão realizada por Ariès e Duby (1990), na obra intitulada História da vida privada, cujo enfoque é a história das variações das mentalidades, conforme as épocas, numa perspectiva de análise da infância, da família e dos comportamentos nas sociedades tradicionais e nas sociedades industriais.

A história das mentalidades busca articular, no tempo, as teorias e as práticas, tendo sido influenciada pela sociologia cultural e pelas considerações de Goffman, interacionista que enfatizou a análise pormenorizada da micro-história (Perrot, 1991, p. 12). Também será tratada a história das teorias de família, a fim de salientar os aspectos epistemológicos, que permearam a construção e o desenvolvimento dessa área de investigação.

A visão sociológica e cultural privilegiará alguns estudos culturais sobre a família, o processo de construção de identidades, inclusive a familiar, bem como estudos que defendem a erosão dessa instituição na contemporaneidade.

1.1 A NECESSIDADE DE REVISÃO DE LITERATURA

Ao compor o elenco de teóricos e estudiosos que serão analisados em seus textos sobre a família, ficam evidentes, entre os mesmos, diferenças de paradigmas, formações, orientações e correntes de pensamento. Nesse sentido, Abib (2005), ao se referir ao texto como objeto de recepção crítica, traduz a importância de percebê-lo como uma complexa intertextualidade constituída por um texto (o que se apresenta ao leitor), um pré-texto (fundamentos filosóficos) e um contexto (fundamentos históricos/culturais) (Abib, 2005, p. 53). Pretende-se, portanto, para além de tratar os textos sobre família, buscar seus princípios filosóficos, bem como os elementos que irão, de certa forma, contextualizá-los no tempo e no espaço. Este processo possibilitará um tratamento e uma organização dos conceitos construídos nas obras, privilegiando uma visão que minimize a descaracterização dos mesmos. Fundamentalmente, pontos de interseção e de clivagem serão realçados entre os estudos, possibilitando uma visão crítica ao campo das reflexões e discussões científicas.

1.2 A PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA DA FAMÍLIA OCIDENTAL

É inevitável e mesmo vital para os seres humanos, bem como para as sociedades, situarem-se num continuum de referências e sentidos para a existência do indivíduo e dos grupos a que pertence. Ao assumir-se uma postura que pressupõe a articulação entre passado, presente e futuro, valoriza-se a ação humana baseada em aprendizado, memória e experiência. No entanto, deve-se ressaltar as considerações de Hobsbawn (1998), que afirma que:

mesmo quando se tenta retroceder o relógio, isso não restabelece de fato os velhos tempos, mas meramente certas partes do sistema formal do passado consciente, que agora são funcionalmente diferentes (p. 26).

A História adotou a família como tema de pesquisa em tempos relativamente recentes. Foi na segunda metade do século XIX que encontramos mais trabalhos, entre os quais se cita Johan Jacob Bachofen, mencionado por Engels no prefácio à quarta edição de sua obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1891).

Bachofen publicou em 1861 *O direito materno*, focalizando a passagem do “heterismo” (fase de promiscuidade sexual entre os seres humanos) à monogamia e do direito materno ao paterno. Tais passagens, para este estudioso, foram o reflexo do desenvolvimento das concepções religiosas no cérebro dos homens gregos, determinando as transformações históricas na situação social recíproca do homem e da mulher. Uma das críticas a Bachofen refere-se ao fato de sua concepção considerar a religião como a alavanca decisiva na história do mundo, conduzindo ao mais puro misticismo (Engels, 1984).

Também é importante mencionar L.H. Morgan (1818-1881), que escreveu o livro *A sociedade antiga*, editado em 1877. Morgan, numa perspectiva evolucionista, introduziu a história no reino da natureza, destruindo crenças atávicas sobre a eternidade das atuais formas familiares. Instituiu o método de sucessão, que é cronológico e lógico, ou seja, a família monogâmica é o resultado da lenta evolução de três estágios sucessivos do desenvolvimento familiar (a família consangüínea, a família punaluana, a família fundada no casal), estabelecendo um grau evolutivo sucessivo da família como causado pela multiplicação das proibições conjugais entre consangüíneos. Por isso, a um número menor de proibições corresponde, na escala conjugal, um maior nível arcaico primitivo. Tais observações, apesar de cientificamente infundadas nos dias atuais pelo caráter sistemático e esquemático, têm o mérito de ser uma abordagem que contribuiu para a morte de toda uma concepção teleológica da natureza. Considerado o fundador do estudo do parentesco e da antropologia moderna, Morgan permitiu a consideração da importância da análise do parentesco e do casamento, que mais do que qualquer outro fato social “primitivo”, possui as características de continuidade e sistematicidade também na mudança, motivo pelo qual são particularmente adequados à investigação científica (Canevacci, 1985, p.17).

Em 1884, Friedrich Engels (1820 -1895), baseando-se nas contribuições de Morgan e Karl Marx, escreve *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, obra em que o próprio Engels realiza acréscimo de dados aos trabalhos mencionados, bem como argumentação econômica que julga apropriada. Tratou dos tipos de famílias, retratados também por Morgan, dos tempos primitivos e remotos, época denominada de “barbárie”, como também a transição para o período que acreditavam ser a “civilização” ou sociedade contemporânea. Portanto, foram descritos a evolução da família consangüínea, punaluana, sindiásmica, monogâmica, até chegar à família patriarcal do mundo ocidental cristão, marcado pela relação com a propriedade privada e por relações de poder e dominação em que uma hierarquia específica, de gênero, determinava as funções sociais de cada sexo e limitava o caráter de suas escolhas pessoais. Ou seja, tentou-se demonstrar que a família patriarcal

burguesa foi uma instituição criada e determinada historicamente. A perspectiva marxista que embebe a obra de Engels sublinha o materialismo histórico em que as análises sociais são permeadas principalmente pelas análises econômicas.

Diferentemente da interpretação marxista e defendendo que a economia não desempenha um papel tão determinante no conjunto dos funcionamentos sociais, outra grande contribuição aos futuros estudos históricos sobre a família veio da evolução da chamada *École des Annales*, na França de 1930, fundada pelos historiadores Marc Bloch (1886- 1944), sistematizador do método de comparação na história e, seu amigo, Lucien Febvre (1878 – 1956) que viu a importância de uma história problematizadora e não simplesmente sistemática.

Erguendo-se num sentido contrário à escola positivista, a proposta dos historiadores era a de aproximar a história das outras ciências humanas, como a ciências sociais, a psicologia, entre outras. Tal concepção propala que “os documentos se referem à vida cotidiana das massas anônimas, à sua vida produtiva, à sua vida comercial, ao seu consumo, às suas crenças, às suas diversas formas de vida social” (Reis, 1994, p. 126).

Pode-se então falar de uma nova história que privilegia a documentação massiva e involuntária, como também os documentos voluntários e oficiais. Assim, passou-se a considerar como documentos os materiais arqueológicos, pictográficos, iconográficos, fotográficos, cinematográficos, numéricos, orais, enfim, de todo tipo. O tempo, nesta perspectiva, deixa de ser encarado como sendo linear e progressivo, passando por um redimensionamento que o traduz como pluridirecionado e múltiplo. As considerações e idéias de Bloch e Febvre constituíram o conhecido campo da história das mentalidades, que na década de 1980 ficou conhecida como a nova história cultural.

Fernand Braudel é quem leva a proposta metodológica da História, característica dos *Annales*, até as últimas conseqüências, na medida em que se põe contrário à historiografia narrativista ou história ao nível das fontes históricas, realçando o valor de uma história social total calcada numa base geográfico-natural e em temporalidades diferenciais e de longa duração. Portanto, Braudel defende que a história é o homem e todos os demais, tudo é história, ou seja, a terra, o clima, os movimentos geológicos. A história como ciência só o é, se abarca todas as outras ciências do homem. Considerado como tendo uma concepção estruturalista, enfocou aquilo que praticamente não muda, as estruturas, as permanências, ou seja, aquilo que é de longa duração (Aued & Campana, 2006).

Nos Estados Unidos, na década de 90 do século XIX, foi criada a Universidade de Chicago, onde outro grupo de pesquisadores exerceu influência em pesquisas de cunho

sociológico, inclusive abordando o tema família. A Escola de Chicago, através de seus representantes conscientes dos problemas sociais que assolavam a cidade de Chicago, formaram o núcleo central do pragmatismo, ou seja, corrente filosófica cujo argumento central encontra-se a favor do assentamento da cognição em situações problemáticas reais, a necessidade de que as dúvidas ocorram em relação a contextos de ação, em que a percepção do indivíduo defrontar-se-á com aspectos sempre novos da realidade que pedirão novas reconstruções (Sottani, 2008). Por ter se tornado uma Escola marcada por pensamentos e investigações originais em economia, educação, psicologia, sociologia, teologia e filosofia, alguns de seus representantes demonstraram preocupação também com os padrões familiares que estavam sendo ‘destruídos’ pelo impacto desintegrador do urbanismo, estando o patriarcado comprometido numa sociedade industrializada e urbanizada (Teruya, 1989)

Já na década de 70 do século XX, a popularidade dos *Annales* se espalha por diversos países e junto ao público, sendo que o leque de objetos passíveis de uma abordagem histórica aumentou consideravelmente. Entre estes novos objetos encontramos a família, a sexualidade, o casamento, a mulher e a criança. Para Maria N. Amorim, Margarida Ferreira e Antero Ferreira (2003) em relação a abordagem quantitativa da história, o historiador Peter Laslett e o *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*, apresentaram uma vertente da demografia, explorando fontes como listas de habitantes e desenvolvendo trabalho pioneiro sobre a composição do grupo doméstico, ou seja, a família.

Segundo Poster (1979), uma das críticas a Laslett e ao grupo de *Cambridge* diz respeito à inadequação da definição de família, conceituada a partir de seu tamanho e pelas relações de sangue. Embora fundamental os estudos demográficos, quantitativos, estes são insuficientes na proposição de tornar a família inteligível.

Entre a chamada terceira geração dos *Annales*, outra importante contribuição a ser ressaltada refere-se a Philippe Ariès, historiador que em 1960 publicou *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Regime*, rejeitou a perspectiva quantitativista e vislumbrou um ponto de inflexão na história quando da passagem da mentalidade sob o Antigo Regime para a mentalidade burguesa e moderna. Poster (1979) compreende que Ariès “deu a entender que a história da família deve preocupar-se não apenas com as dimensões da família, mas também com as qualidades emocionais das relações familiares” (p. 12).

Em conjunto com Ariès, George Duby (1919 – 1996) colaborou para o estudo da história da família, principalmente porque se especializou em pesquisas sobre a Idade Média, tendo sido professor no *Collège de France* entre os anos de 1970 e 1992. As investigações de

Ariès influenciaram pesquisadores e cientistas sociais do mundo inteiro quanto à mudança na função da família ao longo dos tempos. A mudança na concepção de família e infância foi compreendida segundo uma perspectiva histórica, englobando a própria mudança nas formas de organização da sociedade, nas relações de trabalho e nas atividades realizadas.

Em relação às críticas direcionadas a obra de Philippe Ariès ressaltam-se as falhas metodológicas e a ingenuidade no trato das fontes históricas, discutidas pelo próprio autor no prefácio da segunda edição do livro “História social da criança e da família” (2006).

De acordo com a demarcação realizada por Ariès e Duby (1990), na obra História da vida privada, o ponto de partida para este estudo histórico será da Europa Feudal à Renascença. A escolha, por ser este primeiro referencial, deu-se em função do próprio objetivo do que foi trabalhado no volume, ou seja, discernir, na sociedade medieval, uma fronteira entre o que era considerado privado e o que não era, de forma a isolar um campo de sociabilidade considerado hoje vida privada.

Investigar sobre as origens, os sentidos e as transformações da vida privada no Ocidente parece crucial para o entendimento e a compreensão da história da família, que inclui a história de homens, mulheres e crianças. Vale mencionar a impossibilidade de tratar em conjunto todo o Ocidente, mosaico de etnias, crenças e tradições. Tornou-se evidente, também, que as classes dominantes foram mais retratadas devido ao acesso à documentação.

Buscar-se-à, nesse empreendimento, evitar uma homogeneização histórica na medida em que não é intenção ignorar todas e quaisquer diferenças regionais e temporais que possam existir. Também não se trata de buscar origens universais e únicas.

Para além da perspectiva que analisa a dimensão público/privado e sua relação com a família, encontramos também outras análises pertinentes que vislumbram a associação entre famílias e patriarcado.

A origem do termo família, oriundo do vocábulo latino “*famulus*” significa “escravo doméstico”. Segundo Therborn (2006), o patriarcado refere-se às relações familiares, de geração ou conjugais – ou seja, de modo mais claro, às relações de geração e de gênero. Cabe ressaltar que o patriarcado não designa o poder do pai, mais o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. Ademais é regido pelo princípio das mulheres estarem hierarquicamente subordinadas aos homens, bem como dos jovens estarem hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos (Narvaz & Koller, 2006).

Castells (2008) relata que:

O patriarcalismo como uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade,

imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sócio-biológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente (p.169).

Perceber-se-á que o significado enunciado das transformações históricas do público e privado como, também, o da família patriarcal inseridos na ordem ou nos processos sociais, neste fim de milênio, vem gerando mudanças nos padrões de comportamentos e de institucionalização das relações familiares atribuídas, primordialmente, à socialização da produção e da reprodução, como também do trabalho feminino e da conscientização da mulher.

O conceito de público e privado, para Duby (1990), no campo semântico, afirma sua solidez de sentido e permanência através das eras. Na época feudal, permanece a idéia expressa por vocábulos, que se organizam em torno de *privatus*, a concepção de que “existem atos, seres, objetos, que escapam de direito à autoridade coletiva e, por isso, estão estabelecidos em um domínio restringido por limites precisos, cuja função é constituir obstáculo a toda tentativa de intrusão” (Duby, 1990, p. 17). Nessa época, a vida privada, portanto, é a vida de família, não individual, mas de convívio, e fundada na confiança mútua.

Essa comunidade privada não é regida pela Lei, mas pelo “costume”. Existe uma distinção entre a “coletividade família” e a “coletividade povo”. A coletividade família tem sua área natural de reunião, de encerramento, localizada na casa. Duas naturezas de poderes se inscrevem e, em ambos, o indivíduo é submetido, corrigido e controlado. No lado da *populus*, “coletividade povo”, formada por homens adultos do sexo masculino, distinguidos por seu estatuto – a liberdade, cuja reunião constitui o Estado, a gestão e o poder cabem ao Príncipe, ao Rei, ao Senhor Feudal, à Lei. Aqui, o patriarcado delinea-se claramente pelo poder e autoridade constituídos nas tais figuras descritas.

A sociedade que se inicia no sistema feudal traz um elemento característico de resgate de atuação em família, conciliando com uma fragmentação do poder público, o qual se dissemina de casa em casa, tornando cada uma destas uma espécie de pequeno Estado soberano, que, mesmo estando em um domínio restrito, não perde seu caráter original, que é público. A casa constitui o elo que une o pátio e a habitação, sendo que a presença do cercado

tinha a função de delimitar o espaço privado, de forma a repelir a violência e punir quem ameaçasse transpor esse limite. No interior de cada cercado, encontra-se confinado tudo o que caracteriza a *res privatae*, as *res familiares*, ou seja, os bens móveis, próprios, privados, as reservas de alimentos ou de adornos, o gado, os seres humanos que não fazem parte do povo: os indivíduos do sexo masculino enquanto não são adultos, capazes de usar armas, de participar das expedições militares ou de sentar-se com os outros nas assembléias, em que se faz a justiça; as mulheres, menores ao longo de toda a sua vida; enfim, os não-livres, de qualquer idade e dos dois sexos. Estes dependem do poder doméstico, do dono da casa, não sendo diretamente da alçada da Lei.

Segundo Macedo (2002), ao tempo do feudalismo, a composição familiar aristocrática era traduzida por uma ampla rede de ligações, englobando filiações biológicas e alianças:

Os ‘amigos carnais’, parentes de sangue, integravam-se à família, formando verdadeiros clãs, perceptíveis ao longo de toda a Idade Média, seja no mundo rural, seja no urbano. Mesmo na composição mais elementar, toda a rede de domésticos e dependentes agregavam-se à família (p. 19).

Ainda de acordo com o autor, entre os séculos X e XI, fase de fortalecimento do feudalismo, transformações nas relações de parentesco sucederam a fim de garantir o patrimônio, a riqueza. Ou seja, o parentesco, que era definido em linha horizontal, englobando parentes consangüíneos e parentes por aliança, até duas ou três gerações, passou, aos poucos, a ser substituído pelo modelo em linha vertical, em que as relações passaram a ser ordenadas por uma descendência direta, por uma linhagem. Esta beneficiou os componentes do sexo masculino na sucessão e partilha das heranças, sendo o filho primogênito o herdeiro da maior parte das posses. Em muitos povos, a mulher era excluída da sucessão de bens.

O patriarcado, no sentido geral de poder assimétrico e masculino do parentesco, tem diversas variantes de organização: descendência, padrões matrimoniais, nomenclatura de parentesco (Therborn, 2006).

Observa-se que, no decorrer da História, as sociedades definem os papéis e os lugares reservados aos sexos e às idades, não sendo a desigualdade sexual uma invenção do período feudal. Tal desigualdade, segundo Macedo (2002), remonta aos primórdios das sociedades hierarquizadas, ao aparecimento das civilizações (p. 14). No entanto, Therborn (2006) evidencia que o mundo não era igualmente patriarcal, ou seja, o poder dos pais, irmãos, maridos e filhos adultos de fato diferiam entre as classes e culturas.

Narvaz (2005), a partir de investigação bibliográfica, retrata que nossa civilização foi profundamente marcada pelo pensamento grego, no qual há fortes prescrições quanto aos

papéis de gênero. A tradição filosófica grega influenciou as representações sobre as relações sociais e sobre as mulheres ao longo da Idade Média e da Renascença, chegando à modernidade. Tal tradição filosófica, que tem como principais representantes filósofos como Platão e Aristóteles, passando pelos medievais Spinoza, Locke e Hume, chegando a Kant, Rousseau e Shopenhauer, parece androcêntrica e misógena.

No final do século X, no tempo em que se consolida o feudalismo, período de perturbações motivadas pela epidemia de peste negra e início de deslocamento dos pólos de desenvolvimento, ser livre é participar de direitos e deveres, os quais são fixados pela Lei, sendo que, na maioria das vezes, tais direitos e deveres giravam em torno do trabalho, da defesa e da manutenção do público (Duby, 1990, p. 10).

Com o fortalecimento do sistema feudal, as instituições do poder público “minimizam” as formas da vida privada, tornando-se uma tendência histórica: a família se constituía por laços de “gratidão” e laços de “servidão”. O indivíduo era enquadrado em solidariedades coletivas, feudais e comunitárias, em um mundo que não era nem público nem privado, no sentido que conferimos a esses termos atualmente. O poder exercido pelos detentores da vassalagem, aqueles que exigem fidelidade e trabalho do vassalo em troca de proteção e um lugar no sistema de produção, penetrou em todos os níveis da hierarquia social. Desse modo, a vida privada ficou estrangulada porque todo o poder se tornara cada vez mais de dependência. No início do século XI, os detentores do poder de origem pública pretendem assimilar o território de seu direito a um grande domínio, extorquir de todos os residentes e passantes o que extorquiam dos não-livres que lhes pertencem, e vêem-se os instrumentos do poder público, quando se aplicam à parte desarmada do povo, dominializar-se (Duby, 1990).

Vale ressaltar que a noção de indivíduo do Dicionário Temático do Ocidente Medieval (Jacques Le Goff & Jean-Claude Schmitt, Orgs., 2002) vislumbra a associação de tal noção à idéia de pessoa e individualidade. A pessoa é definida como “(...) um elo intermediário entre sociedade e cultura, o sistema de valores, a visão de mundo que são próprios de uma sociedade ou de um grupo social” e que a individualidade “é quando uma pessoa se volta a uma auto-reflexão e que se pensa como um eu particular, único” (p.621).

Gurevitch (1991), estudioso da cultura medieval e pertencente a terceira geração dos *Annales*, esclarece que o homem dessa época encontrava-se no anonimato e que não se via como uma personalidade autônoma, mas sim como pertencente a um conjunto dentro do qual devia cumprir sua função. Assim, na sociedade medieval, os papéis sociais tendiam a ser precisos e absorviam totalmente o indivíduo.

A qualidade de que o indivíduo devia fazer prova não era nem a originalidade, nem a distinção em relação aos outros, mas, muito pelo contrário, a *activa* e maior participação possível no grupo social, na comunidade, na *ordo*, a ordem estabelecida por Deus.

(...) O homem medieval não se concebia como o centro das acções unificadas e dirigidas em direção a outras pessoas (...) assim um monge ou qualquer outra pessoa falando de si, define-se segundo as diferentes categorias, o pecador, o homem justo, o homem da Igreja, etc., mas, em geral, não procura por em evidência os seus traços verdadeiramente pessoais (Gurevitch, 1991, p. 350-362).

Rubano e Moroz, citados por Carvalho et al. (2001), afirmaram que outra característica importante do feudalismo é:

[...] o vínculo pessoal, que podia se dar de duas formas: por meio da relação entre suserano e vassalo (quer entre nobres, quer entre membros do clero) ou entre senhor e servo. No primeiro caso, os deveres pautavam-se na parte militar, além da jurídica e financeira; já entre senhores e servos, as obrigações recaíam em o senhor oferecer proteção ao servo e este dar uma parte de sua produção ao senhor, além de trabalhar alguns dias diretamente para ele, tendo ainda outras obrigações, como, por exemplo, pedir consentimento para casar e pagar impostos referentes a isso (p. 18).

Assim, nesse contexto de relacionamentos baseados na servidão e gratidão – base do sistema feudal – o casamento era, antes de tudo, um pacto entre famílias e o patrono era quem se responsabilizava pelo consentimento. Este ato implicava na condição da mulher, que era, ao mesmo tempo, doada e recebida, um ser passivo. Naquele tempo, os laços de afeto e os laços conjugais não eram sinônimos, e “os relacionamentos reproduziam as formas de poder das relações feudo-vassálicas” (Macedo, 2002, p. 20).

Para Ariès (2006, p.X), a família feudal tinha por missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que o homem, e mais ainda uma mulher, isolados, não podiam sobreviver, principalmente nos casos de crise, em que a proteção da honra e das vidas era imperiosa. A família não tinha função afetiva, e isso não quer dizer que o amor estivesse ausente, ao contrário, ele era, muitas vezes, reconhecível em alguns casos desde o noivado, mas, geralmente, depois do casamento, criado e alimentado pela vida em comum. O sentimento entre os cônjuges, entre pais e filhos, não era necessário à existência, nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor.

As trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas, portanto, fora da família, num meio muito denso e quente, composto de vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens, em que a inclinação se podia manifestar mais livremente. As famílias conjugais se diluíam nesse meio. Os historiadores franceses chamariam hoje de

“sociabilidade” essa propensão das comunidades tradicionais aos encontros, às visitas, às festas (Ariès, 2006, p. X).

As crianças, na sociedade tradicional, encontravam-se no anonimato, ou seja, até por volta do séc. XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. As crianças mal adquiriam alguma destreza física, eram logo misturadas aos adultos, partilhando de seus trabalhos e jogos, tendo sua infância reduzida a seu período mais frágil. Não havia um apego por parte dos adultos às crianças, pois não se podia apegar a algo que era considerado uma perda eventual. Não se concebia as crianças como seres com a personalidade de um homem, elas morriam em grande número, e a indiferença que lhes era remetida era uma consequência da demografia da época (Ariès, 2006, p. IX).

A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram, portanto nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos (principalmente do Clero). A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-la (Ariès, 2006, p. IX).

A inserção da burguesia, sob o contexto da família, absorve os parâmetros verificados na vida feudal, utilizando-se das aprendizagens das manufaturas, disseminando-se as técnicas no âmbito familiar, sobretudo. Em outros setores, tal como o financeiro, estabeleceram-se algumas iniciativas de transposições da vida pública feudal, como a família dos Fugger, importante família de banqueiros e mercadores alemães do período entre o final da Idade Média e início da Idade Moderna que financiaram importantes empreitadas como as grandes navegações e campanhas militares.

Na transição entre a segunda metade do século XIV até o século XVI, na Europa, acontecimentos vão modificar as mentalidades, isto é, as revoluções culturais e científicas, a expansão marítima, o desenvolvimento do comércio, a expansão e o desenvolvimento da agricultura, o crescimento urbano, o florescimento de pequenas indústrias, o surgimento da burguesia que lançam um terreno fértil para a ascensão do humanismo. Os humanistas, estudiosos da cultura clássica antiga, resgataram e divulgaram conceitos que valorizavam os direitos dos cidadãos, além de situar o homem como senhor de seu destino e a razão de todo o conhecimento.

Desse modo, o homem passou a ter um papel de destaque no processo universal e histórico, diferente do papel definido pela Igreja, que defendia o teocentrismo. Somando-se a

tais mudanças, podem ser mencionados o desenvolvimento da alfabetização e a difusão da leitura, bem como as novas formas de religião que se estabelecem nos séculos XVI e XVII. A mentalidade, ao poucos, é penetrada por essas modificações, o que possibilita o desenvolvimento da literatura de civilidade, que demarca uma nova relação do indivíduo com seu corpo e o dos outros, ou seja, preza-se a polidez e a preocupação em esconder determinadas partes do corpo e determinados atos como a excreção. Também, a literatura autógrafa, o gosto pela solidão e a valorização da amizade, contribuem para uma nova maneira de seguir a vida cotidiana, não mais baseada ao acaso das etapas, mas com uma ênfase na exteriorização de si mesmo e dos valores íntimos que cada um cultiva de si (Ariès, 1991, p. 8).

A história da casa, elemento físico e simbólico, traduziu muito bem a influência dessa constelação de fatos e acontecimentos em mutação. A diminuição da dimensão dos cômodos, a especialização funcional dos espaços, a criação de espaços de comunicação que permitiam entrar ou sair de um ambiente sem passar por outro, assim como a distribuição do calor e da luz, tiveram impacto para a família e para a noção de intimidade individual. O recuo da sociabilidade comunitária cedeu lugar ao individualismo, à interiorização e à introspecção. Com isso, a intimidade ligada ao amor, às confidências amorosas e aos assuntos políticos e negociais puderam se expressar em locais “em segredo” (Ariès, 1991, p. 13).

Ariès (1991) afirma que a família assume um novo sentido, não sendo apenas identificada como unidade econômica, mas, fundamentalmente, como *locus* de refúgio no qual se pode escapar dos olhares externos, lugar de afetividade entre casal e filhos, lugar de atenção à infância.

A invenção da infância enquanto etapa específica do desenvolvimento começou no século XIII, e suas enunciações podem ser acompanhadas na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. As crianças passaram a ser vacinadas, diminuindo, assim, o índice de mortalidade infantil. Também suas roupas foram diferenciadas daquelas usadas pelos dos adultos. Os meninos burgueses ou nobres foram os primeiros a experimentarem tal especialização das vestimentas e também os primeiros a terem acesso à escolarização. Aqui temos demarcado o tratamento diferenciado segundo o gênero e a classe social.

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação, e as crianças deixaram de ser misturadas aos adultos para serem “enclausuradas” e “disciplinadas” num longo processo que se estenderia até a atualidade, e que recebe o nome de escolarização. Tal processo foi um dos elementos do movimento de moralização dos homens, promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado. A família foi impelida a

atribuir uma importância à criança e à sua educação, sendo necessário limitar o número de filhos para melhor cuidar deles. Sendo assim, no espaço privado da casa, surge um sentimento novo entre os membros da família, e mais intensamente entre a mãe e a criança. A iconografia renascentista retrata a valorização da mãe, que tem elevado seu estatuto de mulher (Ariès, 2006, p. 110).

Badinter (1985), filósofa que penetrou no campo da disciplina histórica com seu livro sobre a história do amor materno, chama a atenção para o fato de os papéis de pai, mãe e filhos serem determinados pelos valores e necessidades dominantes numa determinada época e sociedade (p. 26). O amor materno foi analisado pela autora como tendo sido valorizado a partir de uma época e cultura determinada, corolário do pensamento burguês, pois inexistia no Antigo Regime. Sua abordagem histórica foi criticada e avaliada por historiadores como sendo anacrônica, o que foi rebatida pela própria autora, que mencionou a impossibilidade de um observador despojar-se de seus valores e de suas paixões para ver os outros com toda a objetividade.

Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa a sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. Em um ou outro caso, seu comportamento se modifica em relação ao filho e ao esposo. Segundo a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe (Badinter, 1985, p. 26).

Portanto, os corpos são manipulados por uma rede de discursos e não- discursos, imbuídos de poder, dominação e subordinação, que definem o funcionamento do que deve ser considerada uma “boa” sociedade.

Voltando a Ariès (1991), o período que abrange meados da Idade Média ao final do século XVII é atravessado por mudanças na vida material e espiritual, nas relações com o Estado e com a família (p. 8). No entanto, é no período moderno que se sucedem transformações profundas nas mentalidades, devendo ser abordado como uma época à parte, autônoma e original, não esquecendo o que deve a uma Idade Média remanejada e tendo em mente que anuncia a época contemporânea, sem, no entanto, ser a simples continuação de uma, nem o esboço da outra.

Do fim do século XVI até o século XVIII, as mulheres urbanas passaram a dedicar-se à leitura, a passeios e aos cuidados com o corpo. Vale ressaltar, a título de exemplo, que, imbuída pelos valores do humanismo e ao mesmo tempo do individualismo da

época, a prática de enviar um filho a uma nutriz passou a ser recorrente entre algumas famílias burguesas. Tal prática foi duramente criticada por um discurso médico e erudito moralizador, no entanto, se os pais desprezavam as críticas, é porque outros valores concorriam para a mudança no comportamento. Segundo Gélis (1991), o que poderia parecer contraditório não o é, pois o desejo de manter um corpo atraente e íntegro manifestado por algumas mulheres, bem como a dedicação de outras à prole, deflagra a possibilidade de escolha e uma tentativa de conciliar interesses individuais (p. 321).

Com o sentido afetivo, a família desenvolveu um sentimento em relação à infância, caracterizado pela “paparicação”, ou seja, a criança era fonte de distração e relaxamento para os adultos, que passaram a sentir prazer em tê-la por perto. No entanto, sob os ideais absolutistas, erigiu a necessidade de se recobrar a autoridade paterna, sendo crucial o papel dos moralistas do século XVII que reforçaram a disciplina e a racionalidade dos costumes, principalmente no seio familiar (Ariès, 2006, p. 104-105).

Assim, “No século XVII, o poderio do marido e do pai predominava, de muito, sobre o amor” (Badinter, 1985, p. 31). O discurso aristotélico da desigualdade natural entre os seres humanos, o debate teológico cristão da justificação bíblica da autoridade paterna e marital, bem como o absolutismo político, contribuíram para o fortalecimento desse poderio.

Gradativamente, a família privatiza-se, separa-se do espaço público com o qual se comunicava. O público, portanto, estabelece-se vinculado à noção de Estado, não sendo mais confundido com os bens e os interesses privados. O privado configura-se como “particular”, “fechado” ou de modo mais amplo, como o que escapa da esfera do Estado. Em resumo, podemos pensar um cenário de oposição entre o homem de Estado e o particular, entre o domínio do Estado e o limite de um espaço doméstico, como também a passagem de uma sociabilidade anônima, em que as noções de público e privado se confundiam, a uma sociedade onde transitam um resíduo de sociabilidade anônima, um setor profissional e um setor reduzido à vida doméstica (Ariès, 1991, p. 17-19).

Assim uma dupla passagem também é observada, a saber: a da “família tronco” – caracterizada por um grupo de parentesco fundado na preservação do patrimônio – à família nuclear; de uma educação pública comunitária e aberta – destinada a integrar a criança na coletividade para que incorpore os interesses e os sistemas de representação da linhagem – a uma educação pública de tipo escolar, destinada também a integrá-la, facilitando o desenvolvimento de suas aptidões (Gélis, 1991, p. 324-325).

Para Casey (1992), Durkheim e Tocqueville estão entre os expositores mais claros sobre a diferença que separa as culturas tradicionais, em que o status do indivíduo é

“atribuído” pelo grupo, que regulava a vida política e social. Cada ser era preparado para o papel que dele se esperava, sendo um produto da coletividade. Por outro lado, na sociedade moderna, o status é “alcançado” pelo indivíduo, num circuito fundamentado pela demanda por serviços manifestada no mercado (p. 33).

Desse modo, chegamos ao fim do século XVII e ao começo do XVIII, e, num clima de crescente individualismo, a atitude ocidental em relação à vida e ao corpo é interpelada por mudanças sem precedentes.

Segundo Narvaz e Koller (2006) citando alguns estudos feministas debatidos a partir de ares controversos, ressaltam que a medida que a família e as relações entre os sexos mudaram, a própria idéia de patriarcado passa por alterações em sua configuração, por vezes mantendo premissas tradicionais. “O discurso ideológico e político que anuncia o declínio do patriarcado, ao final do século XVII, baseia-se na idéia de que não há mais os direitos de um pai sobre as mulheres da sociedade civil. No entanto, uma vez mantido o direito natural conjugal dos homens sobre as mulheres, como se cada homem tivesse o direito natural de poder sobre a esposa, há um patriarcado moderno” (Pateman, 1993, citada por Narvaz & Koller, 2006).

No texto *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, Joan Scott, professora de ciências sociais no Instituto para estudos avançados de Princeton, reflete sobre a importância de se analisar as significações e as teorizações sobre gênero ao longo da história. De acordo com a autora, as abordagens utilizadas pela maioria dos(as) historiadores(as) se dividem em duas categorias distintas: a primeira é descritiva, referindo-se à existência de fenômenos ou realidades sem interpretá-los, explicá-los ou atribuir-lhes uma causalidade; o segundo é de ordem causal, ou seja, aborda teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando como e porque assumem a forma que têm. Num primeiro momento, no seu uso descritivo, o “gênero” é, portanto, um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, tornando um novo campo de pesquisas históricas, mas não oferecendo força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes. Com isso, conscientes desse problema, alguns(mas) historiadores(as) reuniram esforços no emprego de teorias que pudessem explicar o conceito de gênero e dar conta mudança histórica. O resultado foi eclético, o que merece atento exame crítico.

Uma série de abordagens na análise do gênero foram utilizadas pelas(os) historiadoras(es) feministas, podendo ser resumidas em três posições teóricas, a saber: a primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado; a segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas

feministas; e a terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. Concentrar-se-à atenção a posição teórica acerca das origens do patriarcado, apresentadas por Joan Scott (1995):

As teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação para este fato na “necessidade” do macho dominar as mulheres. Na sua engenhosa adaptação de Hegel, Mary O’Brien, define a dominação masculina como um efeito do desejo dos homens de transcender a sua alienação dos meios de reprodução da espécie. O princípio da continuidade de geração restitui a primazia da paternidade e obscurece o labor real e a realidade social do trabalho das mulheres no parto. A fonte de libertação das mulheres se encontra “numa compreensão adequada do processo de reprodução”, numa apreciação da contradição entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e as mistificações ideológicas (masculinas) deste. Para Sulamith Firestone, a reprodução era também aquela “amarga armadilha” para as mulheres. Entretanto, na sua análise mais materialista, a libertação das mulheres viria das transformações na tecnologia de reprodução, que poderia no futuro próximo eliminar a necessidade do corpo das mulheres como agentes de reprodução da espécie. (Scott, 1995, s/p)

Se a reprodução era a chave do patriarcado para algumas feministas, para outras a resposta encontrava-se na sexualidade em si. Scott (1995) acentua que as teorias do patriarcado discutem a hierarquia entre homens e mulheres de várias formas eloqüentes, embora as visões críticas dos historiadores apontem problemas em suas formulações. De forma a esclarecer, enquanto a visão da reprodução vista como esclarecedora do patriarcado propõe uma análise interna ao sistema do gênero, ao mesmo tempo afirma a primazia desse sistema de desigualdades em relação à organização social no seu conjunto. No entanto, tais teorias não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com outras formas de desigualdades.

Outra crítica diz respeito a análises que se baseiam na diferença física entre homens e mulheres, ou seja, discussões que enfocam a dominação traduzida na forma de apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou na reificação sexual das mulheres pelos homens. Para os historiadores, a diferença física, tomada como variável única de uma teoria e, quando vista como tendo caráter universal e imutável, exclui ou impossibilita a dimensão sócio-histórica do fenômeno e a própria historicidade do gênero em si, mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade de gênero.

Com as estruturas básicas do feudalismo em questão, principalmente as pertinentes ao caráter absolutista do desenvolvimento da política e das imposições sobre as sociedades europeias, o indivíduo conheceu o seu valor mais íntimo: sua capacidade de impor à sua vida a sua própria aspiração, isto é, o sentimento mais cru que reflete a liberdade.

O final do século XVIII é conhecido como “a era da revolução democrática”, não só nos Estados Unidos da América (EUA) (1776-83), na Irlanda (1782-4), na Bélgica e em Liège (1787- 90), na Holanda (1783-7), em Genebra e, até mesmo, na Inglaterra (1779). Mas foi na França que o movimento assumiu seu caráter mais dramático, de maior alcance e repercussão (Hobsbawm, 1996, p. 8). A Revolução Francesa é o ícone que busca romper com todo pragmatismo feudal e com as tradições do antigo regime, lançando a força do nacionalismo, de uma política liberal e radical-democrática. A França, conforme observou Tocqueville (1989), é o país mais propício àquele tipo de levante, exatamente pelas peculiaridades da conjuntura de época: e, em nenhum lugar na Europa, a nobreza era menos suportada pela sua condição de obsolescência e concomitante arrogância; em nenhum lugar da Europa, o sentimento de liberdade tenha penetrado com maior competência na mentalidade de um povo, que os *Sans-Cullotes*⁶; e em nenhum lugar da Europa, como na França, a burguesia tenha sido tão fundamental em conjugar suas aspirações político-comerciais com a manobra do imaginário da população, dos intelectuais e das forças das armas (p. 71). Todo o respaldo de liberdade causa impacto no cotidiano francês.

O individualismo passa a ser o caminho a ser percorrido, principalmente considerando-se que a nação rival, a Inglaterra, percorrera esse caminho com muito mais eficiência, desde a Revolução Gloriosa de 1640. Geralmente, o ponto de impulsão de uma revolução está no momento em que o processo de dominação começou a se mover no sentido inverso, ou seja, quando o destino dos subprivilegiados começa a melhorar, e estes empreendem questionamentos de diversas ordens. A sociedade francesa apresentou sinais de desarticulação no sentido de que a ordem social tradicional não mais correspondia à estrutura social e ao sistema de valores prevaletentes. Houve uma descaracterização das classes sociais, uma crise de identidade social, uma disfuncionalidade da sociedade.

Tocqueville (1989) salientou que a democracia inglesa é a democracia da liberdade, enquanto a francesa é a democracia da igualdade. Ambas movem-se na direção do

⁶ *Sans-cullotes* era a grande parte da população francesa, do século XVIII, formada por uma classe proletária, desempregada, que influenciada pelas ideias iluministas, buscavam uma alteração na distribuição das riquezas e no perfil social e político vigente (Arruda, 1983, p. 158).

respeito pela sociedade civil, pela doutrina dos direitos privados e pelo valor da privacidade (p. 17-18).

Os franceses do período pré-revolucionário eram menos individualizados que seus pares ingleses, menos conscientes de seus interesses pessoais e direitos privados devido a um regime político cuja função era igualar, mas que, na verdade, mantinha indivíduos, ou grupos igualmente distantes, fracos e dependentes do centro do poder. O ódio à desigualdade era maior do que o “amor à liberdade” entre os franceses, que, atravessando séculos de absolutismo, haviam perdido o hábito de governar a si próprios. Com isso, duas idéias quase contraditórias marcavam o cenário político e cultural da época: a necessidade de um Estado forte e centralizado, porém, que atendesse, ao mesmo tempo, às necessidades do povo e fosse capaz de destruir as instituições que visassem servir a desigualdade social (Tocqueville, 1989, p. 16-19).

Hunt (1991) relatou que as fronteiras entre a vida pública e a vida privada mostravam uma grande oscilação. Os revolucionários, ao se empenharem em traçar a distinção entre o público e o privado, consideraram que o que fosse particular não deveria prejudicar a vontade geral da nação. No auge do ideal patriota, num país dominado pela política, a expressão dos interesses particulares (privados) era considerada como contra-revolucionária. Assim sendo, a “visão revolucionária” da política é rousseauniana, que relaciona a qualidade da vida pública como dependente da transparência dos corações. Os indivíduos são instigados a realizarem sua própria revolução pessoal à luz daquela realizada no Estado. Um dos exemplos mais claros da interseção entre público e privado pode ser traduzido na preocupação constante com o vestuário, cujo estilo baseia-se na igualdade e no patriotismo (uso de rosetas, trajes sóbrios) (Hunt, 1991, p. 21).

As mulheres, que até então eram tidas como a representação do privado, passaram a participar mais ativamente na luta pelos ideais de igualdade, o que culminou em um processo de politização o qual gerou reflexões sobre o público e o privado, a constituição das esferas, as relações entre os sexos na família e na sociedade. Ameaçados pela possibilidade de subversão do que era definido como a ordem “natural” dos sexos, os homens rejeitaram as instituições femininas, e as mulheres fugiam da identidade exclusivamente familiar. De Montaigne a Rousseau, passando por Molière e Fènelon, as mulheres foram conjuradas a voltar às suas funções “naturais” de dona-de-casa e de mãe: “O saber, dizem eles, estraga a mulher, distraíndo-a de seus deveres mais sagrados” (Badinter, 1985).

Família moderna e individualista, porém patriarcal. Pois embora ela possa ser definida, por seus valores, como uma instituição estruturada em uma relação de amor e de contrato entre dois indivíduos que decidem livremente pela sua existência, ela também pode ser definida, enquanto prática, como uma instituição estruturada em uma divisão sexual do trabalho, tendo como objetivo a criação e procriação dos filhos: divisão fundada em uma hierarquia entre os sexos, uma vez que aloca as mulheres em posições subordinadas na hierarquia que se instituiu entre o conjunto das práticas sociais. Ou seja, aloca-as em funções privadas na esfera da família, que se coloca em contraposição, e de forma subordinada, às práticas públicas que se constituíram com sua exclusão, quando não empírica, ideológica e legalmente (Vaitsman, 1995, p.334).

Considera-se de fundamental importância as considerações de Suzan Moller Okin, importante filósofa política do Ocidente, publicadas pela Revista Estudos Feministas (2008), que analisa que as configurações históricas da dicotomia público/privado devem ser compreendidas a partir da perspectiva de gênero. Okin denuncia que muitos teóricos, do passado e do presente, negligenciam a realidade política das relações familiares e apresentam uma linguagem neutra, não levando em conta a “natureza patriarcal presente na dicotomia público/privado”. Com isso, o conceito de gênero é enfatizado pelos estudos feministas enquanto importante categoria de análise, sendo tratada com pertinência nas questões que envolvem a esfera pública e privada. Assim, “gênero refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas” (Okin, 2008, p.306).

Não obstante, a estudiosa indica os limites de análise da teoria liberal, em que o “privado” refere-se a uma esfera ou esferas na vida social nas quais a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial, e o “público” como a esfera ou esferas vistas como geralmente justificadamente mais acessíveis. Os termos público e privado são utilizados de forma obscura, sem definição precisa e, na grande maioria das vezes, sem considerar o contexto no qual os teóricos os utilizam.

Por outro lado, os estudos feministas, objetivando tornar mais clara tais discussões, retratam duas ambigüidades. A primeira diz respeito à própria terminologia que indica ao menos duas distinções conceituais centrais, com variações em cada uma delas. “Público/privado é usado tanto para referir-se à distinção entre Estado e sociedade (como propriedade pública e privada), quanto para referir-se à distinção entre vida não-doméstica e vida doméstica. Nestas duas dicotomias, o Estado é (paradigmaticamente) público, e a família e a vida íntima e doméstica são (também paradigmaticamente) privadas” (Okin, 2008, p. 306-

307). A segunda enfatiza que no interior da dicotomia público/privado, permanece um binarismo das práticas sociais que perfazem a história, com desdobramentos, especialmente, para as mulheres. Os homens são vistos como, sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução. As mulheres têm sido vistas como “naturalmente” inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família, estando a própria noção de privacidade atrelada a tais significados e experiências sociais.

Gómez (2000) retrata que a democracia moderna revela profundas marcas impressas pelo patriarcalismo, marcas que geram novos problemas para as mulheres, pois o que afeta a mulher afeta a todos, assim como o que afeta o homem afeta a todos (p. 78-95). A Revolução Francesa é representada pela morte do rei, um “simulacro da morte do pai”, ou seja, o poder central foi questionado. Nesse sentido, o poder patriarcal de outrora foi, de certa forma, suplantado pela primazia de indivíduos livres e iguais. Todavia, o discurso iluminista é um discurso do homem como gênero humano, definido em termos de razão e entendimento em Kant, e em termos de liberdade em Rousseau. Nessa organização social, as mulheres, ainda que quisessem se reconhecer como seres humanos dotados de razão, estavam excluídas do espaço público e da arena do político. Sendo assim, a universalidade dos princípios de “liberdade, igualdade e fraternidade” não se aplicava totalmente às mulheres.

As hierarquias que se erigiram entre homens e mulheres deram-se também em desdobramento do gradativo e eficaz processo de exclusão desta das articulações e tomadas de decisões no contexto. O exercício da liberdade e igualdade preconizados pelos ideais liberais não era vivenciado de forma equivalente pelos dois sexos. Sendo assim, Vaitsman (1995) afirma que o individualismo, embora surgido como um conjunto de valores universalistas, conformou-se concretamente com um individualismo patriarcal, legitimando as relações hierárquicas entre homens e mulheres, nas esferas pública e privada.

O novo Estado atacou frontalmente os poderes das comunidades do Antigo Regime, como a Igreja, as corporações, a nobreza, a comunidade de aldeia e o clã familiar, definindo um novo espaço para os indivíduos e seus direitos privados, numa tentativa de ampliar seu próprio controle e poder.

No âmbito familiar, a invasão da autoridade pública se faz a partir de alguns dispositivos como o Decreto de 20 de setembro de 1792, que instaurou a autoridade pública como aquela que tem participação ativa na formação da família, ou seja, o Estado encarregou-se do estado civil, definiu os impedimentos à união, restabeleceu e regulamentou o processo

de adoção, determinou os direitos dos filhos naturais, instituiu o divórcio e limitou o poder paterno, em parte com o estabelecimento dos tribunais de família (Hunt, 1991, p. 36-37). Neste sentido, “a legislação da vida familiar mostra as preocupações heterogêneas dos governos revolucionários; tratava-se de conservar o equilíbrio entre a proteção da liberdade individual, a preservação da unidade familiar e a consolidação do controle do Estado” (p. 36).

Hunt (1991) salientou que o divórcio, instituído pela primeira vez na França pela Revolução de 1789, foi a consequência lógica das idéias liberais expressas na Constituição de 1791, o que permitiu a visualização da tensão gerada entre os direitos individuais, a família e o controle do Estado (p. 37-39). O casamento passou a se submeter à lei civil, sendo considerado como contrato civil fundado no consentimento de ambas as partes, que poderia ser rompido. Em princípio, os motivos para um pedido de divórcio eram: a insanidade; a condenação de um dos cônjuges a penas aflitivas ou infames; os crimes, sevícias ou injúrias graves de um contra o outro; o notório desregramento de costumes; o abandono por dois anos no mínimo; a ausência sem notícias durante cinco anos no mínimo; a emigração. Os argumentos a favor do divórcio iam de encontro à emancipação de casais infelizes, a liberação das mulheres do despotismo marital e a liberdade de consciência para os protestantes e para os judeus, cuja religião não proibia o divórcio. Registrou-se um aumento significativo de divórcios na França, mas, após 1803, seguiu-se um grande decréscimo, sendo o mesmo abolido em 1816 e restaurado em 1884. As mulheres, ao que parece, beneficiaram-se com as novas leis, pois puderam reivindicar seus direitos contra as sevícias⁷. Sob tal perspectiva, o divórcio exerceu influência sobre o casamento e, para muitos, o amor deveria ser sua base.

Importante mencionar a interferência das idéias do Marquês de Sade, aristocrata francês e escritor de idéias consideradas libertinas na história da vida privada, cuja obra permeou os anos de 1785 e 1800, explorando os limites da sexualidade, minou o ideal revolucionário, glorificou e, ao mesmo tempo, desencaminhou a liberdade e até mesmo a fraternidade. A liberdade consistia na busca pelo prazer sem consideração pela lei, pelas convenções, pelos desejos dos outros. Geralmente, essa liberdade, quase sempre alcançada por alguns homens impiedosos e egoístas, significava a escravidão das mulheres escolhidas. Os espaços privados ocupam um lugar muito especial nos romances de Sade, necessários para os jogos mais extremos e mais cruéis, nos quais os objetos do prazer e da ordem são as mulheres. Não obstante, as mulheres eram consideradas fracas fisicamente, intelectualmente e

⁷ Os chefes de família cometiam atos violentos contra as mulheres e crianças com objetivo educativo.

emocionalmente, estando aptas somente a criar os filhos e cuidar do lar (Hunt, 1991, p. 47-48).

As diferenças suscitadas nas experiências contraditórias em que se apóia o século XIX demarcam uma história de fontes abundantes, lacunares, eloqüentes e mudas, que culminaram em uma demarcação constante entre o íntimo e o ostensivo, o coletivo e o individual, o homem e a mulher, a política e a família. Evidencia-se que as sociedades movem-se constantemente e, com esse movimento, movem-se também as fronteiras entre o público e o privado, as maneiras de viver, de sentir, de amar e morrer.

Perrot (1991) afirmou que, no centro de toda teoria política pós-revolucionária, estão as relações entre o público e o privado, tendo a família assumido um lugar de importância, sendo considerada célula de base e instância reguladora (p. 94). Relembra Hegel e sua análise macrosocial do público e do privado, e Kant, que vislumbra o microssocial da casa. Ambos reafirmam a essencialidade da família e da autoridade paterna para refrear os instintos e garantir a ordem social. Também a família liberal de Alexis de Tocqueville foi mencionada, claramente interessado na defesa de uma fronteira que garanta a liberdade dos “interesses privados”, que compõe a força da nação. Tocqueville (1989) vê na família, comunidade de certo modo “natural”, a chave da felicidade individual e do bem público. Já os tradicionalistas, como Louis de Bonald e Frédéric Le Play, citados pelo autor, concentraram-se na crítica ao afrouxamento dos costumes, à distorção dos papéis sexuais, ao efeminamento. Exaltam a família enquanto fundamento do Estado monárquico, uma monarquia que deve se basear no poder paterno, resgatando a sociedade de linhagem e afirmando o casamento enquanto um ato indissolúvel, religioso e político.

Botelho (2002), no artigo intitulado “A família na obra de Frédéric Le Play”, reconhece que a importância desse sociólogo evidencia-se nos estudos de história da família e do gênero, bem como no caráter epistemológico de sua obra. O autor esclareceu que Le Play chegou à conclusão de que a condição para a felicidade humana se reduz a uma verdade fundamental, inerente à natureza humana: “as sociedades são felizes quando cada indivíduo possui o pão cotidiano e pratica a lei moral” (p. 525). A lei moral é responsável pelo controle do livre arbítrio, reprimindo as tendências do mal. Os pais, no seio de suas famílias, são responsáveis por transmitir os princípios da lei moral, já que a criança não nasce com uma tendência inerente ao bem. Nas sociedades complexas, o governo é o responsável pela transmissão da lei moral, seja por intermédio de instituições específicas, seja pela obediência estrita ao senso de justiça, que evita a revolta e a desobediência de seus cidadãos. O próprio Le Play advoga que a origem do sofrimento de então estava nos erros acumulados desde o

século XVIII, enfatizando que um desses erros seria a predominância exagerada do “espírito de novidade” sobre o “espírito da tradição”, embora reconheça o papel das inovações contemporâneas como algo que melhorou a vida material, mesmo desorganizando a vida moral.

As reflexões e os discursos de médicos e dos filósofos, por seu turno, foram conclamadas a justificar a diferença e a desigualdade entre homens e mulheres, sendo utilizado o forte argumento da dicotomia homem/razão e mulher/natureza. A autoridade divina do feudalismo é substituída pela autoridade da natureza para dizer o feminino e a autoridade da razão patriarcal, para proclamar o masculino.

Badinter (1985) demonstrou que, no fim do século XVIII, sob esse movimento de valorização da família, o amor materno parece um conceito novo, sua exaltação traduzia-o como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade (p. 50-51). Estava lançado o mito que sobreviverá 200 anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo seu filho. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, se não todo o tempo e em toda parte, no entanto, sem esse caráter exaltado, fixando a mulher no lugar de reprodutora da espécie.

Portanto, o discurso da maternidade “natural e instintiva” foi inventado em um espaço e tempo determinado, a fim de legitimar a mulher no espaço doméstico. O convencimento das mulheres, sobretudo as burguesas, em relação ao fato de assumirem, plenamente, os papéis de mãe e esposa, deu-se primordialmente pelo discurso da felicidade e da possibilidade de um lugar “reconhecido” socialmente. As camponesas e operárias tinham que trabalhar e lutar pela sobrevivência e, sendo assim, não podiam absorver o discurso modelador de “rainha do lar e mãe exemplar”. Ilusoriamente, algumas mulheres, mas nem todas, acreditaram na possibilidade de conquistar o direito ao respeito dos homens, o reconhecimento de sua utilidade e de sua especificidade.

Progressivamente, os pais se consideraram cada vez mais responsáveis pela felicidade dos filhos. Essa nova responsabilidade parental não cessará de se acentuar ao longo de todo o século XIX. No século XX, ela alcançará seu apogeu graças à teoria psicanalítica, que transformou a responsabilidade materna em culpa.

Não obstante, no período oitocentista, a história da vida privada é dominada pela figura paterna. O pai tem duplos poderes, dominando totalmente o espaço público e exercendo poder na esfera doméstica, nas decisões pedagógicas que se referem aos filhos e nas finanças da casa. Ele é o senhor do dinheiro, controlando as despesas domésticas, principalmente no meio burguês. Já nos meios operários ou populares, à sujeição financeira das mulheres ao pai

é parcial, pois esta participava no gerenciamento de pequenos negócios (Perrot, 1991, p. 122-129).

O poder patriarcal, que constitui a forma suprema do poder do pai, era exercido sobre todos e ainda mais sobre os fracos, dominados e protegidos, sendo seu enfraquecimento a possibilidade de “sobrevivência” dos membros da família, a existência de outras famílias e a libertação dos indivíduos. Este simbolismo gerava, muitas vezes, o desejo pela morte do pai e daí o rigor da Lei contra o parricídio.

Quanto às funções da família, Perrot (1991) referiu-se à sua responsabilidade pelo gerenciamento dos “interesses privados”, sendo elemento essencial da produção, assegurando o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios (p. 105-108). Também, como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes afeto e uma primeira forma de socialização, garantindo a perpetuação da espécie, zelando por sua pureza e saúde. Interpenetrada pela consciência nacional, transmite os valores simbólicos e a memória fundadora, buscando a criação da cidadania e da civilidade.

A família é vista, portanto, como o fundamento do Estado, principalmente as que atendiam ao modelo estabelecido, o da “boa família”. No entanto, durante grande parte do século XIX, “a família age livremente, com muitas variantes ligadas às tradições religiosas e políticas, ao meio social e, sobretudo regional, tal é a diversidade da França nessa época sob o verniz centralizador” (Perrot, 1991, p. 105).

Dessa forma, em um processo de evolução jurídica no século XIX, ocorre uma verdadeira corrosão das prerrogativas patriarcais, incitada, de um lado, nas reivindicações das mulheres e dos filhos e, de outro, na crescente tutela do Estado sobre as famílias.

O individualismo surge como um processo crescente e, ao mesmo tempo global, isto é, afeta todos os aspectos principais da sociedade moderna e, quanto mais forte fica, tanto mais enfrenta as escolhas decididas e arranjadas pelo grupo, pelo coletivo. O século XIX, em seu bojo, possibilita a abertura, com movimentos de rupturas de um modelo que pretendia impor-se como universalizante. Para Gómez (2000) “embora tenha estabelecido poderosas normas coletivas orientadas a modelar condutas, o século XIX não conseguiu, portanto, ser completamente eficaz” (p. 82). Não obstante, após a Revolução de 1848, com a dissociação efetiva da Igreja e do Estado, a família adota um modelo nunca anteriormente verificado: o da democracia efetiva no seio do espaço familiar. O fortalecimento do capitalismo na França prioriza as aspirações familiares no intuito de solucionar pendências seculares de acesso ao livre arbítrio.

Neste sentido, Simmel (1971) elucida que no século XIX, em pleno desenvolvimento da sociedade industrial, a individualidade assumiria um significado de singularidade, conferido pelo romantismo e pela nova divisão do trabalho.

Para Vaitsman (1995) remetida a Simmel, “o desenvolvimento da individualidade vincula-se ao da sociedade moderna com a eliminação de barreiras de status, religiosas, o declínio da autoridade paterna e a liberdade de mobilidade, seja social ou geográfica. Ampliou-se o círculo de pessoas que se tornaram passíveis de escolha como parceiros no casamento, ampliando também a liberdade de escolha” (p.335).

As pessoas, na segunda metade do século XIX, passaram a desejar a convergência entre a aliança e o amor, o casamento e a felicidade. “No novo casal republicano, tanto o homem quanto a mulher assumem novas posturas, passando a valorizar o amor e, em alguns casos, a igualdade na relação” (Perrot, 1991, p. 137).

O acesso da mulher a melhores oportunidades e ambientes diversos, aos interesses coletivos, faz fortalecer os movimentos feministas. Na França, as mulheres se apoiam sobre a maternidade para fazer suas reivindicações e marcarem sua diferença. Por outro lado, seu correspondente anglo-saxão se concentrou na igualdade dos direitos individuais.

O centro da família é ocupado pelos filhos, que passam a ser objeto de todos os tipos de investimento: afetivo, econômico, educativo, existencial. A literatura torna-se cada vez mais especializada e prolixa sobre a infância. A ênfase deste interesse é social, em detrimento de uma visão da singularidade da criança, pois ainda persiste, na França, a noção de que o grupo deve prevalecer sobre o indivíduo. O filho é considerado como não pertencendo somente aos pais, ele é o futuro da nação e da raça, produtor e reprodutor, cidadão e soldado do amanhã. Com isso, os discursos da Medicina, da Psicologia e do Direito sobre a infância se desenvolvem, sobretudo, no último terço do século XIX.

Perrot (1991), no artigo *Dramas e conflitos familiares*, esclareceu que, no século XIX, a família se vê numa situação contraditória (p. 264). Se, por um lado, ela se encontra fortalecida em sua dignidade e poder, dotada de um mecanismo regulador fundamental, que imprime em seus membros a máxima de que o interesse do grupo deve prevalecer ao de seus integrantes isolados, por outro, o igualitarismo somado ao crescente processo do individualismo, exerce pressões centrífugas geradoras de conflitos, chegando mesmo a rupturas. No decorrer do século, aumenta a revolta contra a família, nas figuras do pai, da mãe e do irmão invejado. Os indivíduos já não suportam tão bem as pressões, o que leva a família a novas formas de adaptação. Os pontos de conflito são o dinheiro, a honra, a desgraça biológica, a doença mental, a delinquência, a excentricidade. A maioria dos conflitos

familiares se resolve no âmbito familiar. As conveniências, o amor-próprio, o medo dos comentários, a obsessão pela respeitabilidade evidenciam a necessidade da intimidade no lar.

A expansão do mercado capitalista, o aumento da produção, a explosão das tecnologias impulsionaram o consumo, o intercâmbio e a ambição. Os indivíduos assumem uma nova relação com o corpo e o psiquismo, com o tempo e o espaço. A expansão do individualismo atinge, em maior ou menor grau, todas as camadas da sociedade, principalmente as urbanas. Os velhos pilares da sociedade são sacudidos, sobretudo pelas mulheres à luz de aspirações feministas; pelos jovens absorvidos pelo individualismo e pelas vanguardas intelectuais e artísticas iluminados pelo modernismo. Perrot (1991) ressaltou que tais transformações são mais ensaiadas do que efetuadas, uma vez que, por toda parte, encontram-se resistências religiosas, morais e políticas (p. 613). Enfim, a Primeira Guerra Mundial lembra todos e cada um o primado do público, os limites da vida privada, seu caráter subordinado e relativo.

A vida privada não é uma realidade natural, dada desde a origem dos tempos: é uma realidade histórica, construída de diversas maneiras por sociedades determinadas. Não existe uma vida privada de limites definidos para sempre, e sim um recorte variável da atividade humana entre a esfera privada e a esfera pública (Prost, 1992, p. 15).

O que antes era privilégio da burguesia, a vida privada, durante o século XX, democratiza-se. A vida passa a se organizar lentamente, para toda a população, em dois domínios opostos e claramente distintos: o público e o privado. Prost (1992) mostrou uma “privatização” da família, na medida em que uma parte de suas funções foi absorvida por instâncias coletivas (p. 61). Sua privatização significa sua desinstitucionalização, por isso, a família não é mais uma instituição forte. Surgem famílias informais e uma vida privada individual. Em suma, o conjunto da população francesa conquistou o espaço doméstico, por excelência um *locus* para a plena realização da vida privada. Um dos elementos que contribuíram para o desafogo do espaço doméstico foi sua separação do espaço de trabalho. A existência se divide na vida pública, essencialmente profissional, a vida privada familiar e a vida pessoal, ainda mais privada.

O processo de industrialização permitiu o acesso da população à casa própria e ao conforto moderno, traduzido nas mudanças quantitativas das casas (número de cômodos no lar, aquecimento central, entre outros), acarretando mudanças qualitativas e o direito de cada membro da família à sua própria vida privada.

Para Therborn (2006), mesmo tendo sido colocado sob pressão por uma grande onda mundial de mudança que incidia sobre o sistema familiar, o mundo por volta de 1900 era um mundo patriarcal. Todo esse mundo iria mudar no século XX, mas não de modo evolutivo ou regular. O patriarcado foi o grande perdedor do século XX, uma instituição social que se viu forçada a se retrair.

De forma a fornecer um retrato mundial do século XX, ainda de acordo com Therborn (2006), “o patriarcado, no sentido de forte influência parental sobre o casamento dos filhos, clara hierarquia do marido sobre a mulher e desvantagem institucionalizada das filhas, é ainda grande força no mundo” (p.193). Levando-se em consideração as variações individuais e locais, o patriarcado governa ao menos um terço, provavelmente por volta de 40%, da população humana na Ásia do Sul, Ásia Ocidental, com a ressalva turca, e grandes áreas da Ásia Central, Norte da África e a maioria da África Subsaariana, à exceção da África Meridional e da Costa Oeste.

Minorias patriarcais consideráveis podem também ser encontradas em outras partes do mundo, no interior rural da China em primeiro lugar, no Vietnã rural e em outros interiores do Sudeste Asiático; entre albaneses e sérvios nos Bálcãs, entre os recentes imigrantes afro-asiáticos para a Europa e para o Novo mundo, nas regiões andinas da América Latina, entre os mórmons americanos. Sua quantidade é, contudo, ou muito pequena em escala mundial ou impossível de ser estimada na China. Todavia, as sociedades consideradas pós-patriarcais, nas quais as práticas patriarcais tornaram-se normativamente desviantes, demarcadas por variáveis étnicas, religiosas ou locais, podem ser definidas muito generosamente, de modo a incluir toda a Europa, salvo por algumas partes dos Bálcãs e os confins da Rússia; a América do Norte, a América Latina, à exceção de partes dos Andes; o Japão e a Coreia, com alguma generosidade extra, e a Oceania, e a Oceania: em outras palavras, as regiões do mundo atualmente mais desenvolvidas em termos econômicos e suas vizinhanças próximas, representadas pela Europa Oriental e América do Sul. Juntas, elas perfazem cerca de 30% da população mundial, menos do que a parte claramente patriarcal. Há, também, em meio a regiões e culturas patriarcais e pós-patriarcais do mundo, um último terço da humanidade, a maioria da China e do Sudeste Asiático, principalmente, mas também áreas de transição recente como a África Meridional e a Turquia, a Costa Oeste africana e a América Andina. Portanto, mesmo em meio a marcantes mudanças, é pesada a carga de dominação paterna e marital trazida para o século XXI.

O século XX é marcado pelo “desaparecimento” da inferioridade jurídica da mulher em relação ao marido, bem como por uma maior possibilidade à educação formal e à

formação profissional. As mulheres vão ocupar, gradativamente, o espaço público e, ao mesmo tempo, mantêm responsabilidades no espaço doméstico, com os cuidados com a casa e com a criação dos filhos. Outra tendência das famílias ocidentais urbanas, desse período em diante, é a opção por proles reduzidas.

Neste sentido, a pílula contraceptiva permitiu ao casal refletir e escolher ou não a reprodução, levando em consideração uma decisão “racionalizada”, influenciada por fatores subjetivos, econômicos e sociais. Uma conscientização cada vez maior acerca das implicações políticas e sociais da maternidade e da parentalidade perpassam muitos dos discursos feministas. Para Combes e Devreux (1991), citados por Scavone (2001), parentalidade é o posicionamento dos atores sociais dos dois sexos no processo de constituição do laço parental. (p. 53).

O tipo moderno de família e de casamento entrou em crise porque foram abalados seus principais fundamentos: a divisão sexual do trabalho e a dicotomia entre público e privado atribuída segundo o gênero.

A família do século XX, segundo Prost (1992), vai perdendo seu caráter de instituição ou microsociedade, ao transferir para a escola a tarefa de ensinar aos filhos as regras da vida em sociedade, bem como ficar submetida ao Estado em relação às atribuições que lhe resta. A família deixa de ser reconhecida como uma instituição e passa a ser enunciada como ponto de encontro de vidas privadas (p. 87).

A partir da década de 1930, ocorre a valorização do amor conjugal sob todos os aspectos, inclusive o sexual. Segundo Ariès (1953) o casamento de jovens estudantes precipita uma mudança importante, pois casar antes de ter uma situação estabelecida era uma grande novidade, e os casamentos de estudantes são casamentos por amor. O amor passa a ser o fundamento do casamento, e a sexualidade torna-se a linguagem desse sentimento.

Os costumes se modificam, e o movimento de 1968, iniciado nos Estados Unidos por jovens, com repercussões inclusive no Brasil (Tropicalismo), constituiu o ponto de partida para uma série de transformações políticas, éticas, sexuais e comportamentais. Vários movimentos ganharam força, por exemplo, o feminismo, o movimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), os defensores das minorias e dos direitos humanos, os ecologistas. Um dos elementos contestados por esse movimento foi o modelo de família vigente, que recebeu duras críticas quanto aos resquícios do modelo patriarcal. No entanto, as frustrações que ocorreram frente às resistências encontradas fizeram com que parte da juventude se refugiasse no consumo de drogas, na violência, na guerrilha e no terrorismo urbano. Por outro lado, uma produção artística de jovens que encontraram, na linguagem

enviesada e metafórica, possibilidades para a denúncia, fez o crescimento e desenvolvimento da expressão poética, principalmente no Brasil (Pelegri, 2001, p. 39-40).

Os jovens conquistaram uma grande independência dentro da família, pois, com a evolução educacional e a contracepção feminina – que dissociou a sexualidade da procriação – estes já não precisavam casar-se para escapar ao poder dos pais, como também não precisavam casar para manter relações sexuais regulares com um parceiro de outro sexo, já que essas relações só terão alguma consequência se os parceiros assim o quiserem. Com isso, cresce o número de casais não casados, numa relação de “coabitação juvenil”. Por conseguinte, a instituição matrimonial é abalada e a família também, pois a formatação de um casal e filhos cede lugar a famílias com apenas um genitor e outros tantos arranjos. Se antes “a vida privada se confundia com a família; agora é a família que é julgada em função da contribuição que oferece à realização das vidas privadas individuais” (Prost, 1992, p. 94).

Complexas mudanças ocorrem no mundo contemporâneo, as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas sofreram alterações que abalaram seus quadros de referência. Não se pode negar que os padrões e as tradições do passado estão menos nítidos. A partir da segunda metade do século XX, ocorreu a necessidade de buscar diferentes entendimentos sobre as relações pessoais, sobre os laços e as novas configurações familiares. A diversidade de arranjos familiares implica a invenção de novos estilos de relações entre parceiros (as) entre si e entre estes e filhos (as). São tempos de fluidez e fragmentação das relações humanas, estando a família num constante movimento de se recriar, não mais nos padrões hegemônicos do patriarcado, mas segundo demandas de cada sujeito e das possibilidades sociais.

Machado (2001), ao focalizar as tendências contemporâneas das formas de famílias e de parentelas, ressalta que o valor conferido ao individualismo no mundo ocidental parece estar pondo em cheque o valor atribuído à família como princípio social balizador, o que inspira grande indagação sobre o futuro da esfera familiar no tocante às suas formas, princípios e valores.

Não obstante, numa direção simbólica diferente dos estudos sobre o patriarcado, os teóricos da Escola de Frankfurt, como Adorno e Horkheimer, defenderam que a família “instituição”, nos moldes da era burguesa, entrou em crise devido ao fenômeno particular do esmaecimento da figura paterna em uma sociedade que enfraquece sua base de dominação econômica e rompe com os padrões tradicionais de autoridade e proteção de que era portadora. Ocorre o descompasso entre a família na época do liberalismo burguês e a família contemporânea. Na primeira, a autoridade acompanhava a figura do provedor econômico,

bem como sua superioridade física sobre os filhos. Era, pois, ele, o chefe “natural” e “racional” da família. Neste momento, a alienação e a desumanidade circunscrevem a sociedade civil dominada pelo valor de troca que invade a família e compromete sua esfera ética. Com a decadência da autoridade paterna produz-se uma transferência da sua “aura metafísica” para instituições externas à família: tais instituições desfrutam da mesma imunidade de crítica de que gozava o pai na família liberal. (Canevacci, 1985, p. 9-10)

Bilac (1995) reflete sobre a crise da sociedade e a crise teórica dos paradigmas clássicos no processo de interpretação das mudanças observadas na família (p. 30). Foi analisada a relação família e reprodução, e esse conceito foi compreendido a partir de Lefèbvre (1973) e Bordieu (1979), como sendo a “esfera” ou “instância” específica da vida social, reservada à produção social da vida, dos seres humanos, tanto em termos cotidianos quanto geracionais. Tal esfera é organizada pelas relações de gênero e fundada na divisão sexual do trabalho, articulada, porém distinta da esfera da produção (de bens e serviços), espaço privilegiado para a análise da subordinação feminina.

Ocorreu ao longo da história das sociedades, principalmente as urbanas, uma transição de um modelo baseado na evolução das forças produtivas e das relações de produção para uma orientação social. Para Lasch (1991), a sociedade capitalista, após socializar o processo de produção, passou a socializar também a reprodução, distribuindo-a por várias agências (p. 25-27). O crescimento das profissões assistenciais, educacionais e de saúde termina por tirar dos pais e da família qualquer autoridade na reprodução. A autoridade se impõe de fora para dentro, e os efeitos são vários do ponto de vista sociológico e psicológico. A família, como instituição, vem sofrendo alterações quanto as suas funções e importância social, que em um tempo anterior a identificavam, então, seu papel, gradativamente, vai sendo minimizado, e ela se esvazia.

Um dos focos ressaltados por Bilac (1995) é a importância de se precisar o significado da família como instituição social, nos dias atuais, uma vez que, mesmo estando em crise há pelo menos 100 anos, nem por isso desapareceu. Sua hipótese de um processo de destruição do modelo familiar institucional pode estar relacionada a uma desinstitucionalização da reprodução, guardando alta cotação com o individualismo nas sociedades contemporâneas (p. 34). A família não seria organizada por normas “dadas”, mas por acordos e negociações entre seus membros, sendo aqueles demarcados por um tempo de duração dos mesmos. Goldani (1989), citado por Bilac (1995), refere-se às vidas familiares como sendo cada vez mais idiossincráticas e fluídas devido ao fato de serem frutos de escolhas individuais e negociações interindividuais (p. 37). Bilac (1995) chamou atenção para o fato de a ênfase na capacidade de

negociação dos sujeitos individuais, na família, obliterar diferenças de poder e desigualdades entre homens e mulheres, adultos e crianças, velhos e jovens, diferenças que são socialmente construídas e socializadas: “Em suma, os ‘negociadores’ farão seus acordos de posições absolutamente diferenciadas na estrutura familiar” (p. 37).

Problematizando o lugar que a família ocupa na ordem capitalista, Sarti (1995) elucida como a família deixou de ser uma “unidade de produção”, na medida em que as relações de produção capitalista separou-se das relações da família. A produção passou a ser identificada à esfera pública e a família tornou-se a esfera privada da vida social, constituindo uma verdadeira “unidade de consumo” (p. 42). Assim, o sistema simbólico, que se refere ao universo da linguagem e do discurso, constitutivo de toda e qualquer realidade social que se estabelece, funda a importância da cultura no processo de significação das ações. As escolhas nas relações familiares não são apenas funcionais/instrumentais, devem ser dimensionadas pela ordem simbólica. Com isso, as mudanças ocorridas na família contemporânea estão relacionadas com a perda do sentido da tradição, ou seja, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes amarrados a identidades preestabelecidas, passam a ter significados à luz de um individualismo que adquire cada vez mais importância social.

Por individualismo no contexto contemporâneo, compreende-se, a partir de Lukes (1983), citado por Vaitsman (1994), uma existência do indivíduo que passou a englobar, ao longo do tempo, nas sociedades ocidentais, a dignidade humana, a autonomia, a privacidade e o autodesenvolvimento (p. 27). Enquanto a primeira refere à noção de igualdade, as três últimas corresponderiam à noção de liberdade.

A afirmação da individualidade ou do individualismo vem corroendo, de certa forma, o princípio da reciprocidade e da hierarquia, que ordenavam o sentido de família. Em grande parte, o movimento que as mulheres empreenderam na busca por um redimensionamento de seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública contribuiu para a valorização da individualidade e para o sentido das mudanças atuais. A partir do momento em que o espaço social abre brechas para a dimensão individual, os papéis familiares e as hierarquias se tornam conflitivos na sua forma tradicional, embora a vida familiar continue tendo valor social. Apesar de comportar relações do tipo igualitário, a família implica autoridade, pela sua função de socialização de crianças que convivem com regras instituídas.

O que se propõe a questionar, na família, é um aprendizado do que seria, ao mesmo tempo, serem sós e “serem juntos”, bem como o desafio de, considerando a noção de individualidade, refletir o princípio da hierarquia, no qual se baseia a autoridade tradicional.

Os “papéis sexuais” e as obrigações entre pais e filhos não estão mais claramente preestabelecidos, as negociações são constantes, promovendo um palco de diversos projetos ideológicos mutantes sobre como agir e ser. Sarti (1995) revelou que vivemos em um tempo que nunca foi tão repleto de alternativas de escolhas e, ao mesmo tempo, tão normativo, e, simultaneamente, emancipador e constrangedor (p. 44).

Segundo Vaitsman (1994), as perspectivas abertas pela modernização criaram espaços para projetos de vida que desafiarão o individualismo patriarcal, rompendo a dicotomia entre papéis públicos e privados segundo o gênero (p. 51). O casamento, sucessivamente, passa a submeter-se às necessidades individuais, transformando-se em uma aliança definida pelo igualitarismo e pela satisfação emocional, tornando-se muito mais instável. A crise do casamento e da família conjugal moderna, nos moldes do que a definia enquanto padrão institucionalizado, abriu caminho para a heterogeneidade e a diversidade de formas que homens e mulheres contemporâneos encontraram para administrar suas relações afetivo-sexuais no casamento ou fora dele. Apesar das mudanças, ainda permanece o conflito entre o coletivo e o individual, o que, com uma nova roupagem, assume-se a consciência de que a individualidade de cada um ergue barreiras entre os dois, pois perdeu-se a convicção de que duas e somente duas pessoas sejam feitas uma para a outra.

Vale esclarecer, neste momento, sem, no entanto esgotar, algo sobre discussões acerca do caráter das transformações históricas nas sociedades contemporâneas a partir de uma breve discussão do que distingue o “moderno” e o “pós-moderno”. A condição moderna é marcada por uma idéia de história universal da humanidade, ressaltando o sentido a partir da totalidade, do universalismo. Por outro lado, após transformações que desde o final do século XIX vêm afetando as regras do jogo da ciência, da literatura e das artes, a crítica pós-moderna aos pressupostos modernos tem sido veemente quanto a uma Razão, que deveria ser universal, acabou, na prática, restringindo-se à racionalidade das categorias e grupos sociais dominantes no mundo social.

Na chamada condição pós-moderna (Lyotard, 1989), o saber em diferentes campos não consegue mais legitimar suas regras por meio das filosofias da história universalistas que “narram uma estória” abrangente. Na sociedade contemporânea a vida cotidiana é fragmentada, descontínua e heterogênea e, por isso qualquer crítica só pode ser pragmática, local e contextual. Descarta-se qualquer possibilidade de pensar o social por meio de uma história universal da humanidade, excluindo também qualquer sentido de totalidade e de universalismo (Lyotard, 1989).

(...) Quando se fala em pós-moderno, seja na arte, na arquitetura, na cultura, no texto literário, na economia, na política ou na família, está-se falando da aceitação da coexistência e da mistura de códigos e de mundos, do reconhecimento da heterogeneidade que existe na sociedade contemporânea; mas, sobretudo, de uma heterogeneidade que agora se quer reconhecida como legítima. No pós-modernismo, a pluralidade, o particular e o local contrapõem-se às idéias de unidade, de geral e de universal, que constituem o eixo do modernismo (Vaitsman, 1995, p. 342).

A fragmentação e a fragilidade dos laços humanos interferem em nossa capacidade de amar, seja esse amor direcionado ao próximo, ao nosso parceiro ou a nós mesmos. Bauman (2004) afirmou que:

Em nosso mundo de furiosa “individualização”, os relacionamentos humanos são bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como determinar quando um se transforma no outro. Na maior parte do tempo, esses dois avatares coabitam – embora em diferentes níveis de consciência... “Relacionamento” é o assunto mais quente do momento, e aparentemente o único jogo que vale a pena, apesar de seus óbvios riscos. (Bauman, 2004, p. 8-9).

Outro fenômeno do período contemporâneo analisado por Bauman (2004) e que interfere nos relacionamentos intra e interpessoais são as “relações virtuais”. O avanço tecnológico fez surgir a “rede”, uma matriz que serve a um tipo de relacionamento em que o engajamento e a falta de compromisso se traduzem tanto pelo conectar-se quanto pelo desconectar-se. As conexões são estabelecidas e cortadas por escolha, prejudicando a manutenção de laços a longo prazo: “Diferentemente dos ‘relacionamentos reais’, é fácil entrar e sair dos relacionamentos virtuais” (p. 12-13). Neste mundo veloz, tem-se a impressão de que sempre haverá uma relação mais satisfatória e mais completa, fazendo com que os indivíduos exercitem, constantemente, a ganância em prol de uma “felicidade inatingível”. A segurança do convívio é, ao mesmo tempo, desejada e repulsada, pois homens e mulheres encontram-se desconfiados da condição de “estarem ligados”, temendo os encargos e as tensões que podem surgir do relacionar-se. Eles temem o limite à liberdade individual.

Percorre-se, portanto, o caminho da ambivalência, estando a ordem simbólica entrecortada pela busca da fórmula mágica que permita aos indivíduos desfrutar das doces delícias de um relacionamento, evitando, simultaneamente, seus momentos mais amargos e penosos. O que fazer para comer o bolo e ao mesmo tempo conservá-lo, o que fazer para permitir sem desautorizar, possibilitar sem invalidar, satisfazer sem oprimir?

Vaitsman (1995) elucida que da mesma forma que o modernismo é um fenômeno urbano e cosmopolita, o pós-modernismo traz a peculiaridade ter nascido na sociedade globalizada, de consumo, tecnológica, eletrônica, dominada pela informação, pelos vídeos, pelas mídias, pela falta de profundidade e por uma superficialidade que surge a partir da cultura da imagem, do simulacro, do significante. Ao analisar Baudrillard (1981), a autora retrata que o pensador “vê os sistemas de signos e as imagens como centro da organização da vida cotidiana atual, em que as imagens dos meios de comunicação de massa e da publicidade criam desejos através de um tempo extremamente volátil. Baudrillard, porém, afirma que na sociedade contemporânea a própria produção de mercadorias foi substituída pela produção de signos e de imagens. Tudo teria se tornado signo, pastiche, simulacro da realidade. O impulso, o desejo, a espontaneidade teriam passado a preponderar sobre a razão. A vida cotidiana e a cultura na metrópole contemporânea seriam marcadas por esses traços” (p.342).

Nesse processo de mudanças e transformações, a própria condição do indivíduo e da família no contemporâneo se modifica, ou seja, a interação humana passa a ser representada por relacionamentos contextuais, tornando o passado uma nostalgia, o presente a certeza, incerta e o futuro, o não planejado, o imaginado. A heterogeneidade, a pluralidade, a instabilidade e a incerteza que hoje marcam os discursos e as práticas de casamento e família não representam o fim do casamento, nem o fim da família. Diferentes configurações na constituição das famílias surgem como alternativas ao modelo burguês, nuclear e patriarcal, tais como as famílias chefiadas por mulheres, família monoparental, casais e famílias homossexuais, famílias recompostas, família gerada artificialmente, famílias de criação, famílias extensas, entre outras. Cabe-nos compreender o movimento, ora de tradições, ora de rupturas, ora de transições que invadem o cotidiano atual de nossas vidas familiares.

Neste momento, será realizada uma análise da condição das famílias no Brasil. Esta história deve ser investigada a partir das transformações que ocorreram a partir do processo de colonização. Com algumas distinções em relação à Europa, o Brasil passou por mudanças particulares devido às profundas desigualdades sociais que vigoravam no país.

1.3 AS PROPOSIÇÕES ACERCA DA FAMÍLIA BRASILEIRA AO LONGO DE SUA HISTÓRIA RECENTE

Os passos estabelecidos até o presente momento desta dissertação tiveram por objetivo central compor um percurso histórico da família no Ocidente, a partir de um recorte temporal destacado pela própria literatura consultada: da era medieval à contemporaneidade. Foram levantados alguns dos principais estudos da história da família que compõem um acervo de proposições teóricas que se propunham a investigar suas formas, funções e estrutura ao longo do tempo, analisando a retração e a expansão do valor atribuído à família ao longo do tempo, bem como, sua transformação a partir, principalmente, de mudanças nos domínios político, econômico, social e cultural.

Enunciada no âmbito de tais mudanças, evidenciou-se que a noção de família contempla diferentes perspectivas acerca das dimensões público/privado, destacando-se as especificidades do modelo da família patriarcal e a consideração acerca da existência de outros modelos de família com características próprias e dinâmicas particulares, bem como o próprio processo de enfraquecimento do patriarcado na sociedade burguesa, e o crescente processo de valorização do individualismo e dos direitos individuais e seus efeitos no contexto familiar.

Por extensão, em sequência ao contexto teórico, este tópico ocupa lugar relevante no percurso histórico visitado, por contextualizar as especificidades da “instituição família” na sociedade brasileira ao longo do tempo. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, assumida nesta dissertação, buscou-se o percurso histórico desta instituição, enquanto categoria de análise, nas investigações, discussões e teorizações da história do Brasil.

A história do Brasil é marcada inicialmente pelo contato cultural entre colonizadores, populações indígenas e trabalhadores negros escravizados importados.

Scott (2004), antropólogo que inspirou seu artigo Família, Gênero e Poder no Brasil nas construções de Claude Levi-Strauss (1976, 1981), revela que “é inegável que as nações formam suas identidades em torno de crenças e imagens construídas sobre a composição de sua própria população com as populações de outras nações. Sejam quais forem os processos políticos da definição de fronteiras nacionais, qualquer população nacional se constrói, biológica e socialmente, como resultado da procriação de homens e mulheres em uniões com variadas valorizações sociais, em constante transformação decorrente de combinações históricas particulares e com a atribuição de significados simbólicos de fatores diversos”

(p.29). Seguindo a linha de raciocínio estruturalista, Scott assegura que existe uma constância no fato de que homens e mulheres ao se reproduzirem, geram uma população cujas características sociais se tornam elementos sócio-culturais que se mesclam no caldeirão do qual sairão as identidades nacionais.

Assim, a situação do Brasil é de ter sido fundada a partir da mistura racial, tendo a formação familiar envolvida por populações portuguesas, indígenas e negras. Por ter hospedado a casa real portuguesa e passado longos anos como um “império doméstico”, o Brasil deparou-se com a marca dos impérios europeus, construídos com o estabelecimento da hegemonia sobre populações distantes e diferentes, cuja inferioridade descrita enfatizava características raciais. “Isto facilitou a separação entre os governos e os governados, pois, as teorias em voga sobre raça e clima se adequaram perfeitamente à idéia da superioridade das nações européias” (Scott, 2004, p. 32).

Portanto, em Scott a construção da nação através da família pode ser compreendida como manifesta em esferas simbólicas e normativas, em que as nações são vistas como unidades corporativas num nível alto de articulação de poder. No caso de pensar a família, as nações de forma geral elaboram seus padrões de interação com outras nações de acordo com as suas próprias crenças sobre a importância de exogamia e endogamia, domesticidade, privacidade e a esfera pública por vias de classe, etnia e da própria nacionalidade.

Nessa relação da identidade da população e a construção das nações em contextos mundiais, o estudioso mencionado, ao ressaltar as esferas simbólicas e normativas embutidas nessa construção, identifica cinco períodos sucessivos no pensamento brasileiro sobre a família. O primeiro, se refere a uma perspectiva em que a diferenciação racial e a miscigenação eram reconhecidos como fatores impeditivos ao crescimento do Brasil como uma nação independente e com participação plena na comunidade mais ampla. Este modelo atendeu à necessidade de se criar uma imagem integradora a partir de uma formação familiar nacional tida como modelo.

Em um momento posterior, a emergência de uma democracia imposta pela nova configuração pós-guerra fomentou críticas ao modelo patriarcal, favorecendo a busca de uma família em vias de modernização, incentivada ao consumo e cujo solo tendia para o processo crescente de urbanização e nuclearização, identificáveis em comunidades espalhadas pelo globo.

No entanto, o terceiro período, nos anos sessenta, é identificado por cientistas sociais e economistas latino-americanos como um momento de empobrecimento da população e das famílias, bem como a crescente desigualdade social perante a meta de a nação virar

‘desenvolvida’. O anticomunismo reinante nos Estados Unidos dos anos cinquenta se materializa ainda mais com a ‘coisificação’ da divisão do mundo em dois blocos, o democrático e o socialista. Todos percebem as existências de caminhos alternativos para o desenvolvimento cujas implicações ameaçam bastante à hegemonia norte-americana. Surge uma reação política americana que se torna firme e inquestionável. O quarto período é marcado pela presença de governos ditatoriais com alianças com os Estados Unidos que se estabeleceram em muitos países na América Central e na América do Sul, e o Brasil é um exemplo.

Finalmente, o quinto período descrito por Scott refere-se à intensa internacionalização discursiva de padrões e interpretações que já estavam internacionalizadas acompanhou um processo de democratização e mobilização que seguiu o desmoronamento do bloco socialista. A queda do muro de Berlim e a incorporação mais plena de uma quantidade indefinida de nações do antigo bloco soviético numa rede de trocas comerciais e políticas centradas na Europa e nos Estados Unidos com ramificações para a Ásia reconfiguram o cenário internacional. Blocos regionais redefinem realidades supranacionais e oferecem imagens de fragmentação e de multicentrismo político lado a lado a uma unificação econômica na qual a competição interna segue as regras do capitalismo avançado. Neste cenário a busca de direitos entrecorta a família pelas diversas linhas hierárquicas, salientando valores em competição e promovendo uma percepção e formação mais e mais fragmentada de famílias.

Palco de desigualdades incrustadas nas sinuosidades de sua história, o estudo da família brasileira não deve prescindir da totalidade dos espaços geográficos nos quais ela se insere e com os quais se relaciona, sendo alvo de reflexões por parte de estudiosos cujas leituras enveredam por linhas de convergência e/ou divergência sempre remetidos a um cenário histórico global, conforme foi elucidado.

No Brasil colônia, colonizadores, homens portugueses tomavam as mulheres indígenas e as mulheres negras, escravas e livres, como esposas e concubinas, e não somente como parceiras sexuais eventuais. Ao chegarem solteiros no novo mundo, ou, pelo menos desacompanhados por mulheres portuguesas, passaram a se apropriar das mulheres indígenas e negras, o que afetou a vida cotidiana profundamente como aponta Darcy Ribeiro em *O povo brasileiro* (1995) e João Azevedo Fernandes em *De cunhã a mameluca: em busca da mulher tupinambá* (2003).

Segundo Pessoa; Silva & Apolinário (2008), “os primeiros escritos sobre os indígenas tupinambá no início da colonização foram feitos por viajantes europeus, estes descreveram os indígenas a partir de princípios teológicos cristãos, dessa forma o cotidiano desses ‘índios’

foram produzidos a partir do imaginário do colonizador. A alteridade nas descrições desses viajantes, que em sua maioria eram missionários, possui uma característica marcante: descrevem os indígenas vestidos de sua visão de mundo, que se difere totalmente da visão de mundo dos nativos da América” (p.2).

Os indígenas eram vistos pelo olhar do homem europeu como seres primitivos, bárbaros e selvagens e, mais especificamente as mulheres indígenas sofriam dois tipos de preconceito, pois além de serem de um grupo culturalmente diferente e considerado inferior, eram mulheres.

“Os Tupinambá não possuíam classes sócio-econômicas, sua organização se baseava em obrigações individuais. O trabalho feminino era predominante, as mulheres cuidavam da agricultura (do plantio a colheita), serviços domésticos e provavelmente carregavam o produto da caça de seus maridos. Os casamentos eram fundamentais para disputa de poder e de privilégios, além de ser um importante elemento de interação entre os europeus e os indígenas, pois muitas vezes os europeus escaparam dos rituais antropófagos esposando as ‘índias’ da aldeia” (Pessoa; Silva & Apolinário, 2008, p.2).

João Azevedo Fernandes (2003) aborda este fenômeno multifacetado, retratando que a mulher Tupinambá surge como uma imagem que parece resumir em si boa parte desta complexidade, na medida em que se apresenta como um elemento fundamental de intermediação entre aqueles mundos díspares e que se interrelacionavam econômica, política e culturalmente.

A História do Brasil colônia é descrita, principalmente, por uma administração colonial centrada nas mãos do governador geral, como também dos homens que compunham as câmaras municipais e dos senhores de engenho detentores do poder político e econômico. A estrutura social portuguesa reproduzia o patrimonialismo no Brasil, com todas as condições materiais centradas pelo Estado, na figura do rei.

Na família, tal estrutura tinha a referência no patriarcado, que refletia as condições normais de atuação, com respaldo da Igreja católica e dos laços tradicionais de representação perante a sociedade. Este modelo também fora transplantado ao Brasil e tinha como característica a adaptação da vida à faixa litorânea, num primeiro momento.

Sérgio Buarque de Holanda relata na sexta edição de *Visão do Paraíso*, em 1994, que no Brasil e nas possessões lusitanas, ainda que pareça afrouxar-se, em dadas ocasiões e em certos lugares, como sucede com a criação das capitânicas hereditárias, a presença ativa da Coroa faz-se sentir desde que principie a colonização regular. Ou seja, o conservadorismo

português em relação aos seus referências e modelos foram traduzidos no processo de colonização do Brasil.

Souza & Botelho (2001) destacam a crítica de pesquisadores contemporâneos contrários à perspectiva que considera o modelo patriarcal como sendo geral, único e fixo na descrição da instituição família brasileira. Para tanto, elucidaram ensaios de Alfredo Ellis Jr. (1936) e Cassiano Ricardo (1959), como também de Alceu Amoroso Lima (1945) e Sylvio de Vasconcelos (1981), todos pensadores/produtores de modelos nacionais e regionais de família, focalizando as realidades de São Paulo e de Minas Gerais, respectivamente, com suas experiências de organização familiar própria e distinta da zona açucareira do nordeste, cujo regime econômico era predominantemente patriarcal. De outro lado, estudos considerados clássicos ou exemplares pelo meio acadêmico, como os de Oliveira Vianna (*Populações meridionais do Brasil*, 1920), Gilberto Freyre em *“Casa grande & senzala”* (1933), entre outros que enfatizam especificamente o modelo patriarcal da família brasileira, revelam as relações sociais no Brasil Colonial que se davam entre brancos e negros sob a autoridade do senhor branco proprietário e chefe de família.

Teruya (1989), pesquisadora em História Social, também evidencia que o estudo da família brasileira está alicerçado a dois posicionamentos conceituais específicos: um primeiro que se projeta a partir do modelo de família patriarcal como sendo a-histórico de família brasileira; e um segundo, onde este modelo é revisto. Conforme a autora, o modelo de família patriarcal pode ser descrito como um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até concubinas e bastardos, todos abrigados sob o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político. Traços como baixa mobilidade social e geográfica, alta taxa de fertilidade e manutenção dos laços de parentesco com colaterais e ascendentes eram características desse extenso e multifuncional grupo familiar. A casa-grande teria sido o símbolo desse tipo de organização, locus para onde convergia toda a vida econômica, social e política da região, de forma mais ou menos ordenada. Sua área de influência abrangia a atuação da Igreja, do Estado e todas as outras instituições sociais e econômicas. A família patriarcal foi tomada como ‘civilizadora’, ao impor sua ordem e sua solidariedade a uma condição social que seria de outra maneira, desorganizada e anômica.

Assim, para estudiosos como Oliveira Vianna (*Populações meridionais do Brasil*, 1920), Gilberto Freyre (*Casa grande & senzala*, 1933), Antônio Cândido (*The Brazilian Family*, 1951), entre outros, cujo referencial patriarcal predomina, “o fortalecimento da

família patriarcal se explica pela própria estrutura colonial: numa época em que o governo português não conseguia se fazer representar em toda colônia, o proprietário de terras tomou as rédeas do poder local. O sistema de parentesco era a forma pela qual os indivíduos se reconheciam no mundo: ser filho, parente, compadre, cabra, escravo do senhor proprietário, conferia os limites e possibilidades para cada indivíduo. Desta forma o poderio patriarcal foi gestado na ausência do Estado forte, e seu declínio se verificaria quando este Estado assumisse seus papéis” (Teruya, 1989, p. 4).

Oliveira Vianna em *Populações meridionais do Brasil* (1920) vislumbrou a possibilidade de integrar o Brasil sob o comando das populações ‘meridionais’, mais arianas, ao mesmo tempo em que exaltava a família patriarcal como um elemento importante para o desenvolvimento da nação, com epicentro nos estados do Centro-Sul. Vale ressaltar que no cenário internacional dos anos 30 e 40, estados fortes fascistas e corporativistas lutava para a hegemonia numa Europa dividida. Ao mesmo tempo, a economia americana se fortalece, apesar dos contratemplos da Grande Depressão. Os estados europeus, em especial Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, promoveram modelos de centralidade política e, a exemplo de Alemanha, operavam com modelos ainda abertamente racistas associados, na época, à idéia de ‘eugenia’ (Scott, 2005). Também no Brasil, a questão racial esteve presente, como por exemplo, no próprio Oliveira Vianna.

Já Gilberto Freyre, escritor nordestino, é anti-racista em sua elaboração, calcando-se na antropologia de Franz Boas (1858-1942) que enfatiza o cultural como uma base mais firme que o racial para a compreensão de formações sociais. A antropologia boasiana se articula muito bem com o cenário complexo de uma sociedade em formação, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil, onde avultavam, num momento de intensa migração e movimento de pessoas, idéias e coisas, os problemas de mudança cultural, de racismo e discriminação, de formação de novos costumes.

Scott (2004), denuncia que o discurso de tais pensadores teve, de certa forma, e com especificidades e enfoques distintos, por objetivo retrabalhar “as idéias sobre o Brasil e criar novas imagens sobre a sexualidade, a formação da família e a domesticidade, e desse trabalho emerge a figura do patriarca como símbolo da integração nacional. Nessa hora, a ‘família’ vira um porta-estandarte simbólico, e a frase constitucional que ‘a família é a base de tudo’ assume um significado de integração e controle para inverter o dilema de negatividade que permeava as idéias teórico-raciais evolucionistas. O estabelecimento de um Estado forte e centralizado requereu uma ressignificação dos elementos que constituíram a população brasileira. “O patriarca centralizador assume o papel simbólico de fundador de um grupo

doméstico extenso e poderoso, cujas semelhanças estruturais com o novo Estado centralizador no Brasil valorizavam a capacidade dos homens de mandar e de integrar os outros sob a sua liderança” (p.34).

No artigo “A família brasileira diante das transformações no cenário histórico global”, Parry Scott (2005) diz que a xenofilia caracteriza uma relação de afirmação identitária nacional brasileira que é refletida em sucessivos redirecionamentos de ênfase sobre o que os pensadores sobre o Brasil acreditam ser “a família brasileira” desde antes da formação da república até o presente. Com isso, a criação de identidades nacionais depende de como cada país identifica a sua própria população. Esta por sua vez, se constrói biológica e socialmente, como resultado da procriação de homens e mulheres em arranjos domésticos com variadas valorizações sociais que costumamos designar de ‘famílias’. Em qualquer momento do cenário histórico apresentam-se configurações de relações entre nações que provocam certa sintonia entre quais são as características realçadas como ‘características familiares’ para os países envolvidos em redes de interação de variadas intensidades, em que a conseqüência é de uma tendência de, por um lado, uma constelação familiar generalizada para o conjunto de nações e, por outro, a singularidade para a população de cada nação individualmente. O que é vislumbrado e valorizado nestas famílias se modifica com o tempo de acordo com a constituição geral da rede internacional e o local específico que a nação ocupa nela.

Por um período o foco da produção acadêmica acerca da família patriarcal obliterou outras organizações familiares possíveis, compreendidas talvez como complementos ou ‘apêndices’ daquela estruturas.

Em Souza & Botelho (2001) são elencados autores contemporâneos como Samara (1987,1997), Corrêa (1993), Faria (1998) e Almeida (1987) que em suas pesquisas questionaram e relativizaram os textos considerados clássicos. De acordo com os estudiosos, predomina na literatura considerada clássica uma imagem da família brasileira convertida em matriz e modelo para a sociedade colonial inteira, no período que se estende do século XVI ao XX. A lógica no parâmetro da família patriarcal dá-se pela ênfase no modo de ocupação do território baseado no engenho e nas fazendas de grande porte de criação ou de plantação de café, bem como nas relações entre brancos e escravos sob a autoridade do senhor branco proprietário e chefe de família. Também no nexu patriarcal, a mulher (branca e negra) é localizada e engessada no conjunto de papéis hierarquicamente posicionados na trama cotidiana entre a casa e a senzala.

Samara (2002) destaca que o modelo de famílias extensas do tipo patriarcal não foi predominante como matriz para o entendimento da família no território brasileiro como um

todo. Embora a autora reconheça que o modelo patriarcal de família tenha sido considerado referência, ressalta a necessidade de reelaboração dos estudos de família a partir de critérios que levem em conta a temporalidade, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população. Os padrões de família descritos nos engenhos do Nordeste no início da colonização são diferentes de contextos regionais e temporais específicos. Tais contextos foram diretamente influenciados pela peculiaridade da economia mineradora do século XVIII, pelas plantações de café durante o século XIX, o processo de industrialização, o aumento da vida urbana e do fluxo migratório.

No início dos séculos XVI e XVII, a economia da Colônia esteve, basicamente, assentada em plantações de cana localizadas no Nordeste. Nos engenhos do mundo rural, as famílias de elite viviam nas mansões assobradadas, cercadas de escravos e dependentes. Nas uniões legítimas, o papel dos sexos estava bem definido, por costumes e tradições apoiados nas leis. O poder de decisão formal pertencia ao marido, como protetor e provedor da mulher e dos filhos, cabendo à esposa o governo da casa e a assistência moral à família (Samara, 2002, p.4).

Por outro lado, Laura de Mello e Souza (1982), em “Os Desclassificados do Ouro” explica e comprova estatisticamente como as mulheres ocuparam o espaço de líder familiar, a partir do processo de desclassificação social da sociedade mineira, de ideologia metropolitana. No entanto, é um espaço não legitimado, não valorizado e muito menos reconhecido, nas relações de poder, pois a maioria da população representada por estas mulheres são de origem mestiça e pobre. A família era constituída por gente livre e pobre, que se estruturou independentemente dos laços matrimoniais.

Samara (2002) ratifica os estudos acima, quando menciona que a partir da descoberta das minas de ouro na década de 1690, mudanças econômicas ocorreram a partir da constituição de um novo pólo de colonização, ou seja, o deslocamento do eixo econômico antes localizado no Nordeste foi transferindo-se para o Sul. As conseqüências desse movimento foram uma vida urbana mais intensa, com pessoas atraídas pela busca de enriquecimento e aventura, bem como o aumento do número de celibatários, concubinatos e ilegitimidade das uniões conjugais. Também, havia mulheres que exerciam atividades econômicas fora do âmbito doméstico e solteiras com prole natural que chefiavam famílias, o que traduzia certo ‘enfraquecimento’ dos padrões impostos pela colonização.

Corrêa (1993), Faria (1998) e Samara (2002) marcaram, em suas pesquisas, a especificidade de outras regiões brasileiras, como por exemplo, o sul e o sudeste, que

constituíram pólos de colonização diferenciados em relação ao ‘modelo’ patriarcal do nordeste açucareiro, com particularidades em termos de mobilidade social e relações de miscigenação. Samara (1997) , ao se reportar às pesquisas que questionam a validade do modelo patriarcal, chama atenção para a contestação de uma organização de família aplicável aos vários segmentos sociais. Também destacou a distância entre ‘norma’ e ‘prática social’, em que a moralidade patriarcal, bem como os comportamentos, atitudes e valores, que constituíam o conjunto da população, faziam parte de um ideal concebido no modelo de família patriarcal. Na mesma linha de raciocínio, Almeida (1987) chega a admitir que a família patriarcal no Brasil existiu enquanto idéia, restringindo-se aos valores éticos, aos padrões morais dominantes e suas formas desviantes, enfim, às mentalidades.

Souza e Botelho (2001) sinalizam que a crítica ao modelo patriarcal, tido como representação genérica de família no Brasil, surgiu a partir de alternativas de estudos e pesquisas baseada em uma ampla massa de dados calcados em argumentos factuais de realidades nacionais e regionais, bem como de uma reavaliação dos procedimentos investigativos e metodológicos de estudos considerados clássicos.

As obras de Alfredo Ellis Jr. (1896-1974) e Cassiano Ricardo (1895-1974) são mencionadas em Souza & Botelho (2001) como percursos que almejavam diretrizes sociais, econômicas e “espirituais” da colonização do interior brasileiro pelo desbravamento e povoamento dos bandeirantes. Ambas as produções retratam a especificidade da sociedade constituída em torno da atividade bandeirante com cruzamentos raciais próprios, estruturação diversa da propriedade e da atividade econômica e uma versão regional da família patriarcal.

Em *Os Primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano* (1936), Alfredo Ellis Jr. ressalta os diferenciais regionais de São Paulo. Retrata que somente a partir do século XIX podem ser encontrados pontos de semelhança entre a realidade paulista e a nortista, revelados pela descrição de Casa grande & senzala. Nos séculos anteriores, verificam-se especificidades e divergências entre tais realidades. Em São Paulo, antes da cultura do café, não havia monocultura especializada, latifúndios, opulência e escravidão africana. O comunitarismo das bandeiras e os núcleos patriarcais constituíam o regime sociológico, promovendo a aglomeração na pequena propriedade, cultivando maior sociabilidade nos vilarejos satélites de Piratininga. Os patriarcas eram menos opulentos e em maior número.

Por outro lado, no Nordeste havia o predomínio do latifúndio, fazendas maiores, patriarcas mais poderosos, proles mais numerosas, famílias maiores, mais cabedais concentrados e escravaria mais vultosa. O autor discute também os cruzamentos básicos na constituição da gente paulista, ressaltando a mestiçagem que produziu o mameluco paulista,

ou seja, ligações legalizadas ou não pelo matrimônio, fortuitas ou acidentais entre o branco ou o mameluco e a índia. O bandeirantismo, por sua característica desbravadora, é retratado como tendo ocasionado o declínio da média de filhos por família e, por outro lado, os elementos menos atirados à vida aventureira do sertão reproduziram largamente, impulsionados pela alavanca da prolicidade paulista. Portanto, o tipo social paulista é a “união dos tipos comunitários, patriarcal, semi-urbano, com o de nômade aventureiro e ambicioso, saturado de iniciativa” (Alfredo Ellis Jr., 1936, p.276).

Cassiano Ricardo, representante do modernismo de tendências nacionalistas, no livro *Marcha para Oeste* (1959), considera o fenômeno bandeirante como um “sistema de vida só enraizado em São Paulo”, onde o paulista luso descendente ou hispano descendente, através da mestiçagem com o índio, transformou-se em mameluco, o que o distinguiu do português do nordeste ou da cana-de-açúcar. Para a realização da bandeira, a família era considerada a “primeira condição social” e devido à característica de mobilidade ou movimentação geográfica, como também a miscibilidade, as qualidades de povoador do bandeirante determinaram a família numerosa, constituída através de uniões matrimoniais e extramatrimoniais, consideradas pelo autor.

Neste ponto fica evidente a contraposição em relação à valoração negativa do bandeirantismo por Alfredo Ellis Jr. no tocante a consideração de legitimidade de somente uniões matrimoniais, sendo defensor da eugenia. ‘*Marcha para oeste*’ traz o patriarcalismo, a família cristã, a mestiçagem, o escravocratismo como sendo elementos da sociedade bandeirante que se assemelham à sociedade da casa-grande, de Gilberto Freyre. Por outro lado, os contrastes são descritos em termos da monocultura no Nordeste, policultura no Planalto; sedentarismo do latifúndio, mobilidade da bandeira; a casa de pedra e cal do engenho, a taipa e a palha da residência do bandeirante.

Outro aspecto levantado por Cassiano Ricardo foi com relação a característica do agrupamento parental considerado uma organização apoiada na autoridade do patriarcal, ou seja, a figura do chefe de família coincidia com a do chefe de bandeira. Em relação aos homens, a mulher bandeirante que adentrava o interior deixou proles numerosíssimas, transparecendo que as características da paisagem cultural bandeirante traduziam que no Planalto os costumes eram mais afrouxados. A maioria das mulheres mantinha o lar e eram elas que governavam sozinhas, a casa e os escravos, enquanto seus maridos bandeirantes estavam fora de casa. Tanto a família nordestina, alicerçada na estabilidade patriarcal do senhor de engenho, como a família paulista caracterizada pela mobilidade do bandeirante, semearam características culturais importantes para a diversidade cultural brasileira.

O diferencial regional de Minas Gerais ficou por conta das considerações de Alceu Amoroso Lima (1893-1983) que em *Voz de Minas*, primeira edição publicada em 1945, apresenta que o perfil racial do povo mineiro revela uma combinação racial uniformemente mesclada de contribuição indígena, africana e européia, com predomínio da contribuição lusitana. Para o autor, a geografia de Minas provocou o fenômeno de irradiação intraprovincial, produzindo um senso doméstico da sociologia mineira. A família era considerada o centro da sociologia mineira e a hierarquia patriarcal o centro da vida doméstica e também da organização da vida pública, estando nítido o limite que separava os lugares de homens e mulheres nos domínios da casa e da rua. A lei do homem demarcava a vida mineira, ou seja, a hierarquia doméstica era reconhecida como masculina, cabendo a mulher desempenhar papel nas decisões da ordem doméstica.

Sylvio de Vasconcellos, autor de *Mineiridade: ensaio de caracterização* (1981), assim como Alceu Amoroso Lima, chama atenção para o realce do papel da mulher nas Minas, apresentando a especificidade das Minas e ressaltando os matriarcados mineiros, que se deram em função do enfraquecimento e da dissolução do patriarcado que marcava as relações familiares no período anterior à decadência da mineração. Nesses matriarcados, possíveis pela inexistência de “estruturas clônicas patriarcalizadas” (...) o marido, quando muito, orienta em última instância; a mulher executa” (p.54).

Samara (2002) retrata que ao longo do século XIX, o desenvolvimento econômico no Sul do país, provocado pela cafeicultura e pelas modificações políticas (Independência em 1822 e República em 1889), alterações no sistema de mão-de-obra (abolição da escravatura em 1888 e entrada de imigrantes) e a consolidação de um mercado interno, gerou alterações na distribuição espacial da população brasileira, no mercado de trabalho, nos comportamentos e arranjos familiares. Abriram-se novas oportunidades de emprego na indústria nascente e em atividades burocráticas, possibilitando pouco a pouco que as mulheres ocupassem uma fatia desse mercado.

No entanto, a intensificação da imigração fomentada pela política da elite cafeeira paulista promoveu um desequilíbrio entre demanda e necessidade, favorecendo a movimentação dessa população do campo para os centros urbanos. A presença de trabalhadores pobres, imigrantes e nacionais, excedia as necessidades de mercado, ocasionando a informalidade, o trabalho domiciliar e temporário. A inserção de mulheres nessas formas de organização de trabalho permitiu a combinação de atividades domésticas com o trabalho remunerado (Samara & Matos, 1993). O trabalho domiciliar acabou permitindo que as mulheres contribuíssem para a renda familiar sem deixarem de exercer as

funções básicas de mães, esposas e donas de casa, para as quais tinham sido socializadas e educadas.

Vaitsman (1994, p.54) também observa que a partir da segunda metade do século XIX, a incipiente modernização provocou mudanças no modo de organização da vida social e de relacionamento familiar entre as elites urbanas, quando as atividades produtivas das mulheres foram se tornando invisíveis, já que cabia a elas ocuparem as posições sociais de mães e esposas. O desenvolvimento da família conjugal moderna, fundada no casamento por livre escolha, ocorreu simultaneamente a uma reformulação das posições sociais de homens e mulheres no casamento, estimulando novos modelos de condutas masculinas e femininas.

Com isso, o discurso médico-higienista, que já vigorava na Europa, contribuiu para que a sexualidade e o amor entre homem e mulher, no casamento, transformassem em normas de saúde, ou seja, erigiu-se uma indústria sob a atmosfera da medicalização e de parâmetros pautados na saúde mental do casal e da família. O amor foi elevado como uma das premissas morais na luta pelo direito de livre escolha do cônjuge, contra as razões do grupo familiar. A criação de um novo código de relações entre homens e mulheres estabelecia, de forma coercitiva, obrigações entre marido e mulher que deveriam seguir as regras estabelecidas pelo contrato amoroso, cabendo ao indivíduo a culpa pelo fracasso da relação, a responsabilidade pela dissolução da família.

Com o prosseguimento da industrialização, muitas empresas que utilizavam a produção doméstica das mulheres foram sobrepujadas pela produção fabril, o que significou a paulatina substituição do trabalho das mulheres pela mão de obra dos homens, acelerada pela migração do campo para as cidades, que aumentou a disponibilidade da força de trabalho dos homens. A intensificação da imigração europeia também contribuiu para este processo, pois embora direcionada principalmente para o suprimento de força de trabalho na agricultura de exportação e para a produção de gêneros alimentícios para o consumo interno, também começou a fornecer trabalhadores masculinos para as indústrias.

Esse processo provocou uma queda da participação feminina na força de trabalho, acarretando na privatização da mulher no mundo da família nos centros que se urbanizavam e industrializavam. Vale ressaltar que tal privatização geralmente não correspondeu à realidade das práticas econômicas e sociais da maior parte das mulheres das classes mais baixas, transformadas em trabalhadoras fora da esfera doméstica. Outras mulheres exerciam conjuntamente o trabalho formal remunerado, fora de casa, e o trabalho não remunerado ‘invisível’, não valorizado, em casa (Vaitsman, 1994).

Diante de transformações no cenário histórico global, os estudos sobre família no mundo reverberam a influência do processo de urbanização, industrialização e desenvolvimento tecnológico sobre a organização das famílias. Nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, como no caso do Brasil, identifica-se uma tendência, a partir de tal processo, para a separação do mundo do trabalho do mundo familiar; institucionalização da dimensão privada da família, contraposta ao mundo público; constituição social da mulher como indivíduo; nuclearização dos grupos domésticos; tendência para a diminuição das famílias extensas.

Portanto, a título de conclusão desta discussão acerca da história da instituição familiar, pode-se conjecturar que a organização familiar brasileira é apresentada pela literatura como tendo uma base primordial pautada pelo modelo patriarcal importado pela colonização e adaptado às condições sociais do Brasil, embora, como já constatado pela própria literatura pesquisada, houvesse variações desse modelo em função da temporalidade, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população. De acordo com Narvaz & Koller (2006, p.51) citando Chauí (1989), “apesar da desintegração do patriarcado rural, que ocorreu de forma diferenciada em diversas regiões do Brasil, a mentalidade patriarcal permaneceu na vida e na política brasileira através do coronelismo, do clientelismo e do protecionismo”.

Levando-se em consideração as especificidades históricas, regionais e culturais do Brasil, o eixo do processo de modernização, que se instaurou a partir do século XX, provocou mudanças no modo de vida social e de relacionamento familiar, em que a mentalidade patriarcal, considerada uma das matrizes de nossa organização social, assumiu contornos diferenciados ao ser confrontado com a emergência de valores próprios de uma sociedade moderna, liberal e que se globalizava.

As mulheres brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, saíram da tutela do senhor do período colonial e não ficaram mais aprisionadas na casa da burguesia. Ainda assim, não haviam conquistado os direitos civis garantidos ao homem. Precisavam exigir seus direitos de cidadã e aumentar sua participação na vida pública. Em 1916, foi criado o Código Civil Brasileiro, de cunho paternalista, no qual constava que a mulher só poderia trabalhar com a autorização do marido. Em 1934, em meio ao governo provisório de Getúlio Vargas, uma nova constituição assegurou o voto da mulher (Narvaz, 2005, p. 33-34).

Na mesma investigação, Narvaz (2005) elucida que a família nuclear burguesa, baseada na autoridade patriarcal que assume nova face legitimada pela ciência que naturaliza

a mulher como ser passivo e frágil, parece ser o modelo 'normal' de família no imaginário social. Mesmo que tal modelo não seja efetivamente vivido, ele designa uma família pensada e idealizada, cuja determinação e legitimação passam pela mediação institucional, que legitima uma forma específica de interação familiar.

Portanto, no Brasil, a família nuclear, constituída na tríade mãe-pai-filho, toma a frente no caminho de uma urbanização modernizadora. Nesta nova configuração familiar, o homem deixa de ser o proprietário da família para ocupar o papel de pai, provedor e mantenedor burguês da esposa e dos filhos. A mulher passa a ocupar menos o lugar de propriedade do marido, ocupando as posições sociais de mãe, educadora e protetora da prole, cuidadora do marido e do lar.

Após os anos 30, quando o Estado assumiu o papel de promotor da industrialização brasileira, as mudanças que promoveu no sistema de ensino tiveram grande importância para o status das mulheres com acesso à educação, o que afetou direta e indiretamente a divisão sexual no mercado de trabalho brasileiro. Assim, nas cidades maiores houve uma expansão do mercado de trabalho e, com isso, uma ampliação da participação das mulheres, com a gradativa elevação de seu nível de instrução. Estas mudanças, resultado do processo industrial e de reconfigurações da dinâmica urbana neste período, não foram bem assimiladas pela ótica tradicional do discurso do patriarcado na sociedade que, através de representações de gênero dominantes como masculino, incluindo o próprio Estado, difundiam um discurso da natureza dicotômica e desigual dos sexos (Vaitsman,1994).

Durante a ditadura Vargas, os movimentos feministas foram reprimidos e a legislação do Estado Novo foi característica de um regime autoritário influenciado pelas idéias nazifacistas, ou seja, alguns grupos que dirigiam o processo de industrialização difundiam suas posições dominantes de apologia da família como fundamento da nação, uma família moderna e patriarcal cujo lugar social partia de papéis atribuídos e normatizados segundo o gênero. O trabalho feminino foi regulamentado pela Consolidação das Leis Trabalhistas somente em 1941.

A estruturação da sociedade industrial moderna no Brasil foi caracteristicamente marcada pela separação simbólica e material dos espaços, das práticas, das posições de sujeito no âmbito público e no âmbito privado. Foi também caracterizada pela perspectiva dicotômica e hierarquizada das diferenças sexuais. Entretanto, o próprio processo de instauração da modernidade brasileira também foi gerador de um discurso de estimulação de valores universalistas e igualitários, fazendo com que as mulheres se voltassem para o mundo público,

solapando os pilares da estratificação de gênero e do individualismo patriarcal. (Vaitsman, 1994).

Os movimentos feministas foram sendo retomados novamente no início da Segunda Guerra Mundial. Nesta época, nos países desenvolvidos, os homens foram para o front de batalha e as mulheres tiveram que trabalhar para sustentar suas famílias. O Estado de Bem-Estar Social, característico do pós-Segunda Guerra, em 1945, girava em torno do pleno emprego masculino e propunha o cuidado feminino do lar. A mulher, beneficiária do suporte social assegurado pelo trabalho masculino, não dispunha das mesmas garantias, a não ser enquanto esposa ou filha, o que evidenciava sua condição de dependente do marido-pai. Percebida apenas como coadjuvante no sustento da família, não sua mantenedora, o salário feminino poderia ser inferior aos salários gerais. Somente em 1962 é que o Código Civil Brasileiro sofreu alterações, permitindo que as mulheres casadas pudessem trabalhar sem a autorização de seus maridos. A Constituição Federal de 1988 e o Novo Código Civil Brasileiro, de 2002, que substituiu o Código Civil, ainda de 1916, consolidaram alguns direitos femininos já existentes na sociedade...(Narvaz, 2005, p. 33-34).

Outro importante acontecimento, descrito por Vaitsman (1994), que implicou numa certa ruptura de códigos de comportamento que constituíam uma geração anterior foi o ano de 1968, considerado, nas palavras do autor:

o marco não apenas em Paris, Berkeley ou Praga, mas também em várias cidades brasileiras. Diferente do que ocorria nos países europeus ocidentais e nos EUA, onde já se desafiavam as concepções totalizantes, nesta época, no Brasil, a participação política dos jovens assumiu um caráter ainda fundamentalmente moderno, no sentido de que sua ação, dirigida contra a ditadura militar, passava necessariamente pelo projeto de uma transformação revolucionária total da sociedade, pela derrubada do Estado burguês (Vaitsman, 1994, p.68).

Isto representaria de certa forma o combate a tudo aquilo que era percebido como conservador e como a repressão do regime, da sociedade e da família.

Vale considerar que com relação a tais transformações, o tema patriarcado é, enquanto teoria universal e totalizante, controverso no campo dos estudos feministas. Neste sentido Narvaz e Koller (2006, p.50) citam Lobo (1992) e Rowbothan (1984) que “criticam o uso do termo ‘patriarcado’ em função do caráter a-histórico, fixo e determinante impregnado em seu conceito”. Também Castro e Lavinias (1992) são citados, pois “ressaltam que o conceito de patriarcado, tomado de Weber, tem delimitações históricas claras, tendo sido utilizado para descrever um tipo de dominação assegurada pela tradição, na qual o senhor é a lei e cujo domínio refere-se a formas sociais simples e a comunidades domésticas. Seria, portanto, inadequado falar, na modernidade, em ‘sociedade patriarcal’. Além disso, na medida em que a

família e as relações entre os sexos mudaram, a idéia de patriarcado cristaliza a dominação masculina, pois impossibilita pensar a mudança” (Narvaz & Koller, 2006, p.50).

Por outro lado, Pateman (1993) admite uma nova configuração do patriarcado moderno, contratual e que estrutura a sociedade civil capitalista, em que as premissas do patriarcado tradicional se mantiveram. Ou seja, no patriarcado moderno manteve-se o direito natural conjugal dos homens sobre as mulheres, como se cada homem tivesse o direito natural de poder sobre a esposa.

Machado (2000, p.3) citado por Narvaz & Koller (2006, p.50) retrata a existência de um “patriarcado contemporâneo” que foi alterando suas faces ao longo da história na forma de um patriarcado moderno. “Contudo, para esta autora, a diversidade da história ocidental das posições das mulheres, em contextos de transformação e contradições, dificilmente possa ser remetida a uma idéia unitária ou totalizante de patriarcado, a não ser como alusão à constante (mas jamais igual) modalidade de dominação masculina”.

Mesmo a realidade contradizendo a ideologia no sentido de a mulher ser e se mostrar tão capaz quanto o homem em relação à tomada de decisões a respeito de sua sobrevivência e a de seus filhos, a lei apoiava a dicotomia das esferas separadas e desiguais atribuídas a cada sexo. Num Brasil que lutava para se transformar, a família conjugal moderna produziu transformações naquilo que ainda restava da organização patriarcal, emergindo traços pela busca de igualdade de status por parte da mulher e do homem; maior participação das mulheres em atividades lucrativas; aumento do controle da natalidade; aumento do número de desquites e casamentos com desquitados; diminuição da autoridade paterna e conseqüente diminuição das distâncias dentro de uma família; enfraquecimento dos laços de parentesco e, em resultado, uma mudança da família extensa para o grupo conjugal. Outros traços, no entanto, teriam sido preservados: tolerância de adultério discreto por parte do homem; intolerância de adultério por parte da mulher; tabu violento contra a perda de virgindade por parte das mulheres, mesmo nos centros mais urbanizados (Mello & Souza, 1951 citado por Vaitsman, 1994).

Retomamos aqui as considerações de Roberto DaMatta (1987) acerca da complementaridade dos diferentes códigos, por vezes polarizados, que perfazem o caso brasileiro. Poderíamos dizer que a sociedade brasileira sintetizou de modo singular o seu lado tradicional (simbolizado no paradigma da casa; ou melhor: da casa como modelo para a sociedade) e o seu lado “moderno” (representado por um conjunto de leis que deveriam tornar o país uma sociedade contemporânea). Para uma correta interpretação do Brasil, DaMatta defende a necessidade de valorizar a relação e a conexão. “Seria a partir dos conectivos e das

conjunções que nós poderíamos ver melhor as oposições, sem desmanchá-las, minimizá-las ou simplesmente tomá-las como irredutíveis” (p.27).

Vaitsman (1995) retrata transformações no casamento fundado na concepção moderna de amor singular, eterno e dirigido a um indivíduo único e insubstituível, que permeava o imaginário social romântico e burguês do período áureo da modernidade, parece esvair-se no tempo. Na atualidade, a noção de eternidade das relações e dos sentimentos foi abalada e isto se manifesta no fato de que lá onde o indivíduo “encontrava” maior estabilidade e segurança, casamentos e famílias passaram a desfazer-se e refazer-se continuamente. Em vários lugares do mundo, a partir do processo de industrialização, como parte da própria dinâmica da modernização que inicialmente exclui as mulheres do mundo público, surgem vozes de várias categorias – raciais, sexuais, étnicas – lutando contra formas específicas e localizadas de opressão. O aumento da participação das mulheres no ensino superior, nas atividades profissionais, políticas, sindicais, artísticas e culturais a partir das últimas décadas, redefiniu as fronteiras entre o público e o privado atribuídas ao gênero. A constituição das mulheres como indivíduos fez ecoar o ideal da igualdade, entre homens e mulheres, como possibilidade social.

Principalmente a partir da década de 70, as oportunidades vislumbradas pela modernização que já se faziam no Primeiro Mundo, alcançaram o Brasil, ou seja, o crescimento industrial, a urbanização, o florescimento da indústria cultural, da sociedade de consumo, sinalizavam que o país caminhava para frente, produzindo riquezas, conhecimentos, bens de consumo que acabariam atingindo o conjunto da população. O acirramento ou aprofundamento deste processo gerou modificações de diversas ordens na estrutura espacial, demográfica e social, surgindo novos desequilíbrios e a necessidade de novos redimensionamentos. A crítica ao autoritarismo e às concepções totalizantes realizados por uma esquerda que também se autocriticava abriram possibilidades para o desenvolvimento de novas maneiras de ver um mundo cada vez mais fragmentado (economia, política, social e culturalmente). Novos caminhos existenciais, discursivos, culturais e novas formas de conceber o social e o político se expressaram com a contracultura, o tropicalismo, a poesia marginal, a cultura da droga, da psicanálise, do corpo e o conhecido ‘desbunde’ dos anos 70. Neste ínterim, o foco da política aos poucos se deslocou do macro para o micro, do geral para o particular e, com isso, movimentos sociais ganharam fôlego como os feministas, os das associações de bairro, das comunidades de base e posteriormente o ecológico, o negro e o de direitos homossexuais. Também, movimentos feministas ecoaram vozes para transformar e

abalar a visão de um mundo patriarcal e dicotômico cristalizado nas concepções dominantes de masculino e feminino (Vaitsman, 1994).

A compressão espaço/tempo acelerou o fluxo, o movimento e a noção de fragmentação tiveram sua pujança, afetando as práticas da vida cotidiana no Brasil, bem como o modo de articulação das relações de gênero.

Num cenário de constante transformação, permeado pelos ares de um liberalismo internacional que discursava uma unificação econômica na qual a competição interna segue as regras de um capitalismo avançado, surge reflexões sobre direitos de gênero, de geração e sexuais, elementos que operam na constituição e na ideologia familiar. Parry Scott (2005, p. 234-235) elucida que “neste ambiente a busca de direitos entrecorta a família pelas suas diversas linhas hierárquicas, realçando valores em competição e promovendo uma percepção e formação mais e mais fragmentada de famílias. Homens e mulheres, gerações mais idosas e mais jovens, pessoas que exercem as suas preferências sexuais, todos agem num mundo em fluxo (alguns o chamam de pós-moderno) onde as estruturas de poder mantêm modelos hegemônicos e longe de conseguir aliviar, conseguem ampliar as exclusões sociais e as vivências de situações localizadas extraordinariamente difíceis. Ao mesmo tempo, permitem e promovem a elaboração de redefinições que afetam profundamente as maneiras que todos vivem a domesticidade e a sexualidade no mundo atual”.

Novos padrões demográficos de maior longevidade, nupcialidade tardia, separações crescentes, fecundidade reduzida, migração cada vez mais transnacional, novas tecnologias médicas que inclui o campo da reprodução humana, separação entre sexo e reprodução através de uma tendência a valorização da vivência de sistemas eróticos e busca de prazer desafiam velhos preconceitos e alteram de vez as velhas imagens de caminhos na direção de qualquer tipo único de família.

Diversidade, pluralidade, transformações, continuidades e descontinuidades na organização doméstica da realidade brasileira, marcada por contradições que tornam complexas as possibilidades de eixos interpretativos, pois se por um lado busca se afirmar como uma nação que promove direitos de setores da população que estão se tornando cada vez mais visíveis através da sua participação num contexto internacional de defesa da democracia numa sociedade global unificada, por outro trata de forma secundária a relação entre a condição de empobrecimento da maioria dos grupos domésticos brasileiros e a economia mais ampla (Scott, 2005).

Vaitsman (1994) diz que no curso dos anos 80, o Primeiro Mundo vivenciou uma crise econômica e política que repercutiu na dimensão social, e os saldos de esperança caem a seus

níveis mais baixos, contribuindo para o acirramento das desigualdades e diferenças sociais e culturais que passaram a conviver globalmente. No Brasil, os reflexos da crise se fizeram em tentativas de ajuste do país às novas condições do capitalismo mundial, ou seja, políticas de (pós)-modernização, privatização, retração dos gastos públicos se constituíram enquanto medidas de redefinição. Com isso, prolongou-se o abismo social, econômico e cultural entre miseráveis, pobres e ricos, entre trabalhadores, superqualificados e superdesqualificados, entre estilos de vida, padrões de consumo, que, de modo nem sempre pacífico, passaram a coexistir, colidir e a interpenetrar-se no cotidiano urbano.

“Tudo isso coloca o Brasil no rol das sociedades fragmentadas segundo Mingione (1991) citada por Vaitsman (1994, p.74) do final século XX”. “Formas que pareciam ultrapassadas voltam a conviver – às vezes assustadoramente – com o presente. A fragmentação social e a deterioração da qualidade de vida na metrópole do Terceiro Mundo ocorrem a um ritmo que os primeiros modernistas talvez não pudessem imaginar. A instabilidade da vida econômica e política, o processo inflacionário, impossibilitando qualquer planejamento a longo prazo, só fazem radicalizar o transiente, o fugidio e o contingente que definem uma das metades da modernidade” (Vaitsman, 1994,p.74).

A reconfiguração do sentido do individualismo, o afrouxamento das regras sobre comportamentos, a pluralidade de situações cotidianas, a multiplicidade de faces de interação social, que se integram ou não, propiciam que contemplemos “famílias brasileiras”, impedindo a existência de um único e dominante padrão. Evidenciando tal diversidade e pluralidade confrontada com contradições de inúmeras ordens, Narvaz & Koller (2006, p.52) citando Negrão (2004) retratam que mesmo o Brasil sendo signatário junto à ONU de várias convenções que preconizam a eliminação de todas as formas de violência e de discriminação contra as mulheres, ainda é longínquo ou, podemos considerar ficção, a cidadania e a equidade para mulheres.

Pode-se citar ainda outros estudos como os de Bernardes (1995); Hileshiem (2004); Narvaz (2005) e Symanski (1997) para retratar a existência de prescrições normativas em que as famílias brasileiras são permeadas por estereótipos acerca da divisão do trabalho dentro do ambiente doméstico de acordo com o sexo da pessoa. Prescrições que demonstram a tradicional distinção entre as funções e posições do pai e as da mãe, na chamada família nuclear heteronormativa, formada pelos pais (exclusivamente um homem e uma mulher) e seus filhos dependentes.

1.4 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA NOÇÃO DE FAMÍLIA

O percurso realizado até esse momento buscou descrever o campo de estudos que contempla a família ocidental como objeto de análise, através da pesquisa teórica de algumas bibliografias de referência nas ciências humanas e na psicologia, cuja descrição analítica proposta nesta dissertação permitiu elucidar o panorama histórico da trajetória de um conceito da Idade Média à Contemporaneidade. Em consonância com o exposto, as análises vislumbradas incitam a interlocução entre diferentes campos do conhecimento, sobretudo, a sociologia, a psicologia e a antropologia, que empreendem importantes reflexões acerca da família.

Definir o conceito de família é tarefa complexa, principalmente quando lidamos com correntes de pensamento distintas no seio das ciências. Para tanto, optamos por realizar nessa dissertação uma apresentação das possibilidades e limitações de algumas teorias existentes acerca da família nos campos da História, da Sociologia e da Psicologia.

A revisão de literatura remeteu a pesquisa teórica à obra de Christopher Lasch, *Refúgio num mundo sem coração*, primeira edição em (1977), na qual o autor critica principalmente a perspectiva da ‘Nova História Social’ e determinadas abordagens de cunho sociológico. A investigação remeteu também às considerações de Poster (1979) acerca de um rol de autores que inclui Freud, Parsons, Erikson, Engels, Reich, a Escola de Frankfurt, Lacan e os terapeutas da família. Também perpassou pelas proposições de David Cooper, em *A morte da família*, primeira edição datada de 1983.

A pretensão deste texto dissertativo é apresentar alguns pressupostos que enunciam discursos sobre família que, direta ou indiretamente, forjam discussões e reflexões sobre família na contemporaneidade. Compreendida a partir de conceitos que a contemplam como estrutura, função e/ou interação, a família é palco de defesas e ataques, lócus de refúgio e lugar donde se procura fugir, preservada, transformada e/ou discutida em termos de processo de erosão quanto aos seus valores tradicionais.

Nesta linha de discursos criticados e críticos estão as formulações de Christopher Lasch (1991), historiador da Universidade de Rochester. Na primeira edição de seu livro *Refúgio num mundo sem Coração* em 1977, defende a tese de que sendo a família, reduto de amor e de decência num mundo selvagem e competitivo, não poderia mais ser considerada refúgio, na medida em que as forças sociais mais amplas, como as grandes corporações, a

propaganda e o Estado estariam cada vez mais invadindo essa instituição e rompendo sua privacidade. Organizado sob o impacto dos movimentos da década de 70, momento de crise mundial do petróleo, a produção de Lasch assume conotação moralista ao reafirmar a importância dos laços familiares, numa época em que a sociedade norte-americana deparava-se com questões relacionadas ao “uso de drogas”, “promiscuidade sexual” e “certo descuido em relação aos jovens”. Portanto, a função da família, como principal agente da socialização, é reproduzir padrões culturais no indivíduo. Não confere somente normas éticas, proporcionando à criança sua primeira instrução sobre regras sociais predominantes, mas também molda profundamente seu caráter utilizando vias das quais nem sempre ela tem consciência. A família imprime modos de pensar e de atuar que se transformam em hábitos e, devido à sua enorme influência emocional, afeta toda a experiência anterior da criança.

De todas as instituições, a família é a que mais resiste à mudança. No entanto, dada a sua importância, as mudanças em seu tamanho e estrutura, em sua organização emocional e em suas relações com o mundo externo têm uma enorme influência sobre o desenvolvimento da personalidade. Por sua vez, as mudanças na estrutura do caráter acompanham ou sustentam as mudanças na vida econômica e política. O desenvolvimento do capitalismo e o surgimento do Estado se refletem no interior do indivíduo (Lasch, 1991, p.26).

Sendo assim, o estudioso reflete sobre mudanças a partir do final do século XVIII, defendendo que neste período os principais traços do sistema familiar burguês já estavam firmemente estabelecidos na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. O alcance de pleno florescimento desse sistema deu-se no século XIX e agora, segundo o estudioso, parece estar decaindo lentamente. “(...) A família encontrou respaldo ideológico e justificação no conceito de vida doméstica como refúgio emocional em uma sociedade fria e competitiva. O conceito de família como refúgio em um mundo sem coração dava por aceite uma separação drástica entre trabalho e tempo livre e entre vida pública e privada” (p.28). Entretanto, ao ser glorificada neste lugar, a família não foi útil na função de refúgio, pois a domesticidade burguesa foi interpelada, interpelação traduzida pelo aumento do número de divórcios, a queda da natalidade entre as pessoas de camadas sociais mais abastadas, as alterações nas posições sociais das mulheres alavancadas pelo movimento feminista e pela chamada “revolução moral”⁸. Também o discurso dos defensores da família ou daqueles que insistiram na sua importância, revelaram que esta não podia satisfazer suas próprias necessidades sem a

⁸ No final do século XIX, a “nova moralidade” desafiou diretamente a ética sexual predominante, proclamando os prazeres do corpo, defendendo o divórcio e o controle da natalidade, levantou dúvidas a respeito da monogamia e condenou a interferência do Estado ou da comunidade na vida sexual (Lasch, 1991)

intervenção de especialistas, o que de alguma forma contribuiu para a socialização da reprodução.

Os historiadores da família prestaram muito pouca atenção na forma como a política pública – às vezes concebida deliberadamente, não como uma defesa, mas sim como uma invasão – contribuiu para a deterioração da vida doméstica. A família não evoluiu simplesmente em resposta às influências sociais e econômicas; foi deliberadamente transformada pela intervenção de planejadores e políticos. Educadores e reformadores sociais viram na família, especialmente a dos imigrantes, um obstáculo para o que concebiam como progresso social, em outras palavras, para a homogeneização e a ‘americanização’ (Lasch, 1991,p.35).

Émile Durkheim pode ser considerado um representante deste processo de reforma da educação. Este sociólogo francês representa, na Sociologia, uma transição na maneira de conceber e praticar os estudos relacionados a essa ciência. Ao mesmo tempo em que defende um posicionamento conservador, ao analisar a importância da sociedade sobre o indivíduo, avança em direção ao Positivismo, propondo a objetividade e o empirismo nos estudos humanos.

Durkheim (1983) retrata a importância da aceitação das regras sociais para uma perfeita integração no sentido de o indivíduo ser livre na sociedade, ou seja, ter capacidade de agir nela. O contrário disso, o desrespeito, implicará em sua tiranização, ou seja, ele pode ser dominado por outros e punido coercitivamente. Não há indivíduo livre fora das organizações sociais, prega o Conservadorismo. Para compreendermos como entramos em contato com estas regras, é imprescindível o conceito de *fato social* de Durkheim. Para ele, o fato social é "toda forma de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior" (pag.11). Nessa definição entram em cena os costumes e hábitos sociais, bem como a legislação vigente que desde cedo guia e orienta o homem a seguir um comportamento correto para viver em sociedade. Esse comportamento implica no conhecimento e incorporação das leis e hábitos dessa sociedade, fornecendo-nos a base para que esse homem entre no rol da solidariedade e das relações com os semelhantes, o que permitirá a nossa aceitação no meio social.

Durkheim deixa claro que esses hábitos e leis têm poder de coerção e são externos ao indivíduo, ou seja, já existem antes mesmo de seu nascimento e continuarão existindo mesmo após a sua morte, pois estão *institucionalizados* pela sociedade como formas fundamentais para sua organização e estruturação. Dessa maneira, o indivíduo tem de aceitar tal funcionamento, pois senão enfrentará a força coercitiva do sistema para ser integrado. A

incorporação das leis e dos hábitos se dá pelo contato com a legislação, a família, os órgãos estatais, mas primordialmente por meio da educação proporcionada pela escola que deve impor à criança o comportamento mais correto e a visão da consciência coletiva.

O pensamento durkheimiano para Lasch revela que a própria sociedade eventualmente ocuparia o lugar da família privada. Neste sentido, as críticas realizadas por Lasch (1991) são veementes ao papel das profissões assistenciais e da saúde sobre a família americana, bem como o impacto do conhecimento teórico sobre o tema construído pela sociologia norte-americana.

De um certo ponto de vista, a história da sociedade moderna é a afirmação do controle social sobre atividades antes relegadas aos indivíduos ou às famílias. No primeiro estágio da Revolução Industrial, os capitalistas retiraram a produção do âmbito doméstico e a coletivizaram, sob sua própria supervisão, na fábrica. Em seguida apropriaram-se das habilidades e conhecimentos técnicos dos trabalhadores através da ‘administração científica’ e uniram suas habilidades sob uma direção administrativa. Finalmente estenderam seu controle também à vida privada dos trabalhadores, quando médicos, psiquiatras, professores, orientadores infantis, funcionários da justiça de menores e outros especialistas começaram a supervisionar a educação das crianças, tarefa que antes pertencia a família (Lasch, 1991, p.21).

O historiador ressalta que a família contemporânea é produto da ação humana e de lutas concretas pelo poder, e não de “forças sociais abstratas”. Neste sentido, ataca a principal tradição das ciências sociais que afirma o princípio de que a sociedade se desenvolve de acordo com suas próprias leis.

Para Lasch (1991), a crise da família não se materializou do dia para noite. Sendo assim, critica as neofeministas, os porta-vozes da chamada contracultura, os sociólogos radicais, os praticantes da “nova história social” e os jornalistas que divulgam as idéias desses críticos, considerando a situação da família como uma nova descoberta de sua autoria, em que a “revolução sexual”, o movimento feminista e o declínio da autoridade parental fossem produtos dos últimos quinze anos. Na verdade sua defesa é a de que a família vem se desintegrando lentamente há mais de cem anos, ou seja, a crise do divórcio, o feminismo e a revolta da juventude se originaram no século XIX. O livro de Lasch critica tal tradição dos estudos sociológicos, demonstrando como refletiu e influenciou as políticas sociais, bem como analisa a destrutiva influência de certos planos de ação, primordialmente o impacto das chamadas “profissões assistenciais” sobre a família, que se afirmaram como instrumentos de controle social sobre atividades antes relegadas aos indivíduos ou às suas famílias.

Criticado por glorificar ou tentar restaurar a velha família burguesa, como também assumir uma postura nostálgica em relação à família patriarcal, Lasch é visto como conservador pela esquerda norte-americana. Questiona as idéias feministas dizendo que “o problema com o programa feminista não é que a auto-suficiência econômica das mulheres seja uma meta sem valor, senão que sua realização, nas atuais condições econômicas, destruiria valores igualmente importantes relacionados com a família. Enquanto os defensores da família necessitam reconhecer a justiça das principais exigências feministas, estas, de seu lado, devem reconhecer a deterioração dos cuidados com os jovens e a justiça da exigência de se fazer alguma coisa para detê-la”. (...) E acrescenta, “que em lugar de perguntar como as mulheres podem ser liberadas da família, deveríamos perguntar como seria possível às mulheres competir economicamente com os homens sem sacrificar suas famílias ou, inclusive, a esperança mesma de uma família. Aqueles que apóiam as metas dos movimentos das mulheres devem olhar mais além da atual organização do trabalho e, mais além do feminismo, devem olhar em direção a um novo tipo de ordenamento social no qual o trabalho se converta em outro aspecto da formação, transcenda seu caráter atual de progresso individual e satisfaça as necessidades não apenas da geração atual, senão das futuras” (Lasch, 1991, p.16-17).

À ciência social, Lach foi contundente em afirmar que a mesma descreveu a superfície da sociedade moderna sem penetrar em seus processos internos, históricos. Em suma, prendeu-se a idéia de que “as relações entre os homens parecem formar uma teia inconsútil que existe independentemente não só da vontade humana, como também de qualquer princípio reconhecível de causalidade” (p.46). Ainda numa crítica à ciência social, ressalta que “o surgimento da sociedade civil mediatizou a dominação; não obstante, por trás da aparência de liberdade contratual, autonomia individual e do governo da razão, a dominação ainda continuou como motor da história – o governo de classe como base da riqueza e do poder econômico e a força, base da justiça. Ignorando todo isso, a ciência social, presa à superfície da sociedade, converteu axiomas vulgares – a inter-relação de todos os fenômenos sociais, a dificuldade de atribuir causas, a importância das explicações ‘multicausais’ – em princípios mais elevados de sua ciência, onde seriam, elevados assim do empoeirado terreno do óbvio ao empíreo do recôndito e obscuro, como elaboradas e plausíveis mistificações. Estes princípios sociológicos, aplicados ao estudo da família, tiveram o efeito de disfarçar a socialização da reprodução – a expropriação das funções parentais por agentes externos à família – e dar-lhe o aspecto de um processo abstrato, impessoal, evolutivo, conhecido como a ‘transferência de funções’” (p.47).

Houve também por parte de Lasch críticas à interferência das teorias evolucionistas nas ciências sociais que elegeu a família como campo de estudo para esta perspectiva, vislumbradas principalmente nas construções de Morgan e Bachofen sobre a idéia de que todas as sociedades passam por uma seqüência de etapas evolutivas, bem como, especulações acerca de uma das etapas constituírem o matriarcado, em que as mulheres dominavam a família. Tal perspectiva resultou inconclusiva sob o ponto de vista do autor.

Já os sociólogos do começo do século XX, nos Estados Unidos, contentaram-se em sua maioria em resumir o trabalho de seus predecessores do século XIX. Ainda no século XX, sociólogos passaram a discutir e a concordar com um período marcado pela transição da família, em que a autoridade patriarcal encontrava-se insatisfatoriamente adaptada às condições do século vigente, como também o processo de industrialização e urbanização gerava impactos para o comportamento da família.

Posteriormente, acontece o enfraquecimento das teorias evolucionistas e o surgimento de estudos orientados pela Escola de Chicago, que passaram a conceituar a família a partir da perspectiva de interação, dedicando-se a sociologia da vida urbana.

Os sociólogos de Chicago afirmaram que os padrões tradicionais de vida foram destruídos pelo impacto desintegrador do urbanismo – um tema sobre o qual realizaram inúmeras variações. Em sua opinião, a divisão da mão-de-obra, a especialização, a ‘diferenciação’ – todos os aspectos da racionalização da produção e da administração – haviam alcançado seu mais alto desenvolvimento na cidade moderna, desgastando as fontes tradicionais de autoridade e substituindo os ‘laços de solidariedade’ orgânicos por ‘mecanismos formais de controle’. A cooperação cedeu lugar à competência; o parentesco, ao individualismo; ‘o controle baseado nos costumes’, ao ‘controle baseado na lei’. A autoridade da família desintegrada em grupos secundários, baseados em interesses comuns, substituiu os grupos primários nos quais predominavam as sanções consuetudinárias e tradicionais (Lasch, 1991, p.58).

Tal teoria do urbanismo foi examinada por Lasch (1991) como sendo vazia em conteúdo e com uma forma de expressão que, segundo ele, torna impossível refutá-la “uma vez que aceitemos a antítese inicial entre sociedades populares e urbanas – entre sociedades ‘tradicionais’ e modernas – é difícil objetar qualquer coisa que derive dela” (p.59). Por outro lado, reconheceu a consideração da Escola de Chicago para a compreensão da família, em que cada membro desta se dedicava a seus próprios interesses. “Sim, isso era verdade, inclusive a família nuclear já não existia ‘isolada’ do resto da sociedade. Em lugar de servir de refúgio, parecia-se cada vez mais com o mundo cruel do trabalho. As relações dentro da família

adquiriram o mesmo caráter das relações fora dela; o individualismo e a perseguição do interesse próprio reinavam até na instituição mais íntima. A autoridade parental chegou a basear-se puramente na provisão de serviços materiais, ao mesmo tempo em que a industrialização da produção e a burocratização do bem-estar destruíram a capacidade da família de manejar as recompensas econômicas. Os pais que não tinham propriedades para deixar aos filhos só podiam conseguir obediência recorrendo ao sentido do dever, à deferência ou à devoção dos filhos. Em outras palavras, os princípios hierárquicos que têm pouco lugar numa sociedade baseada no próprio interesse racional. O espírito da racionalidade econômica havia penetrado de tal maneira na sociedade moderna que invadiu até a família, o último bastião dos modos pré-capitalistas de pensar e sentir” (p.59).

A partir de então, os estudos sociológicos passaram a se concentrar na refutação das predições sobre a morte da família, debruçando sobre a possibilidade de elaboração de uma teoria das “funções” da família que, de certa forma, buscou tranquilizar aqueles que se preocupavam com sua decadência. No entanto, o objetivo de “tranqüilização” aconteceu em parte, pois os sociólogos supunham que a urbanização tornara inevitável a transferência de funções familiares. O casamento, a relação marital e as conseqüências destas relações para a família tornaram-se a tônica das investigações sociológicas que se apoiaram numa maquinaria de terapia prática (reabilitação familiar, tribunais de relações domésticas, orientação matrimonial, psiquiatria, cursos sobre casamento e sexo) e, nas palavras de Lasch, “parecia que a sociologia poderia ajudar a adaptar as expectativas à realidade” (p.67).

Bruschini (1991), ao resenhar a obra *Refúgio num mundo sem coração* de Christopher Lasch, elucida que no capítulo Cultura e Personalidade, o investigador “deixa provisoriamente de lado o tom amargo e cético dos demais capítulos, para revelar um certo entusiasmo. Os novos estudos que incorporavam os avanços da psicologia e da antropologia, acrescentavam ao tema da família o que faltava, uma análise da socialização, corrigindo assim o ponto fraco dos primeiros. Tendo como pano de fundo a teoria psicanalítica de Freud, por cuja obra deixa entrever toda sua admiração. Lasch percorre os estudos de Linton, Sapir, Malinovski, Benedict, Mead e outros que se debruçaram sobre a formação da personalidade. Resgatando Freud, afirma que as críticas dos antropólogos à psicanálise partem de concepções equivocadas da natureza das evidências que aquela ciência procura explicar. As teorias sobre sexualidade infantil baseiam-se no estudo de processos mentais inconscientes, revelados nos sonhos, nas fantasias e nas neuroses e não na observação empírica da infância. Por isso, a teoria psicanalítica não pode ser refutada pela observação empírica do desenvolvimento

infantil ou da estrutura familiar, como propunha a antropologia cultural” (Bruschini, 1991, p.2-3).

A perspectiva revisionista à psicanálise freudiana, empreendida pelo movimento feminista de base democrático-social, adotou por estratégia a afirmação de que Freud havia colocado ênfase na biologia à custa da cultura “e que, por exemplo, em sua psicologia da mulher havia atribuído à biologia (a ausência de pênis provocava a inveja do pênis) um sentido de inferioridade que de fato estava arraigado na realidade social: objetivamente, a posição social das mulheres na sociedade ocidental. É fácil perceber por que a psicologia da mulher resultou num tema aparentemente na medida para refutação ‘cultural’ de Freud” (Lasch, 1991, p.108).

Por conseguinte, o próprio Lasch pondera que a crítica a Freud por parte das feministas e dos escritores que dizem trabalhar de acordo com os pressupostos psicanalíticos, precisam ser cuidadosamente analisados porque não se pode confiar em que os críticos expressem corretamente as idéias freudianas sobre a realidade das mulheres. Assim, seu apreço as construções de Freud é esclarecida na passagem a seguir:

A teoria de Freud, erroneamente acusada de determinismo biológico, tenta explicar como cada geração adquire e internaliza a herança cultural e analisa as conseqüências psíquicas desse processo, mostrando, entre outras coisas, como difere em homens e mulheres. Se as mulheres são tipicamente mais emotivas que os homens, mais dependentes da aprovação dos demais, menos comprometidas com critérios abstratos de honra e justiça, competitivas num grau menos feroz, mais afetuosas e ‘maternais’ – a psicanálise não atribui essas diferenças nem à natureza feminina nem, pelo contrário, à divisão sexual do trabalho, que atribui a criação dos filhos à mulher. A ‘feminilidade’ não é inata, mas tampouco é o produto do ‘condicionamento cultural’. Para a psicanálise, o ponto importante não é que as mulheres sejam vítimas (e são) dos estereótipos sexuais perpetrados pelos homens em seu próprio interesse, senão que em qualquer cultura o processo de converter-se em mulher exige a repressão do lado ativo e fático da sexualidade feminina, uma repressão tão perfeita e tão pouco acessível à compreensão ou ao controle conscientes, que a passividade se parece a um fato da natureza, uma característica inerente à mulher (p.112).

Outra importante avaliação por parte de Lasch (1991) diz respeito ao neomarxismo de Wilhelm Reich, Erich Fromm e a chamada Escola de Frankfurt que focaram em suas análises a crítica à família autoritária, a repressão sexual e a moral puritana. Numa tentativa de ligar a psicologia e a sociologia com a psicanálise e o marxismo, buscaram empreender a crítica da repressão burguesa, um tema dominante nos trabalhos iniciais dos neomarxistas alemães,

tornando-se pronunciada nos escritos de Reich, Fromm e, com frequência, nos de Herbert Marcuse, cujo apelo à ‘revolução cultural’ o converteu em porta-voz da esquerda norte-americana na década de 60.

Reich, cuja experiência política e científica foi marcada pelo trágico período em que ocorre a tomada de poder por Hitler e a involução staliniana, tentou unificar o materialismo dialético e a psicanálise, Marx e Freud, numa perspectiva revolucionária. Foi um dos primeiros a compreender a estreita relação entre os interesses do domínio de classe e a repressão sexual na reprodução do próprio domínio. A política sexual tornou-se a base de uma concepção revolucionária, da teoria de uma estrutura pulsional análoga à estrutura econômica de Marx, sobre a qual se desenvolvia a formação da psique humana em todas as suas manifestações. Na obra *A Psicologia de Massa do Facismo*, de 1933 mostra como a articulação entre as relações capitalistas de produção, por um lado, e a religião, a repressão sexual, a hierarquia social e a família autoritária, por outro, produz uma estrutura predisposta à sujeição autoritária. Reich dedicou particular atenção à família, definindo-a como “fábrica de ideologias autoritárias e de estruturas conservadoras”, aproveitada pelos nazistas de forma hábil e cínica (Canevacci; Organizador; 1985 – 4º Ed., p.141). Mas, mesmo merecedor de méritos, muitas de suas conclusões e proposições, principalmente em relação à compreensão da função da família nuclear para a reprodução das relações autoritárias, foram avaliadas como sendo obsoletas e até mesmo erradas.

Erich Fromm nasceu em Frankfurt em 1900, empreendeu estudos na área de psicologia, sociologia e filosofia e contribuiu, no âmbito da Teoria Crítica, para unir psicanálise e marxismo. Também contribuiu para os estudos sobre autoridade e família e concluiu que “A família faz com que a violência objetiva das relações sociais não manifeste diretamente a sua brutalidade, mas o faça através da interiorização da obediência a um sistema hierárquico e autoritário desde a infância; predispõe, portanto, a uma captura direta e inconsciente da subjetividade. Disso decorre a *debilidade* do Ego. A agressividade, sublimada e reprimida, impede a tomada de consciência da necessidade de superar o autoritarismo das relações sociais e familiares” (p.164). Portanto, a família é considerada micromodelo que reflete o conjunto das relações sociais de classe do macrossistema. Fromm também desenvolveu a temática da revolução/rebelião e a associação com a família.

Marcuse nasceu em 1898, em Berlim, vivendo o drama político da Alemanha dos anos 30. Depois de ter estudado com Heidegger, passou a colaborar diretamente com o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Estudou a relação autoridade e família, na qual desenvolveu o nexos repressão/liberação através da história das idéias: a ética protestante e a

filosofia clássica alemã são julgadas como o nível mais alto de abstração do pensamento ocidental global e, apesar disso, tal racionalidade – tese de fundo de toda a “Teoria Crítica” – esconde a essência irracional para a qual ela tende fatalmente a se precipitar.

Marcuse procura em Hegel fundamento para explicar a relação autoridade e família. Hegel “busca conciliar o conflito entre liberdade individual e não liberdade geral, esclarecendo conceitual e historicamente o nexos indissolúvel entre família/propriedade/Estado, nexos autoritário por excelência, que se formou através da dialética senhor/servo: da absoluta violência com que o servo, em sua relação orgânica com a natureza, determinada pelo trabalho, toma consciência de si e da necessidade objetiva de superar a relação domínio/servidão. Para Hegel, a família – é essa a conclusão de Marcuse – se apóia nessa relação autoritária e dialética entre servo e o senhor, que vai da luta mortal pela posse até o reconhecimento universal do direito de propriedade. Mas tudo isso irá desaparecer na formulação mais tardia do sistema hegeliano; e a articulação família/propriedade/Estado será hipostasiada como a estrutura dada e imutável do ser homem, purificada – através da razão – de sua origem violenta” (Canevacci; Organizador; 1985 – 4º Ed., p.153).

Max Horkheimer e de T. W. Adorno são os representantes mais diretos da Escola de Frankfurt, estando envolvidos fortemente com a “Teoria Crítica”, que pode ser compreendida como a passagem da filosofia social à pesquisa social, remetida por forte traço dialético, que a distinguirá cada vez mais tanto do neopositivismo como do marxismo burocrático. Com isso, as investigações empíricas foram realizadas sobre os mais diversos campos da atividade humana e relacionadas constantemente a uma análise da *totalidade* social, capaz de eliminar o perigo de uma simples descrição dos fatos e de indicar – sob a sua caótica superfície – a “estrutura de forças acessíveis ao conceito” (Canevacci; Organizador; 1985 – 4º Ed., p.211). Concluem que “As relações entre homens e entre as classes não podem ser explicadas por puros fatos econômicos, razão por que o conceito de ‘domínio’ deve ser complementado por pesquisa crítica e dialética sobre a totalidade do aparelho cultural: o conjunto dos hábitos, costumes, arte, religião, filosofia. Portanto, a relação autoridade/família tem a função essencial de fixar, desde a infância, a necessidade ‘objetiva’ do domínio do homem sobre o homem. A família se torna a terrível matriz dos mecanismos de internalização da submissão, a mais funcional das ‘agências psicológicas’ da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, retomando a imagem de Antígona na sugestiva interpretação de Hegel, a família pode se tornar o irreduzível local de oposição à tirania dos Estados totalitários...” (Canevacci; Organizador; 1985 – 4º Ed., p. 212).

Com isso, tais estudos, da cultura e da personalidade, na visão de Lasch (1991), contribuíram de certa forma para que campanhas de democratização da família fossem entoadas, difundindo o que ele denominou de “evangelho” do esclarecimento psicológico traduzido na valorização das relações sociais a partir da ciência da higiene social.

Foi principalmente nos anos 50, que os especialistas que se dedicavam à família revelaram um consenso a respeito da condição mais propícia à produção de uma prole saudável, bem ajustada, cooperativa, empreendedora e apta a ascender socialmente: pais que tivessem absorvido a ideologia da saúde mental.

Lasch (1991) diz que a insistência da psiquiatria moderna sobre os danos que os pais inconscientemente infligem aos filhos parecia eximi-los da responsabilidade direta, mas apenas intensificava o sentimento de culpa e fracasso que tantos psiquiatras lamentavam em seus clientes. Segundo ele, a indústria da saúde assumiu a maior parte da responsabilidade pela criação dos filhos, deixando ao mesmo tempo a maior parte da culpa aos pais. O crescente sentimento de culpa, por sua vez, aumentava a demanda por serviços psiquiátricos, o que trouxe muito mais benefícios às ‘profissões assistenciais’ do que à própria família.

Também receberam atenção especial os estudos de Talcott Parsons (1902-1979) que acrescentaram aquilo que, de maneira evidente, faltava nos trabalhos de antecessores e seus contemporâneos: uma análise do papel da família na socialização. Ao fazer isso, corrigiram o ponto fraco mais obvio dos primeiros estudos, que era sua preocupação e conseqüente identificação desta instituição, quase exclusiva, com a conjugalidade (Lasch 1991).

Segundo Hita (2005), Talcott Parsons foi progressivamente identificado com a sociologia americana, confundido e culpado de tudo o que foi e fez esta sociologia. “Se seu esforço teórico deixou margem às críticas, seria, entretanto, ingênuo e injusto desconhecer a importância de tal autor pela enorme influencia que exerceu e continua a exercer no pensamento social atual, de forma mais explícita na sociologia (entre outras, a da família) e a política, mas também pelas interessantes atualizações da sua teoria em contemporâneos como Jürgen Habermas e Niklas Luhmann” (Hita, 2005, p.116).

Hita (2005) aborda que Parsons apoiou-se especialmente em autores como Freud e Durkheim, evidenciando o fato de que a ação humana obedece a regras, normas, modelos que servem para estruturá-la e outorgar-lhe coerência, fazendo das perspectivas destes dois grandes clássicos, aparentemente contraditórias, uma síntese interessante e complementar. Ou seja, se por um lado Durkheim demonstrara que os sistemas de crenças desempenhavam um papel importante para a integração social (institucionalização), Freud mostrava como a criança internalizava estes sistemas ao crescer (interiorização). Portanto, a síntese Freud e

Durkheim realça a dupla natureza dos modelos culturais que, ao mesmo tempo, estão nas consciências das pessoas e no universo simbólico da sociedade. Na organização das relações, um sistema de ação pode ser entendido levando-se em consideração dois elementos básicos: o ator e sua situação. Com isso, as regras, normas e modelos encontram-se simultaneamente no ator e na situação, pois o processo de interiorização e institucionalização é compartilhado por outros atores inseridos nas estruturas sociais, na cultura.

A análise parsoniana da família tomou o modelo nuclear norte-americano como o modelo padrão universal, mais avançado de sociedades industriais modernas. O modelo de família nuclear descrito por Parsons teria se desenvolvido em sociedades avançadas a partir do processo de urbanização e industrialização e seu esquema, referenciado na experiência da classe média urbana dos EUA dos anos 50, foi defendido como o modelo mais amadurecido de família para o qual outros modelos tidos como menos desenvolvidos tenderiam a caminhar, como se a diversidade de modelos familiares apresentados ao longo da história e de distintas culturas pudessem ser classificados como sendo moralmente inferiores, culturalmente menos civilizados e menos sadios.

A família em Parsons “é um subsistema do social que se articula com a personalidade de forma bastante intrínseca, e atua no seu desenvolvimento mediante a socialização, a partir de uma estrutura simples que aos poucos se torna mais complexa” (Hita, 2005, p.126). A descrição parsoniana para as funções básicas da família concentra-se na socialização dos filhos, como também na estabilização das personalidades no caso dos adultos. Considera o processo de socialização primária, como aquele que acontece primeiramente entre pais e filhos, e que possibilitará a internalização da cultura e a inserção da criança enquanto membro da sociedade em que nasceu. A segunda função se associa ao tema do crescente isolamento da família nuclear dos grupos de origens do casal e à distribuição de papéis diferenciados e complementares dos pais. Para a realização destas duas funções, “Talcott Parsons elabora um modelo baseado em papéis sexuais, que são mecanismos através dos quais as pessoas são integradas em sistemas. O papel é um modelo pré-definido que permite ao indivíduo reagir desempenhando funções institucionalizadas, e antecipadas pelo seu meio social. A integração da personalidade no sistema social é realizada pela família que opera e interage mediada pelos papéis” (Hita, 2005, p.126-127).

Uma das críticas apontadas por Lasch (1991) como sendo a mais profunda à sociologia parsoniana e às ciências sociais em geral, é a de que a socialização total do instinto, pressuposto em que se baseia boa parte das ciências sociais, é uma ilusão. Confundindo a socialização com o aprendizado consciente e a aquisição de hábitos, as ciências sociais

perderam de vista a resistência biológica à socialização e o conflito íntimo a que ela conduz, obscurecendo, por exemplo, a precariedade da socialização.

Lasch (1991) retrata que Parsons argumentava que o ‘isolamento’ da família nuclear com relação a outras unidades de parentesco, juntamente com a perda de muitas de suas funções, teriam possibilitado que ela se tornasse mais eficaz enquanto agência de ‘manutenção de padrões’ e de ‘administração de conflitos’. A especialização de funções sempre aumenta a eficiência, defendia Parsons, fornecendo um argumento racional para a contínua invasão de especialistas na arte da cura psíquica e social da família. A adoção de técnicas aperfeiçoadas na administração industrial foi também aplicada aos estudos e às intervenções na família, o que a colocou sob controle público e científico. Nos anos 1970, entre os novos defensores da domesticidade e pretensos críticos ao paradigma parsoniano, encontramos duas posições básicas e distintas, a saber: de um lado especialistas procuraram resgatar a domesticidade fazendo reviver a família extensa, outros, por sua vez, propuseram a solução inversa: uma redução ainda mais acentuada da família, em que se retomaram perspectivas centradas no casamento e menos na socialização.

Bruschini (1991) refere que no último capítulo de seu livro, Lasch dá vazão a todo seu pessimismo. Isso se traduz em como ele analisa a ascensão da sociedade burguesa e as conseqüências em termos da erosão da família contemporânea. Ou seja, tal ascensão “expandiu as fronteiras da liberdade, mas também gerou novas formas de escravidão. O capitalismo criou uma abundância sem precedentes mas, ao mesmo tempo, alargou o fosso entre ricos e pobres. A conquista da natureza libertou o homem da superstição, mas privou-o do consolo da religião. A expansão da educação, que tinha por objetivo tornar as massas mais críticas com relação à autoridade estabelecida, encorajou um certo cinismo diante das declarações oficiais, mas também transformou as massas em ávidas consumidoras da publicidade e da propaganda, que as deixaram em estado crônico de insatisfação e incerteza. A propriedade privada e a família nuclear, que no século XIX proporcionaram novas bases para a liberdade política e a autonomia individual, guardaram dentro de si elementos fatais à sua própria existência” (Lasch, 1991, p.215).

Assim, apesar de se defender “dos ataques de progressistas que o acusaram de apregoar as virtudes da família burguesa, o autor, ao privilegiar Freud e a função socializadora da família, acaba desembocando inevitavelmente na defesa desse refúgio e de uma tradicional divisão de papéis, tese virtualmente oposta ao do feminismo brasileiro, favorável à família mais igualitária. Seria simplista, porém, por causa disto, rotulá-lo apenas de conservador, minimizando a importância do livro, produzido num momento em que a

permissividade da sociedade norte-americana talvez justificasse em parte este tipo de aspiração” (Bruschini, 1991, p.132).

Numa linha similar de revisão crítica, Poster (1979), em seu livro *Teoria Crítica da Família*, defende a falta de uma clareza teórica oferecida pelos cientistas sociais. “(...) a ciência social não possui uma definição adequada da família, ou um conjunto coerente de categorias que sirvam de base para analisá-la, ou um rigoroso esquema conceptual para especificar o que há de significativo nela” (p. 9).

Poster inicia suas críticas pelos historiadores que entraram no campo da história sem a noção clara de quais eram as questões significativas, não teorizando a família como uma área de investigação. Começaram pela adoção dos conhecimentos da sociologia convencional, reportando-se a Frédéric Le Play (*L’ Organisation de la famille selon lê vrai modèle signalé par l’histoire de toutes les races et de tous les temps – Paris, 1871*). Para o sociólogo francês Le Play (1806-1882), influenciado pelas ocorrências a partir da Revolução Francesa, o estado de uma sociedade pode ser apreendido a partir do estudo de unidades sociais menores como a família, utilizando-se o método da observação direta, quase etnográfica e a análise comparativa de dezenas de famílias de trabalhadores. Sua obra teve o propósito de orientar e propagar um plano de reformas, resgatando e valorizando a tradição sem, no entanto, um retorno ao passado, de forma a permitir à sociedade (européia) recuperar a felicidade perdida desde os acontecimentos de 1789.

Botelho (2002) relata que Le Play ao tratar das transformações ocorridas desde o século XVIII, período em que o “espírito de novidade” suplantou o “espírito de tradição”, analisou que “caberia às autoridades (oficiais ou não) buscarem empreender reformas que reconciliassem o homem do século XIX com a felicidade perdida pela rapidez das transformações. Os elementos dessa reconciliação, e conseqüentemente da paz social, estavam fortemente estabelecidos na vida privada. Daí a eficácia de um método científico que, com o propósito de buscar a reforma social, se volte para a observação da vida privada em suas diferentes formas de organização no mundo europeu. Seu método responde a essa necessidade, especialmente porque surgira da observação da realidade, e não de idéias preconcebidas” (p.527).

Em Le Play, a família é a unidade social fundamental que possui sua forma de sobrevivência ‘o pão cotidiano’, sendo responsável pela transmissão da ‘lei moral’ e, a sua saúde e estabilidade são um indicador do estado da sociedade. A observação direta da realidade permitiu a ele afirmar que as diferenças entre as raças humanas guardavam relação direta com os lugares habitados e com o clima.

Antes da industrialização, a família compunha-se de numerosos parentes vivendo juntos em solidariedade coesa. No entanto, acreditava que a sociedade caminhava para um tipo de família "instável" como resultado da industrialização e da urbanização crescentes e da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Retratou vasta mudança neste processo, ou seja, a passagem da forma extensa de família, na Idade Média, à forma nuclear da modernidade. Concebia a família nuclear como sendo um "sintoma da desagregação social" observável na Europa desde o século XVIII, provocada pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa (Botelho, 2002). Somente as pressões irresistíveis da modernização puderam romper esses vínculos. Essa tradição da história sociológica privilegiava os fatos e pressupunha que a família era definida pela quantidade de parentes que constituíam uma casa (Poster, 1979).

Lasch (1991) analisa que Le Play, cujos estudos sobre a família pretendiam refutar as doutrinas evolucionistas, valeu-se de uma estrutura evolutiva para a história da Europa, quando se utilizou do método comparativo.

Já o historiador britânico Peter Laslett, importante demógrafo do Grupo de Cambridge, em uma obra seminal para os estudos contemporâneos de história da família, considera Frédéric Le Play o autor que exerceu, e ainda exerce a mais forte influência individual nos estudos históricos sobre a família. No trabalho que inaugura uma nova abordagem da história da família, Laslett propõe uma tipologia para classificar os grupos familiares segundo a estrutura dos domicílios. Assim, para demonstrar a aplicabilidade e a relevância de sua abordagem, parte de um diálogo intenso com os estudos de Le Play. A preocupação de Laslett foi mostrar que o tipo de família privilegiado nos estudos de Le Play, denominada "família-estirpe", ou seja, composta por um único casal, compreendendo os pais, os filhos celibatários e o herdeiro do casal, era raro na sociedade europeia, mesmo em períodos históricos recuados. Analisou também registros paroquiais ingleses do século XVI e descobriu que não havia nenhuma família extensa, conforme descrito por Le Play. Revelou que a perspectiva leplaysiana sobre a família nuclear seria equivocada, já que para seu autor a predominância da família nuclear seria um sintoma da desagregação social observável na Europa desde o século XVIII, provocada pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. Laslett empenha-se em demonstrar que este seria um arranjo familiar bastante disseminado na Europa desde períodos bastante recuados no tempo (Botelho, 2002). Seu foco nos estudos sobre demográficos e a descoberta da estabilidade das dimensões familiares nos últimos quatrocentos anos, o levou a questionar a família como objeto adequado de investigação histórica, uma vez que ela parecia impermeável a mudanças (Poster, 1979).

Por outro lado, as análises de Laslett sobre a família-estirpe encontraram forte contraponto no trabalho de Lutz Berkner. Para este, a pequena presença de domicílios extensos nas fontes históricas utilizadas por Laslett deve-se ao fato de estas focarem apenas um momento, e não detectarem as transformações que as famílias sofreram em variadas regiões ao longo do tempo. Berkner ressaltou que Laslett realizara seus cálculos de uma forma estática e que, portanto, o padrão nuclear estável não podia ser mantido. Outras críticas foram empreendidas a Laslett e a muitos outros historiadores da família, principalmente porque partiram simplesmente do princípio de que a família era definida pelo tamanho e pelas relações de sangue. Poster (1979) acrescenta “Embora sejam necessários estudos demográficos, quantitativos, estes não podem dotar os historiadores com um conceito de família suscetível de propor as questões mais importantes e de tornar a família inteligível na Europa pré-moderna e moderna. A família nuclear que emergiu na transição para a modernidade é uma configuração única de comportamentos e atitudes, decisivamente diferente do que existia antes” (p.11).

Philippe Ariès, em sua obra *Centuries of Childhood (A Social History of Family Life)* – Tradução do original francês, *L’Enfant et La vie familiale sous l’ancien regime* por R. Baldick, Nova York, 1965; - Título da edição brasileira: *História Social da Criança e da Família*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978, tradução do francês por Dora Flaksman) foi lembrado por Poster (1979) por sua contribuição a história da família que deve se preocupar não apenas com as dimensões da família, mas também com as qualidades emocionais das relações familiares. “Ele deu a entender que a história da família pode ventilar questões sobre a vida íntima, o mundo ‘privado’, e que talvez mudanças na estrutura da família acarretem mudanças na estrutura emocional ou psíquica” (Poster, 1979, p.12)

Além de Laslett e Ariès, Poster apresenta o quadro de referência ou orientação geral para a história da família proposto por Edward Shorter em *The Making of the Modern Family*. Refere-se à Shorter como tendo sido influenciado pela teoria parsoniana e como tendo escrito a primeira história abrangente da família na Europa. Shorter argumentou, segundo Poster (1979), que a família burguesa surgiu como um ninho de domesticidade, um mundo privado que se separou da sociedade quando a economia capitalista libertou os indivíduos das coerções comunitárias.

A principal questão levantada pelo livro de Shorter diz respeito ao problema teórico da definição da família burguesa. Se encararmos essa estrutura familiar com a conseqüência espontânea da ‘liberdade’ que brotou do mais íntimo de cada indivíduo, em vez de circunscrita pela estrutura social, estaremos apresentando-a essencialmente como natural à espécie

humana. Portanto, apresenta-se como o preenchimento de necessidades humanas, como um arranjo social ideal. Isto, evidentemente, é ideológico, justificando uma dada estrutura social na base de uma metafísica da natureza humana; mais especificamente, é uma teodicéia, justificando a ampliação do modo de ser da burguesia a toda a humanidade. Para Shorter, a sociedade hodierna atingiu uma estrutura familiar que concede aos seres humanos a liberdade de experimentação com suas vidas pessoais, o que lhes garante uma livre busca de desenvolvimento industrial e alimenta suas necessidades básicas de relações íntimas e espontâneas. Mas Shorter reconhece a crise da família burguesa nestas últimas décadas, embora não tenha uma explicação adequada (Poster, 1979, p.15)

As críticas tecidas por Poster às construções de Shorter, dizem respeito à fragilidade ideológica, a lacunas de seu pensamento e à presença de erros e generalizações duvidosas, bem como a falta de uma teoria psicológica que pudesse mostrar, entre outras coisas, as mediações entre sociedade e família. Considera, porém, seus estudos importantes, pois abriu caminho à análise de muitas e prementes questões sobre a mudança das formas pré-moderna para a moderna de família.

Poster também desfere críticas aos teóricos sociais marxistas, pois os mesmos consideram a família uma variável dependente, uma estrutura secundária, ininteligível per se, desconsiderando a família enquanto desempenhando importante papel ideológico na estabilidade do sistema social.

O objetivo central de Poster (1979) foi o de demonstrar que a estrutura da família da família deve ser redefinida, pondo de lado as questões de tamanho familiar e abordando de preferência, as questões que se relacionam com padrões emocionais. Seu argumento é de que “a história da família é descontínua, envolvendo numerosas estruturas familiares distintas, e que essas estruturas familiares não podem ser correlacionadas, em seu desenvolvimento, com qualquer variável singular, seja ela a modernização, a industrialização, o patriarcado, o capitalismo, o urbanismo ou a empatia” (p. 17).

A história da família pode contribuir para o conhecimento da história social, examinando as estruturas emocionais na vida cotidiana de vários tipos de famílias. Assim, a investigação histórica capacitará a ciência social a vislumbrar não só o passado, mas também os dilemas atuais da vida de família que envolvem, em certa medida, sentimentos, sexualidade e estabilidade psíquica.

Bruschini (1989) diz que o historiador Poster (1979), “influenciado por Freud, mas buscando integrar as várias vertentes, lembra-nos que o estudo da família deve remeter às questões sociais mais amplas, mas também à rica dinâmica emocional que se passa dentro desse grupo. Uma adequada teoria crítica sobre a família deve portanto voltar-se para o nível

psicológico e formular categorias que permitam a compreensão de estruturas familiares divergentes em termos de seu padrão emocional. Além de ser o lugar onde se forma a estrutura psíquica, a família constitui um espaço social distinto, na medida em que gera e consubstancia hierarquias de idade e sexo. Ela é o espaço onde as gerações se defrontam mútua e diretamente e onde os sexos definem suas diferenças e relações de poder” (Bruschini, 1989, p.6).

Poster (1979) acrescenta que “além do nível psicológico, a teoria requer ainda dois outros gêneros de análises. São a vida cotidiana da família e a relação entre a família e a sociedade...” (p. 173)

O próprio Poster (1979) classifica sua teoria de crítica para marcar sua oposição à ideológica. Com isso, quer significar que uma teoria deve justificar a natureza histórica de seu objeto e fixar-lhe socialmente a localização, definido os limites da estrutura em função da liberdade das pessoas para regularem sua vida coletiva e democraticamente. Uma teoria crítica é “normativa”, fornecendo uma base para a reforma da estrutura em questão. As teorias que não satisfazem esses fins, Poster (1979) chama de ideológicas. O termo estrutura é empregado de modo genérico para designar uma configuração coerente de comportamentos e atitudes. Esclarece que o estudo da família ainda não se pode considerar adequado enquanto a estrutura não for definida com extrema precisão, esperando que seu livro contribua para este fim.

No rol de teóricos estudados por Poster (1979), encontramos suas considerações acerca do conceito de família em Freud. Explica que o psicanalista não teorizou deliberadamente sobre a família. Freud apresenta os rudimentos de uma teoria psicológica das relações sociais capitalistas, através de uma análise das interações familiares que são determinadas por relações extrafamiliares e, ao mesmo tempo, determinantes dessas mesmas relações.

A família é o vínculo das experiências em que a psicanálise está envolvida e Freud procura decompor o indivíduo em suas relações familiares essenciais (mas inconscientes), o que torna a família o segredo do indivíduo. A proeza da psicanálise está em desmascarar a ilusão do individualismo, da natureza auto-suficiente e autônoma da experiência e motivação pessoais. O indivíduo, como unidade isolada, é inteligível para o psicanalista. Entretanto, embora a família assuma uma importância que raramente lhe era conferida antes no pensamento científico, Freud é incapaz de desenvolver uma teoria social adequada para justificar esse objeto da psicanálise. Ao contrário, desloca a análise para um nível biológico do inconsciente racial ou, de um modo mais importante, para um nível individual. Isto torna o

poder explanatório da psicanálise reduzido e distorcido, na medida em que configura um círculo da incompreensão que ora desloca-se para o indivíduo, ora para a biologia.

Bruschini (1989) refere-se aos constructos ou princípios fundamentais freudianos sobre a estrutura da mente humana formar-se na infância, em que Freud mostrou que a mente não é algo previamente dado, mas sim uma estrutura construída através de um longo processo de formação da personalidade e de estabelecimento de vínculos afetivos e emocionais, que ocorre dentro da estrutura familiar.

Poster (1979) revela que o vigor e o poder da teoria freudiana está em sua coerência com o princípio fundamental e a exploração em profundidade de suas ramificações, mas pondera que a partir desta visão, Freud não trata de forma adequada de questões como: 1) o grau em que esse processo é universal e necessário, e 2) o grau em que é puramente psicológico, distinto de um processo sociológico. Suas posições tornaram-se ideológicas e enganosas, pois foi incapaz de estabelecer o conjunto de seus progressos num contexto mais amplo de teoria histórica e social. O conceito de formação mental na infância não foi acompanhado de uma elaboração devida das *condições de sua possibilidade*, e essa lacuna volta a perseguir e a restringir os *insights* de Freud.

Freud ao falar da família burguesa reconhece seu relativo isolamento de qualquer comunidade mais ampla, a qualidade privada da experiência familiar e argumenta que em termos positivos, a família nuclear enfatiza a intimidade, a privacidade e o companheirismo; em termos negativos, a intensidade das relações de família é multiplicada e a criança deve encontrar todas as suas necessidades emocionais expressas em função do círculo de pessoa mais exíguo possível. O resultado geral dessas condições são homens sexualmente pervertidos e mulheres neuróticas. Esses resultados são atribuídos a atitudes burguesas, não a estruturas e práticas sociais.

Outro aspecto importante ressaltado por Poster (1979) sobre a família em Freud, diz respeito a dependência que ele atribui à infância em relação as figuras parentais, argumentando que “o elo entre gerações (um elo que compele uma geração a desempenhar um papel na experiência da geração seguinte), que os filhos são biologicamente dependentes e, portanto, psiquicamente dependentes. Assim, está sancionada a dominação da velha geração sobre a nova...” (p.35).

Por fim, dentre outras análises realizadas por Poster a Freud, fica clara a crítica em relação a sua teoria apresentar a psique burguesa como se fosse a psique humana, os complexos burgueses como complexos humanos e seus esforços para conferir um alicerce histórico e social ao Édipo levaram-no a afastar-se da análise histórica e social.

Posteriormente às discussões empreendidas sobre Freud e a família, foi a vez dos marxistas serem colocados sob a lente de Poster. Esclareceu que Marx e Engels foram criticados pelos autores burgueses que os identificou como idealizadores da abolição da família. A resposta foi imediata e ambos concluíram que a família constitui um epifenômeno, comparado ao modo de produção. Em seus escritos relegaram a família à condição de superestrutura. Engels, por sua vez, não forneceu um conceito adequado de estrutura da família nem algo que se pareça a uma descrição acurada da história da família. As transformações no padrão da família são totalmente incluídas no modo de produção e explicação por mudanças nesse modo. Tudo o que não se aplica a esse padrão é negligenciado e omitido.

Wilhelm Reich ao buscar uma síntese entre Freud e Marx, buscou esclarecer através da teoria psicanalítica como as idéias (a superestrutura) não eram uma expressão direta de condições materiais, mas eram transformadas na família e por esta mediadas. Na década de 30, Reich acreditava na importância de se politizar a vida sexual e familiar. “Queria mostrar como elas são o resultado indireto da sociedade de classes e de que modo, como estruturas, elas atuam em relativa autonomia para sustentar o capitalismo. Não acreditava que a libertação sexual e a abolição da família nuclear pudessem preceder a revolução econômica. Na década de 1940, entretanto, inverteria o seu ponto de vista anterior e mantinha agora que, no cronograma da revolução, a libertação sexual tinha de ocorrer antes do socialismo ou a consequência seria o bolchevismo repressivo e burocrático” (Poster, 1979, p.66).

As críticas a Reich são formulada por Poster, revelando que o teórico, membro da Escola de Frankfurt, não foi claro a respeito dos mecanismos precisos de estrutura familiar que geram a repressão sexual, por vezes atribuindo a culpa as atitudes negativas dos pais em face do sexo e, outras vezes culpando a instituição do casamento e a família. Também limitou exageradamente tal questão à liberdade sexual. Outro ponto seria sua incapacidade de explicar as estruturas familiares de diferentes classes, em diferentes épocas e em termos psicológicos. Suas explicações e descrições, com base na repressão sexual e autoridade patriarcal não é suficientemente desenvolvida, bem como a síntese Marx e Freud não encontrou a aprovação dos marxistas ortodoxos nem dos freudianos ortodoxos.

Outros teóricos de Frankfurt foram retomados também nas leituras de Poster, a saber, Fromm, Horkheimer e Marcuse. A ênfase foi dada à obra de Horkheimer, pois manifesta claramente as forças e fraquezas do conceito de família da Escola frankfurtiana. A família para Horkheimer é considerada a mediadora sumamente importante entre o indivíduo e a sociedade, sendo esta conceituação a chave para libertar o marxismo da prisão do

determinismo econômico. Sua crítica gira em torno do elemento de dominação na família que brutalizava as crianças em preparação para sua aceitação submissa da sociedade de classes. Postulou uma liberdade natural que depois era destruída na família. A autoridade do pai sobre os filhos é considerada mecanismo central na família que esmaga a liberdade, ou seja, de todas as relações familiares, a do pai com o filho é seriamente analisada e considerada por Horkheimer e a Escola de Frankfurt. Uma das críticas circunscritas por Poster diz respeito às “dificuldades de Horkheimer na conceptualização da família – dificuldades que caracterizam a Escola de Frankfurt em geral – derivam em parte de um conceito impróprio de liberdade ou emancipação, que é definida como autonomia do indivíduo.

Como Horkheimer se apoiou numa noção de autonomia individual, não pôde definir adequadamente a natureza das interações sociais na família, através das quais a psique é formada, nem foi capaz de definir claramente a natureza do autoritarismo que queria criticar e superar (p.75). As variações acerca do lugar do pai não foi bem esclarecido nas construções de Horkheimer, ora o pai apresentava-se como a fonte de autoritarismo, ora como a base da liberdade; em ambos os casos é uma questão do pai e esse é o problema.

Em suma, o conceito de família dos marxistas, apoiado geralmente numa teoria de libertação instintual, é sumamente útil para investigar a interação entre a família e a economia. Eles apontam para um problema que não pode ser negligenciado: a família deve ser estudada em relação ao modo de produção e, sobretudo, é preciso estar cômico das diferenças de classe na estrutura da família. Além disso, lembra-nos a importância das necessidades sexuais, que também devem ser conceptualizadas em relação à estrutura da família, muito embora baseiem a sexualidade numa noção suspeita de instintos. Para além disto, a teoria marxista existente sobre família é surpreendentemente fraca... (Poster, 1979, p. 82)

Por outro lado, nos Estados Unidos, o conceito freudiano da família foi influenciado por uma mudança, no seio do movimento psicanalítico, em direção à psicologia do ego. Heinz Hartmann, Ernst Kris e Rudolf Loewenstein, psicólogos do ego, estavam interessados nos problemas de saúde psíquica e de ajustamento da psique às exigências da sociedade, visão propícia ao pano de fundo do capitalismo liberal. Freud foi remodelado por estes psicólogos, em função do ideal americano de autonomia individual através da adaptação social. O ego foi reavaliado, voltando a ser o centro do eu (self), principalmente nas formulações de Erik Erikson que, por sua vez, explorou como as formas sociais codeterminam a estrutura da família. O estudo do ego gerou reflexões sobre a interdependência da organização interna e social. Não obstante, Erikson é atacado em sua teoria do ciclo quanto à reivindicação de universalidade dos conceitos que compreendem seu escopo.

Um desses conceitos diz respeito aos estágios descritos por Erikson no significado de ciclo vital, ou seja, o modo como os valores da sociedade são internalizados no indivíduo à medida que ele vai passando pela série de crises de crescimento psicológico. Estas crises seriam estruturadas de forma que, ao sair delas, o sujeito sairia com um ego (no sentido freudiano) mais fortalecido ou mais frágil, de acordo com sua vivência do conflito, e este final de crise influenciaria diretamente o próximo estágio, de forma que o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo estariam completamente imbricados no seu contexto social, palco destas crises. Poster afirma que o conceito de ciclo vital não culmina em uma compreensão da estrutura da família, mas numa série de virtudes religiosas que ressalta que todas as ordens sociais proporcionam oportunidades adequadas para que cada indivíduo alcance os valores contemplados no tal processo. Outra ponderação tecida, diz do intrapsiquismo, ou seja, embora Erikson tenha clamado por uma compreensão da mutualidade do individual e do social, sua teoria recai no indivíduo.

Talcott Parsons e sua escola também foram examinadas e consideradas como indo além de Erikson, pois compreendeu a realidade social através de um modelo de relações interpessoais, em vez de dependerem de uma noção de individualismo. Parsons é um anti-marx, considerando a sociedade como um sistema cujas peças estão delicadamente equilibradas no todo e cuja essência não é o modo de produção, mas valores e papéis. A família assume importância enquanto agente de socialização e sua função é inculcar valores das gerações mais velhas nas mais novas, assegurando a ordem social. Argumenta que somente duas estruturas são essenciais à família: a hierarquia de gerações e uma diferenciação dos agentes socializantes em figuras “instrumentais” e “expressivos”. Parsons postula que todas as famílias contêm essas características e que a família nuclear as manifesta particularmente bem devido ao grau de diferenciação alcançado. Somente o marido pode fornecer o modelo do papel instrumental, e somente a mulher pode fornecer o do papel expressivo.

Tais postulações parsonianas foram confrontadas por provas antropológicas em que um ou outro dos modelos de papel não se harmonizam com a família nuclear ou em que os pais não são os agentes socializadores primários. Parsons adota a família nuclear ou burguesa patriarcal como sendo a norma e é onde sua teoria fraqueja, pois os fatos não corroboram a teoria. Ao associar as origens do paralelo e a congruência da sociedade capitalista industrial com a família nuclear, perdeu de vista que a família nuclear começou antes da industrialização, por um lado, e, por outro, a industrialização não levou imediatamente e para todos os níveis da sociedade à família nuclear (Poster, 1979).

Jacques Lacan, Lévi-Strauss, Gilles Deleuze e Félix Guattari foram mencionados por Poster (1979) como tendo gerado contribuições sobre a dimensão da linguagem para a compreensão da família. Enfatizou primordialmente as construções de Lacan, psicanalista francês, que realizou extenso reexame dos conceitos básicos da psicanálise e suas posições seguem na contramão de uma possível construção de uma teoria crítica, pois afirma ter descoberto as experiências psíquicas primordiais através das quais um bebê passa do domínio da natureza para o domínio da cultura. Assim, a psicanálise fala de um processo universal e que não pode ser historicizado, tendo profundas implicações para a filosofia. A importância para a teoria da família do uso da Linguagem por Lacan reside no fato de transferir o centro da psicanálise do estudo de instintos intrapsíquicos para os padrões falados de interação entre membros da família. Críticas foram empreendidas à Lacan por feministas, no sentido de que o mesmo reforça a inclinação masculina de Freud, embora ao nível da linguagem. Também é acusado de não realizar uma adequada leitura do caráter do sistema social na determinação e limitação a possibilidade lingüística, concentrando seu olhar na primazia da linguagem na formação da consciência do mundo.

A terapia de família, prática que se iniciou em fins da década de 1950, sob ares do pós-guerra, provocou a necessidade de reconceitualização da natureza da desordem mental na base de padrões interacionais e não da fantasia individual. Tal prática, ao se generalizar a partir da década de 60, contribuiu para o desenvolvimento de uma teoria crítica segundo Poster (1979). Gregory Bateson, antropólogo de formação, representante do primeiro centro de terapia da família – Palo Alto Mental Research Institute - encontrou suporte para a terapia da família na teoria de sistemas, cibernética, teoria da informação, ecologia e teoria das comunicações, ou seja, nas epistemologias do pós-guerra que ressaltaram a prioridade da relação sobre o indivíduo. Priorizou a comunicação enquanto interação e conjunto de regras de interação, sendo inteligível somente no contexto de uma relação e não do ponto de vista do indivíduo. Bateson construiu uma teoria horizontal que elucidava a extensão superficial da vida família do paciente. Concluiu que a estabilidade da família deriva de sua estrutura comunicacional, a qual se baseia no laço de retroalimentação. As ressalvas em relação à sua proposta asseguraram a impossibilidade de explicar a patologia mental puramente através de uma abordagem sistêmica da linguagem. Também seus critérios de análise não oferecem uma teoria sobre o que é ou quais são as perspectivas da família contemporânea. Por fim, sua posição isola a compreensão da família da história e da sociedade. Seu mérito está na construção de um método para compreender a família como um sistema de interações e a tornar inteligível a vida emocional da família sem individualizar o problema. Bateson e o

grupo do Palo Alto influenciaram a terapia da família em geral sensibilizando os terapeutas para padrões de comunicação e para a natureza da família como sistema.

Além das contribuições de Bateson para a perspectiva da terapia da família, Poster também contemplou Paul Watzlawick, Lyman Wynne, Theodore Lidz, R. D. Laing e David Cooper. Reservas foram realizadas em relação às suas obras, no entanto, o valor desses teóricos da terapia da família foi realçado pelo fato de terem definido como nunca o sistema emocional da família nuclear.

Depreende-se desta breve exposição de teóricos da família, que a tentativa de Poster além da busca pela construção de uma Teoria Crítica, foi descortinar olhares distorcidos que pretenderam revelar a verdadeira essência da família, deixando de considerar a variabilidade de famílias em diferentes sociedades e tempos, que podem ser abordadas de inúmeras maneiras e com inúmeras finalidades. O teórico ou investigador da família deve ter o cuidado de evitar a elaboração de categorias de análises que justifiquem a existência ou a dinâmica familiar em bases reducionistas e engessadas.

Corroborando a visão de Poster, acerca da necessidade de se considerar, nas análises sobre família, sua variabilidade em sociedades e tempos diversos e distintos, R. D. Laing no livro *A Política da Família*, primeira edição em 1971, revela que “ a dinâmica e estruturas que encontramos no grupos que, na nossa sociedade, são chamados famílias poderão não ser facilmente detectáveis em grupos denominados famílias noutra contexto de espaço e tempo. Também não é provável que a importância da dinâmica e estrutura familiares para a formação da personalidade do indivíduo seja constante em diferentes sociedades, ou, até mesmo, dentro da nossa sociedade” (Laing, 1983, 2ª edição, p. 14). O escocês Ronald David Laing (1927-1989) foi um psiquiatra, influenciado pela filosofia de Sartre e pelo pensamento existencialista, que se dedicou aos estudos sobre saúde mental, tendo sido associado ao movimento anti-psiquiatria.

De acordo com Poster, (1979) o objetivo e esforço de Laing foi descobrir a inteligibilidade da linguagem e conduta esquizofrênica, assim como procurar ligar a terapia de família a um ataque contra as instituições de saúde mental, a política da *New Left*, ao misticismo oriental e à validação da experiência esquizofrênica como um processo de cura. Assim, a loucura se torna compreensível quando analisada à luz das interações familiares da pessoa. (...) “Em suma, ele tenta humanizar a esquizofrenia, devolver à comunidade aqueles que foram abandonados em manicômios. O projeto de Laing é, pois, semelhante ao de Michel Foucault, ao defender a tese de que, desde o século XVIII, desde a vitória do racionalismo

moderno, os loucos foram rotulados de ‘irracionais’, aberrações da natureza, e confinados e excluídos da sociedade com a cumplicidade da profissão médica...” (p.144).

Portanto, Laing utiliza a “família” para ressaltar que o comportamento do indivíduo pode ser melhor entendido no contexto familiar. No livro *A Política da Família*, refere-se à família transformada, pela interiorização, divisão e outras operações. Enquanto sistema interiorizado, a família está remetida ao espaço e ao tempo, não constituindo um objeto interiorizado, mas um conjunto de relações que interiorizadas, possibilitam que o indivíduo desenvolva e encarne uma estrutura de grupo. Assim, “interiorização” é definida na obra do autor como significando “projetar o ‘exterior’ no ‘interior’. Implica a transparência de um grupo de relações que constituem um conjunto (com várias operações processadas dentro do conjunto por vários elementos do conjunto e cujo produto continha dentro do conjunto) de uma modalidade de experiência para outras: em especial, da percepção para a imaginação, a memória, ou os sonhos”(p.17-18).

Para Poster (1979), no livro *A Política da Família* (1971), Laing se baseou numa tentativa para tornar inteligíveis as relações internalizadas da família, focando a família nuclear e seus defeitos, ou seja, suas implicações para o desenvolvimento de esquizofrênicos. Basicamente, a crítica empreendida por Poster à Laing diz respeito a superficialidade do autor em relação à falta de teorização acerca de alguns conceitos e afirmações, bem como o fato de não ter ido além do nível subjetivo de interações e deixar sem explicação a estrutura social da família e a interpenetração de família e sociedade.

As construções de Laing também são analisadas por Canevacci (1985), organizador de *A Dialética da Família*, que revela que com Laing e A. Esterson, ambos psiquiatras envolvidos com reflexões sobre saúde mental, a investigação psiquiátrica contemporânea atinge um de seus momentos mais altos, ainda que com limitações no que se refere a uma análise política da sociedade. Especificamente, a unidade patológica não é mais o indivíduo isolado, e sim a família e mesmo a sociedade.

David Cooper, psiquiatra sul – africano envolvido no movimento anti-psiquiatria (ao lado de R.D. Laing, Thomas Szasz e Michel Foucault), publicou seu polêmico livro *A Morte da Família* em 1983, data da primeira edição. Suas construções, freqüentemente violentas no estilo, seguem a linha crítica ao defender a dissolução das famílias nucleares.

Cooper crítica a unidade familiar nuclear da sociedade capitalista, pois a mesma se fez intermediária de uma intrusão, durante os dois últimos séculos, na vida dos indivíduos que foi e é essencial para a continuidade do capitalismo imperialista. A referência mais ampla do autor e a maioria de suas afirmações gerais podem:

cobrir o funcionamento social da família como dispositivo de condicionamento ideológico (o referencial não- humano é necessário e intencional) de toda sociedade onde exista exploração. Isto se refere à sociedade escravista, à feudal e à capitalista em todos os seus estágios, desde o mais primitivo do século passado até hoje, com as sociedades neocolonizadoras que formam o Primeiro-mundo. A crítica aplica-se também à classe trabalhadora deste último, às sociedades do Segundo-mundo, uma vez que foram doutrinados e embuídos de uma consciência espúria que, como teremos a ocasião de ver, determina o pacto suicida secreto liderado pela unidade familiar burguesa, a mesma unidade que se rotula de ‘a família feliz’ (aquela que reza unida e permanece unida até que a morte a todos nos separe, ou seja, nos lance à concisa falta de alegria dos epitáfios gravados nas lápides de nossos túmulos cristãos erigidos, à falta de qualquer outro tipo de ereção, por aqueles que costumam guardar o luto por nós de um jeito muito curioso: lembrando-se intensamente de nós, para intensamente nos esquecerem) (Cooper, 1994, p.7).

Em termos da função da família, Cooper é categórico em analisá-la como mediadora social que ao proporcionar a todas as instituições sociais um paradigma de fácil controle, reforça o poder efetivo da classe dominante, seja qual for a sociedade onde ocorra a exploração.

Ao defender a morte da família, defende a “morte do sistema que tem como obrigação social filtrar, de maneira obscura, a maioria de nossas experiências, destituindo assim os nossos atos de toda espontaneidade generosa e genuína” (Cooper, 1994, p.9-10). Fonte de opressão, a família é responsável pela aniquilação da possibilidade da dúvida em cada um de seus membros, pois não pode suportar nenhum questionamento sobre si mesma e sobre a sua capacidade de gerar seres saudáveis mentalmente. Ao criar laços de dependência e ao empreender rituais para controle do corpo, a família faz transparecer sua dinâmica que aliena, nas palavras do autor:

Essa sensação de destruição da dúvida e da experiência de viver o próprio corpo tem a sua origem na necessidade de agrupamento humano, que se desenvolve em primeiro lugar, na família. Uma das lições preliminares aprendidas no decorrer do condicionamento familiar é que o indivíduo não é auto-suficiente para existir no mundo por si só. O indivíduo é cuidadosamente ensinado a negar o seu self e a viver aglutinado aos outros, colando pedaços de outras pessoas a si mesmo, para, em seguida, ignorar a diferença entre o que é dos outros e o que é de si mesmo no self. Isto é alienação, no sentido de uma submissão passiva à invasão dos outros que, no começo, são sempre os outros da família. A passividade, todavia, é enganosa, uma vez que esconde a escolha de se submeter a esse tipo de invasão (Cooper, 1994, p.12).

Para Poster (1979), David Cooper levou o conceito de nexos familiar às suas lógicas conclusões políticas e sociais. Resulta que a política de Cooper se mostrou mais anarquista do

que marxista, além de não ter relacionado os problemas da família com as estruturas sociais mais amplas e nem indicar com suficiente cuidado os mecanismos precisos da família nuclear que precisam ser alterados.

Não obstante, Cooper (1994) traduz sua proposta ou saída para o indivíduo eliminar as opressões impostas pela família, através da passagem com a qual finaliza-se o presente ensaio teórico: “No contexto do Primeiro-mundo, acho que precisamos, simultaneamente, de uma Revolução do Amor que reinvente a nossa sexualidade, de uma Revolução da Loucura que reinvente a nós mesmos e, ainda, de uma revolução em termos de uma paralisação do ‘Estado’” (Cooper, 1994). Para ele, tudo o que se tem a fazer é parar a gerência do Estado sobre a família e tentar escapar ao máximo do poder disciplinador desta instituição.

CONCLUSÃO

A trajetória realizada nesta dissertação tentou circunscrever os discursos sobre a temática da família no campo das Ciências Humanas na contemporaneidade. Neste sentido a investigação da família no âmbito das produções intelectuais permitiu a verificação de que, apesar das alterações que o conceito sofreu em sua trajetória nas produções contemporâneas, ele remete muito expressivamente a arranjos interpessoais constitutivos da vida social mais ampla, e ao mesmo tempo, da construção de subjetividades.

Ao contemplar uma revisão de bibliografias concernentes ao tema, constata-se sua densidade e complexidade, traduzidas nas enunciações de família a partir de focos distintos, que remetem a elementos espaciais e temporais, as quais englobam dimensões históricas, sociais, econômicas, políticas.

A empreitada iniciou-se com um percurso histórico, situando os principais estudos no campo da história acerca da família ocidental. Também se analisou as transformações sócio-históricas da família retratadas a partir da Idade Média, da Renascença, da Revolução Francesa, da Primeira Guerra Mundial até os dias atuais.

Inicialmente, os estudos sobre a família demonstram análises que reverberam seu caráter natural que lentamente se diferencia até chegar no modelo moderno monogâmico, como nas obras de Johan Jacob Bachofen e L.H. Morgan.

Na seqüência, surgem investigações que evidenciam a relação da dinâmica da família e suas transformações a partir da ótica econômica. Ressaltam-se as contribuições de Friedrich Engels (1820 -1895) que se baseou nas contribuições de Morgan e Karl Marx. A partir de então, os estudos históricos assumiram uma proposição de interlocução com outros campos científicos, numa tentativa de apreensão da família em seu caráter socializador e mediatizado por tudo aquilo é da ordem da civilização.

Não obstante, um leque de estudiosos propôs aproximar a história das outras ciências humanas, como a ciências sociais, a psicologia, entre outras. Emergem a abordagem da Nova História que privilegia a documentação massiva e involuntária, como também os documentos voluntários e oficiais. O tempo, nesta perspectiva, deixa de ser encarado como sendo linear e progressivo, passando por um redimensionamento que o traduz como pluridirecionado e múltiplo. Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel compunham a

École des *Annales*, na França de 1930, sendo considerados os representantes desta abordagem.

Numa perspectiva voltada para a realidade social e a filosofia pragmática, surge nos Estados Unidos, na década de 90 do século XIX, a Universidade de Chicago, onde um outro grupo de pesquisadores exerceu influência em pesquisas de cunho sociológico, inclusive abordando o tema família.

Na década de 70 do século XX, a popularidade dos *Annales* se espalhou por diversos países e junto ao público, sendo que o leque de objetos passíveis de uma abordagem histórica aumentou consideravelmente. Entre estes novos objetos encontramos a família, a sexualidade, o casamento, a mulher e a criança. O historiador Peter Laslett e o Cambridge Group for the History of Population and Social Structure, apresentaram uma vertente da demografia, explorando fontes como listas de habitantes e desenvolvendo trabalho pioneiro sobre a composição do grupo doméstico, ou seja, a família.

Entre a chamada terceira geração dos *Annales*, outra importante contribuição a ser ressaltada refere-se a Philippe Áries, historiador que em 1960 publicou *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*, rejeitou a perspectiva quantitativista e vislumbrou um ponto de inflexão na história quando da passagem da mentalidade sob o Antigo Regime para a mentalidade burguesa e moderna.

Utilizou-se nesta dissertação o referencial e a demarcação realizada por Ariès e Duby (1990), na obra *História da vida privada*. O ponto de partida para este estudo histórico foi da Europa Feudal à Renascença e tal escolha deu-se em função do próprio objetivo do que foi trabalhado na dissertação, ou seja, discernir, na sociedade medieval, uma fronteira entre o que era considerado privado e o que não era, de forma a isolar um campo de sociabilidade considerado hoje como característico da vida privada.

O conceito de público e privado na época feudal é expressa por vocábulos, que se organizam em torno do termo *privatus*. Naquele período, a vida privada era a vida de família, não individual, mas de convívio, e fundada na confiança mútua.

Essa comunidade privada não era regida pela Lei, mas pelo “costume”. Existe uma distinção entre a “coletividade família” e a “coletividade povo”. A coletividade família tem sua área natural de reunião, de encerramento, localizada na casa. Duas naturezas de poderes se inscrevem e, em ambos, o indivíduo é submetido, corrigido e controlado. No lado da *populus*, “coletividade povo”, formada por homens adultos do sexo masculino, distinguidos por seu estatuto – a liberdade, cuja reunião constitui o Estado, a gestão e o poder cabem ao Príncipe, ao Rei, ao Senhor Feudal, à Lei. Aqui, o patriarcado delinea-se claramente pelo poder e

autoridade constituídos nas tais figuras descritas. A família feudal tinha por missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana

Com o fortalecimento do sistema feudal, as instituições do poder público “minimizam” as formas da vida privada, tornando-se uma tendência histórica: a família se constituía por laços de “gratidão” e laços de “servidão”. O indivíduo era enquadrado em solidariedades coletivas, feudais e comunitárias, em um mundo que não era nem público nem privado, no sentido que conferimos a esses termos atualmente. O homem dessa época encontrava-se no anonimato e não se via como uma personalidade autônoma, mas sim como pertencente a um conjunto dentro do qual devia cumprir sua função. Assim, na sociedade medieval, os papéis sociais tendiam a ser precisos e absorviam totalmente o indivíduo.

Na transição entre a segunda metade do século XIV até o século XVI, na Europa, acontecimentos vão modificar as mentalidades, isto é, as revoluções culturais e científicas, a expansão marítima, o desenvolvimento do comércio, a expansão e o desenvolvimento da agricultura, o crescimento urbano, o florescimento de pequenas indústrias, o surgimento da burguesia que lançam um terreno fértil para a ascensão do humanismo. O homem passou a ter um papel de destaque no processo universal e histórico em que o desenvolvimento da alfabetização e a difusão da leitura, bem como as novas formas de religião que se estabelecem nos séculos XVI e XVII, demarcaram uma nova relação do indivíduo consigo próprio, com os outros e com o mundo. Assim, verifica-se o recuo da sociabilidade comunitária cedeu lugar ao individualismo, à interiorização e à introspecção. Outra mudança visualizada diz respeito a invenção da infância, enquanto etapa específica do desenvolvimento, começou no século XIII, e suas enunciações podem ser acompanhadas na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Também o processo de escolarização faz a família atribuir importância à criança e à sua educação, sendo necessário limitar o número de filhos para melhor cuidar deles. No espaço privado da casa, o sentido afetivo é valorizado entre mãe e filhos.

Gradativamente, a família privatiza-se, separa-se do espaço público com o qual se comunicava. O público, portanto, estabelece-se vinculado à noção de Estado, não sendo mais confundido com os bens e os interesses privados. O privado configura-se como “particular”, “fechado” ou de modo mais amplo, como o que escapa da esfera do Estado. As mulheres, que até então eram tidas como a representação do privado, passaram a participar mais ativamente na luta pelos ideais de igualdade, o que culminou em um processo de politização o qual gerou reflexões sobre o público e o privado, a constituição das esferas, as relações entre os sexos na família e na sociedade.

O novo Estado atacou frontalmente os poderes das comunidades do Antigo Regime, como a Igreja, as corporações, a nobreza, a comunidade de aldeia e o clã familiar, definindo um novo espaço para os indivíduos e seus direitos privados, numa tentativa de ampliar seu próprio controle e poder.

As diferenças suscitadas nas experiências contraditórias em que se apóia o século XIX demarcam uma história de fontes abundantes, lacunares, eloqüentes e mudas, que culminaram em uma demarcação constante entre o íntimo e o ostensivo, o coletivo e o individual, o homem e a mulher, a política e a família. Evidencia-se que as sociedades movem-se constantemente e, com esse movimento, movem-se também as fronteiras entre o público e o privado, as maneiras de viver, de sentir, de amar e morrer.

Dessa forma, em um processo de evolução jurídica no século XIX, ocorre uma verdadeira corrosão das prerrogativas patriarcais, incitada, de um lado, nas reivindicações das mulheres e dos filhos e, de outro, na crescente tutela do Estado sobre as famílias.

No século XIX, em pleno desenvolvimento da sociedade industrial, a individualidade assumiria um significado de singularidade, conferido pelo romantismo e pela nova divisão do trabalho.

O que antes era privilégio da burguesia, a vida privada, lócus da privacidade e intimidade, durante o século XX, democratiza-se e a existência se divide na vida pública, essencialmente profissional, a vida privada familiar e a vida pessoal, ainda mais privada.

A partir da segunda metade do século XX, ocorreu a necessidade de buscar diferentes entendimentos sobre as relações pessoais, sobre os laços e as novas configurações familiares. A diversidade de arranjos familiares implica a invenção de novos estilos de relações entre parceiros (as) entre si e entre estes e filhos (as). São tempos de fluidez e fragmentação das relações humanas, estando a família num constante movimento de se recriar, não mais nos padrões hegemônicos do patriarcado, mas segundo demandas de cada sujeito e das possibilidades sociais.

O individualismo no contexto contemporâneo tem o significado de uma existência do indivíduo que passou a englobar, ao longo do tempo, nas sociedades ocidentais, a dignidade humana, a autonomia, a privacidade e o autodesenvolvimento.

Nesse processo de mudanças e transformações, a própria condição do indivíduo e da família no contemporâneo se modifica, ou seja, a interação humana passa a ser representada por relacionamentos contextuais, tornando o passado uma nostalgia, o presente a certeza, incerta e o futuro, o não planejado, o imaginado. A heterogeneidade, a pluralidade, a instabilidade e a incerteza que hoje marcam os discursos e as práticas de casamento e família

não representam o fim do casamento, nem o fim da família. Diferentes configurações na constituição das famílias surgem como alternativas ao modelo burguês, nuclear e patriarcal, tais como as famílias chefiadas por mulheres, família monoparental, casais e famílias homoparentais, famílias recompostas, famílias de criação, entre outras.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. R. & VITALE, M. A. F.** (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas* (3ª ed.). São Paulo, SP: Cortez, 2007.
- ARIÈS, P. & DUBY, G.** (Orgs.). *História da vida privada*, Vol. 2: da Europa feudal à Renascença (Machado, Maria L., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *História da vida privada*, Vol. 3: da Renascença ao Século das Luzes (Feist, H., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *História da vida privada*, Vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra (Bottman, D., & Joffily, B., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ÁRIES, P.** *História social da criança e da família* (Flaksman, Dora, Trad.) Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- ARRUDA, J. J.** *História moderna e contemporânea*. (16ª ed.). São Paulo: Ática, 1983.
- BADINTER, E.** *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (Dutra, Waltensir, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BANDEIRA, L., ALMEIDA, T. M. C., & MENEZES, A. M.** (Orgs.). *Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da região Centro-Oeste*. Brasília: AGENDE, 2004.
- BANDEIRA, L., ALMEIDA, T. M. C., & CAMPELO, E.** (Orgs.) *Políticas públicas e violência contra as mulheres: metodologia de capacitação de agentes públicos/as*. Brasília, DF: AGENDE, 2006.
- BAUMAN, Z.** *Mal estar da pós-modernidade* (Gama, Mauro, & Gama, Claudia M., Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Modernidade e ambivalência* (Penchel, Marcus, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z.** *Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas* (Medeiros, Carlos A., Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi* (Medeiros, Carlos A., Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BENELLI, S. J.** Dispositivos disciplinares produtores de subjetividade na Instituição Total. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 2003, 99-114.
- BOTELHO, T. R.** A família na obra de Frédéric Le Play. *DADOS*, 45(3), 2002, 513-544.
- BILAC, E. D.** Família: algumas inquietações. In Carvalho, M. C. B.(Org.). *A família contemporânea em debate* (pp. 29-38). São Paulo: EDUC, 1995.
- CANEVACCI, M.** (Org.). *Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva* (Coutinho, Carlos N., Trad.). São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARVALHO, C. V., et al.** Concepções de infância: um breve resgate histórico. In: **COSTA, P. J. & CARVALHO, C. V.**(Org.). *O bebê, a afetividade e a motricidade: do pré-natal aos 2 anos*. Maringá: Dental Press, 2001.
- CARVALHO, M. C. B.**(Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995.
- CASEY, J.** *A história da família* (Bath, Sérgio, Trad.) São Paulo: Ática, 1992.
- COLIN, H.** *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente* (Costa, Roberto C., Trad.). Porto Alegre, RG: Artmed, 2004.
- CONDÉ, E. S.** Um mosaico ladrilhado: instituições, institucionalismos e complementaridades. In: **SALGADO, G. B.** (Org.), *Cultura e Instituições Sociais*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2006, pp. 43-70.

- COOPER**, D. *A morte da família* (Craveiro, Jurandir, Trad.) São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- COSTA**, J. F. *O risco de cada um: e outros ensaios de psicanálise e cultura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- COSTA**, L. F., & **LIMA**, H. G.D. (Orgs.). *Abuso sexual: a justiça interrompe a violência*. Brasília, DF: Liber Livro, 2008.
- DAMATTA**, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.
- DOSSE**, F. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”* (Ramos, Dulce da S., Trad.). São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: UNICAMP, 1992.
- DUBY**, G. Abertura. In: **ARIÈS**, P., & **DUBY**, G. (Orgs.), *História da vida privada*, Vol. 2: da Europa Feudal à Renascença (Machado, Maria L., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ENGELS**, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Paes, José S., Trad.). São Paulo: Global, 1984.
- FEDER**, E.K. The Dangerous Individual(s) Mother: Biopower, Family, and the Production of Race. *Hypatia*, 22(2), 2007, 60-78.
- FIGUEIRA**, S. A., & **VELHO**, G. (Coords.). *Família, Psicologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- FIGUEIRA**, S. A. (Org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- FORNA**, A. *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. (Andrade, Ângela L., Trad.). Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- FOUCAULT**, M. *Microfísica do poder* (Machado, Roberto, Trad.) Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GÉLIS**, J. A individualização da criança. In: **ARIÈS**, P., & **DUBY**, G. (Orgs.), *História da vida privada*, Vol. 3: da Renascença ao Século das Luzes (Feist, H., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GOFFMAN**, E. *Manicômios, prisões e conventos* (Leite, Dante M., Trad.). São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *A representação do eu na vida cotidiana* (Raposo, Maria C. S., Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GÓMEZ**, G. Q. *Maternidade e alteridade*. Atenas, as Luzes e Freud. Tese de Doutorado, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- HALL**, S. *A identidade cultural na pós-modernidade* (Silva, Tomaz T. da, Louro, Guaracira L., Trad.). Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBSBAWM**, E. J. *A Revolução Francesa* (Coleção Leitura). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Sobre História* (Moreira, Cid K., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUNT**, L. Revolução Francesa e a vida privada. In: **ARIÈS**, P., & **DUBY**, G. (Orgs.), *História da vida privada*, Vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra (Bottman, D., & Joffily, B., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- KALOUTIAN**, S. M. (Org.). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Coretz; Brasília, DF: UNICEF, 1994.
- JAPIASSÚ**, H. & **MARCONDES**, D. *Dicionário básico de Filosofia*. (5ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

- LAING**, R. D. *A política da família* (Esteves, João G., Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- LANE**, S. T. M. *O que é psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LASCH**, C. *Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?* (Tronca, Ítalo, & Szmrecsanyi, Lucia, Trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MACEDO**, J. R. *A mulher na Idade Média* (5ª ed. rev. e amp.). São Paulo: Contexto, 2002.
- MITCHENER**, H. A, **DELAMATER**, J. D., & **MYERS**, D, J. *Psicologia Social* (Fittipaldi, Eliane, & Cuccio, Suely S. M., Trad.). São Paulo: Pioneira, 2005.
- PELEGRINI**, S. C. A. Manifestações culturais nos anos 60: um destaque à problematização da palavra na poesia concreta. *Revista de História Regional*, 6(1), 2001, 39-60.
- PENSO**, M. A., & **COSTA**, L. F. (Orgs.). *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção*. São Paulo, SP: Summus, 2008.
- PERROT**, M. Outrora, em outro lugar. In: **ARIÈS**, P., & **DUBY**, G. (Orgs.), *História da vida privada*, Vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra (Bottman, D. & Joffily, B., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PERROT**, M. A família triunfante. In: **ARIÈS**, P., & **DUBY**, G. (Orgs.), *História da vida privada*, Vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. (Bottman, D., & Joffily, B., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. Funções da família. In: **ARIÈS**, P., & **DUBY**, G. (Orgs.), *História da vida privada*, Vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra (Bottman, D., & Joffily, B., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. Figuras e papéis. In: **ARIÈS**, P., & **DUBY**, G. (Orgs.), *História da vida privada*, Vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra (Bottman, D., & Joffily, B., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. A vida em família. In: **ARIÈS**, P., & **DUBY**, G. (Orgs.), *História da vida privada*, Vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra (Bottman, D., & Joffily, B., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. Conclusão. In: **ARIÈS**, P., & **DUBY**, G. (Orgs.), *História da vida privada*, Vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra (Bottman, D., & Joffily, B., Trad.). São Paulo; Companhia das Letras, 1991.
- POSTER**, M. *Teoria crítica da família* (Cabral, A., Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- PRADO**, D. *O que é família*. (12ª ed.). São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PROST**, A. A família e o indivíduo. In: **ARIÈS**, P., & **DUBY**, G. (Orgs.), *História da vida privada*, Vol. 5: da Primeira Guerra a nossos dias (Bottman, D., Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- RODRIGUES**, A., **ASSMAR**, E. M. L., & **JABLONSKI**, B. *Psicologia Social* (18ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- ROUDINESCO**, E. *A família em desordem* (Telles, André, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SALGADO**, G. B. *Fabulação e fantasia; um impacto da hipermídia no universo simbólico do leitor*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2005.
- SAMARA**, E. M. O que mudou na família brasileira? Da colônia à atualidade. *Psicologia USP*, 13 (2), 2002. Recuperado em 13 nov. 2007: <http://www.scielo.br> .
- SARTI**, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: **CARVALHO**, M.C.B. de (Org.). (1995). *A família contemporânea em debate* (pp. 39-49). São Paulo: EDUC, 1993.

- SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface*, 5(8), 2001, 47-60.
- SINGLY, F. *Sociologia da família contemporânea* (Peixoto, Clarice E., Trad.) Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SOTTANI, S. M. R. *O interacionismo: gênese, afinidades eletivas e desdobramentos recentes*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008.
- SOUZA, A. M. N. *A família e seu espaço: uma proposta de terapia familiar*. Rio de Janeiro: Agir, 1985.
- STASEVSKAS, K. O. *Ser mãe: narrativas de hoje*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- THERBORN, G. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000* (Bilac, Elisabete D., Trad.). São Paulo: Contexto, 2006.
- TOCQUIVILLE, A. *O antigo regime e a revolução* (Jean, Ivonne, Trad.) Brasília, DF: UnB; São Paulo: Hucitec, 1989.
- WINNICOTT, D. W. *A família e o desenvolvimento individual* (Cipolla, Marcelo B., Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Natureza humana* (Bogomoletz, Davi L., Trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.